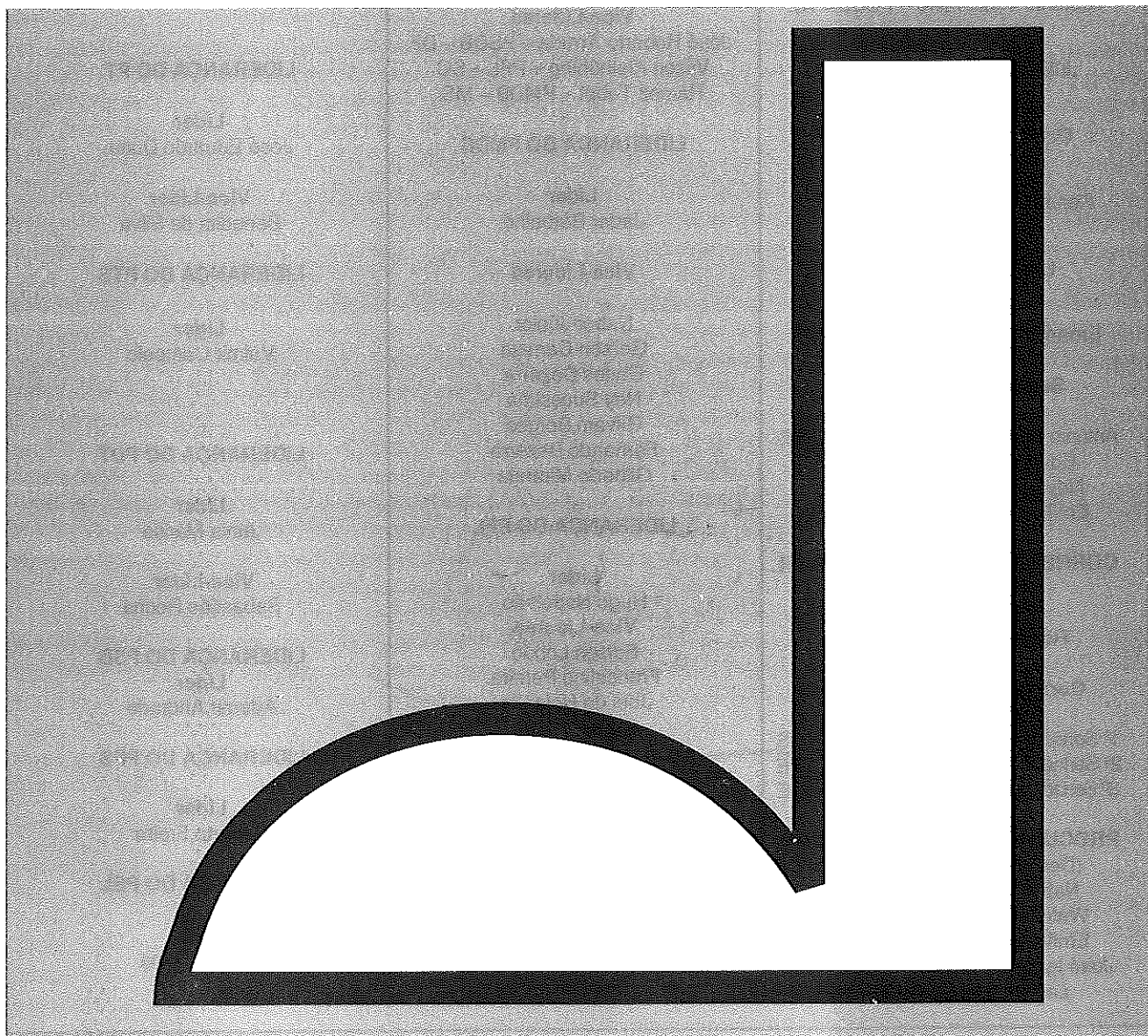




República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LI - Nº 213

SEXTA-FEIRA, 15 DE NOVEMBRO DE 1996

BRASÍLIA - DF

<p>MESA Presidente José Sarney – PMDB – AP</p> <p>1º Vice-Presidente Teotônio Vilela Filho – PSDB – AL</p> <p>2º Vice-Presidente Júlio Campos – PFL – MT</p> <p>1º Secretário Odacir Soares – PFL – RO</p> <p>2º Secretário Renan Calheiros – PMDB – AL</p> <p>3º Secretário Levy Dias – PPB – MS</p> <p>4º Secretário Emandes Amorim – PMDB – RO</p> <p>Suplentes de Secretário Antônio Carlos Valadares – PSB – SE Eduardo Suplicy – PT – SP Ney Suassuna – PMDB – PB Emília Fernandes – PTB – RS</p> <p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor (Eleito em 16-3-95) Romeu Tuma – PSL – SP</p> <p>Corregedores – Substitutos (Eleitos em 16-3-95) 1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS 2º Senador Joel de Hollanda – PFL – PE 3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE</p> <p>PROCURADORIA PARLAMENTAR (Designação: 16 e 23-11-95) Nabor Júnior – PMDB – AC Waldeck Omelas – PFL – BA Emília Fernandes – PTB – RS José Ignácio Ferreira – PSDB – ES Lauro Campos – PT – DF</p>	<p>LIDERANÇA DO GOVERNO Líder Elcio Alvares – PFL – ES</p> <p>Vice-Líderes José Roberto Arruda – PSDB – DF Vilson Kleinübing – PFL – SC Ramez Tebet – PMDB – MS</p> <p>LIDERANÇA DO PMDB Líder Jáder Barbalho</p> <p>Vice-Líderes Nabor Júnior Gerson Camata Carlos Bezerra Ney Suassuna Gilvam Borges Fernando Bezerra Gilberto Miranda</p> <p>LIDERANÇA DO PFL Líder Hugo Napoleão Vice-Líderes Edison Lobão Francelino Pereira Joel de Holanda Romero Jucá</p> <p>LIDERANÇA DO PSDB Líder Sérgio Machado Vice-Líderes Geraldo Melo José Ignácio Ferreira Lúdio Coelho</p>	<p>LIDERANÇA DO PPB Líder Epitácio Cafeteira</p> <p>LIDERANÇA DO PT Líder José Eduardo Dutra</p> <p>Vice-Líder Benedita da Silva</p> <p>LIDERANÇA DO PTB Líder Valmir Campelo</p> <p>LIDERANÇA DO PDT Líder Júnia Marise</p> <p>Vice-Líder Sebastião Rocha</p> <p>LIDERANÇA DO PSB Líder Ademir Andrade</p> <p>LIDERANÇA DO PPS Líder Roberto Freire</p> <p>LIDERANÇA DO PSL Líder Romeu Tuma</p>
--	---	---

<p>AGACIEL DA SILVA MAIA Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>CLAUDIONOR MOURA NUNES Diretor Executivo do Cegraf</p> <p>JÚLIO WERNER PEDROSA Diretor Industrial do Cegraf</p>	<p>EXPEDIENTE</p> <p>RAIMUNDO CARREIRO SILVA Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>MANOEL MENDES ROCHA Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p>DENISE ORTEGA DE BAERE Diretora da Subsecretaria de Taquígrafia</p>	<p>DIÁRIO DO SENADO FEDERAL</p> <p>Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, nº 31 RISF)</p>
---	--	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 195ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 14 DE NOVEMBRO DE 1996

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Mensagem do Presidente da República

Restituindo autógrafos de projeto de lei sancionado: 18416

Nº 243, de 1996 (nº 1.167/96, na origem), de 13 de novembro do corrente ano, referente ao Projeto de Lei do Senado nº 158, de 1996 (nº 2.317/96, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores de HIV e doentes da AIDS, sancionado e transformado na Lei nº 9.313, de 13 de novembro de 1996. 18416

1.2.2 – Avisos de Ministro de Estado

Nº 362/96, de 13 de novembro de 1996, do Ministro de Estado de Minas e Energia, referente ao Requerimento nº 869, de 1996, de informações, do Senador Eduardo Suplicy. 18416

Nº 994/96, de 7 de novembro de 1996, do Ministro de Estado da Fazenda, referente ao Requerimento nº 938, de 1996, de informações, do Senador Emandes Amorim. 18416

Nº 995/96, de 7 de novembro de 1996, do Ministro de Estado da Fazenda, referente ao Requerimento nº 961, de 1996, de informações, do Senador Romero Jucá. 18416

1.2.3 – Ofício de Ministro de Estado

Nº 1.010/MPO-GM, de 8 de novembro de 1996, do Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento, referente ao Requerimento nº 951, de 1996, de informações, do Senador Gilberto Miranda. 18416

1.2.4 – Comunicações da Presidência

Recebimento da Mensagem nº 242, de 1996 (nº 1.156/96, na origem), de 13 do corrente, pela qual o Presidente da República comunica que se ausentará do País no período de 24 a 28 de novembro do corrente, a fim de realizar viagem à República de Angola e à República da África do Sul. 18416

Recebimento do Ofício nº S/97, de 1996 (nº 3.336/96, na origem) do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, manifestação daquele Órgão relativo à solicitação do Governo do

Estado de São Paulo para que possa contratar operação de crédito junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor correspondente a quatrocentos e vinte milhões de dólares norte-americanos, cujos recursos serão destinados à execução do Projeto Sul de Trens Metropolitanos de São Paulo. 18417

Recebimento do Ofício nº 3.337, de 1996, do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, parecer daquele Órgão referente à solicitação do Governo do Estado de São Paulo, a fim de que seja autorizada a prestar garantia à operação de crédito a ser realizada pela Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM junto à Société Générale, no valor correspondente a cento e setenta e um milhões de dólares norte-americanos, cujos recursos serão destinados à melhoria das condições de transporte público na região leste da região metropolitana de São Paulo, dentro do Programa Integrado de Transportes Urbanos – PITU. 18417

Término do prazo, ontem, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação pelo Plenário, do Projeto de Resolução nº 109, de 1996, que suspende a execução do art. 276 da Lei nº 3.999, de 29 de dezembro de 1972 – Código Tributário do Município de Santo André, do Estado de São Paulo. **A promulgação.** 18417

Término do prazo, ontem, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação pelo Plenário, do Projeto de Resolução nº 110, de 1996, que suspende, em parte, a execução da Lei nº 7.713, de 29 de dezembro de 1972, no que diz respeito à expressão "o acionista" contida no seu art. 35. **A promulgação.** 18417

Término do prazo, ontem, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação pelo Plenário, do Ofício nº S/5, de 1995, do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão que declarou a Inconstitucionalidade da expressão "avulsos, autônomos e administradores", contida no inciso I do art. 3º da Lei nº 7.787, de 1989. **Ao arquivo.** 18417

1.2.5 – Discursos do Expediente

SR PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Término do prazo, sem resposta, a requerimento de

informações de sua autoria, dirigido ao Ministro da Fazenda, solicitando esclarecimentos sobre operações de compra de Letras Financeiras do Tesouro Municipal de São Paulo de longo prazo, na gestão do Secretário de Finanças Municipal, Sr. Celso Pitta.	18417	rio-Executivo do Ministério da Fazenda, Sr. Pedro Parente. Ratificando informações prestadas através do Aviso 1008/MF.	18430
SENADORA MARINA SILVA – Solidarizando-se com o pronunciamento do Sr. Eduardo Suplicy, no exercício da Presidência. Necessidade de uma decisão imediata do Supremo Tribunal Federal, sobre o litígio entre as vilas Estrema e Califórnia, na divisa do Acre com Rondônia.	18420	SENADOR LAURO CAMPOS – Desrespeito do governo às conquistas dos trabalhadores. Críticas ao Programa de Demissão Voluntária, flagrante instrumento de anulação da Convenção nº 158 da OIT. Protesto do Presidente da CUT, Vicente Paulo da Silva, em greve de fome pelo desfazimento dos direitos dos trabalhadores.	18430
SENADOR ROBERTO FREIRE – Apoio ao discurso do Senador Eduardo Suplicy, proferido na presente sessão, no exercício da Presidência do Senado.	18421	SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Presença, nos próximos dias 18 e 19 do corrente mês, do prêmio Nobel da Paz, Prof. José Ramos Horta, em visita à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal e ao Presidente José Sarney. Relembrando a realização de debate, na próxima terça-feira, às 10 horas, no plenário do Senado, sobre a estrutura fundiária e a reforma agrária.	18437
SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Agradecimentos à manifestação de apoio do Sr. Roberto Freire, destacando a importância de responsabilidade e insenção dos membros da Mesa do Senado Federal, no exercício de suas funções.	18422	SENADORA MARINA SILVA, como Líder – Reparação à frase do Presidente Fernando Henrique Cardoso, relativa à greve de fome do Sr. Vicente Paulo da Silva, Presidente da CUT. Lançamento do livro do ex-Frei Leonardo Boff, sob o título "Ecologia, Grito da Terra, Grito dos Excluídos".	18437
SENADOR LAURO CAMPOS – Expressando apoio ao Sr. Eduardo Suplicy, na questão que envolve a omissão de informações requeridas ao Banco Central, através do Ministério da Fazenda. Uso indevido de logotipo na campanha do Sr. Celso Pitta, fato este que culminou no recurso impetrado pelo Partido dos Trabalhadores à Justiça eleitoral.	18422	1.2.6 – Requerimento Nº 1.073, de 1996, de autoria do Senador Josaphat Marinho, solicitando que as Propostas de Emenda à Constituição nºs 21 e 27, de 1993, passem a tramitar em conjunto, por tratarem do mesmo assunto.	18440
SENADOR EDISON LOBÃO, SENADORA MARINA SILVA E SENADOR LAURO CAMPOS, pela ordem – Considerações sobre informações a serem encaminhadas pelo Banco Central ao Sr. Eduardo Suplicy, em resposta a requerimento de S. Exa.	18423	1.2.7 – Comunicações da Presidência Inclusão na Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 19 próximo, do Ofício nº S/60, de 1996, em virtude de ser matéria com prazo findado em 20 do corrente.	18440
SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Esclarecimentos ao Sr. Edison Lobão, à Sra. Marina Silva e ao Sr. Lauro Campos.	18424	Recebimento do Aviso nº 604, de 1996, de 8 do corrente, do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia da Decisão nº 716, de 1996, sobre o conflito na norma legal, adotada pelo referido Tribunal, na sessão ordinária, no Plenário, de 6 de novembro do corrente ano, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam. (Diversos nº 99, de 1996) ..	18440
SENADORA MARINA SILVA – Razões para a apresentação do Projeto de Lei do Senado nº 306, de 1995, de sua autoria, que dispõe sobre os instrumentos de controle do acesso aos recursos genéticos do País, e dá outras providências. Colaboração oferecida através do seminário realizado pela WWF e outras entidades, no sentido de oferecer subsídios ao relator da matéria, Senador Osmar Dias. Participação de S. Exa. em audiência pública a ser realizada no Rio de Janeiro, na próxima segunda-feira, organizada pela comunidade científica e entidades não-governamentais sobre a temática da biodiversidade.	18424	Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.522-1, em 12 de novembro de 1996 e publicada no dia 13 do mesmo mês e ano, que altera dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e da Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992, e dá outras providências.	18440
SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Comunicando o estabelecimento de contato telefônico com o Presidente da República, visando a obtenção das informações solicitadas ao Secretá-		Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.523-1, em 12 de novembro de 1996 e publicada no dia 13 do mesmo mês e ano, que altera dispositivos das Leis	

nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.	18441	São Paulo para obtenção da assinatura original do Ministro Pedro Malan.....	18453
Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.524-1, em 12 de novembro de 1996 e publicada no dia 13 do mesmo mês e ano, que dispõe sobre a extinção de cargos no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.....	18441	SENADORA MARINA SILVA – Indagando da possibilidade de se fazer uma vigília no Plenário, como sinal de protesto ao desrespeito para com o Senado Federal, para com a população e para com a opinião pública.....	18453
1.2.8 – Discurso do Expediente (continuação)		SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Informando ao Senador Odacir Soares da relevância para a população do Estado de São Paulo das informações contidas nos documentos que S. Exa. recebeu e ainda não divulgou.....	18454
SENADOR EDUARDO SUP LICY – Solidariedade ao Presidente Nacional da Central Única dos Trabalhadores, Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, bem como ao Presidente Zunga, da CUT do Distrito Federal, ambos em greve de fome, com o fim de protestar contra as condições em que o governo brasileiro pretende desempregar trabalhadores. Iniciativas de S. Exa. objetivando a obtenção dos documentos relativos à solicitação constante do Requerimento nº 949/96, de sua autoria. Respeito de S. Exa. ao Sr. Celso Pitta. Trajetória política da candidata à Prefeitura Municipal de São Paulo, Sra. Luiza Erundina.	18442	1.2.11 – Discursos encaminhados à publicação	
1.2.9 – Ofício		SENADOR ROMEU TUMA – Transcurso dos 65 anos do Colégio Dante Alighieri, em São Paulo.....	18454
Nº 1.266/96, de 14 de novembro de 1996, do Sr. Pedro Parente, Secretário Executivo da Fazenda, comunicando ao Senador Eduardo Suplicy o encaminhamento das informações referente ao Requerimento nº 949/96 à Primeira Secretária do Senado Federal, dentro do prazo constitucional.	18449	SENADORA BENEDITA DA SILVA – Realização, em Roma, da Cúpula Mundial sobre a nutrição e alimentação, promovida pela Agência das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – FAO. Redução, pelos dirigentes mundiais e bancos de desenvolvimento, da ajuda necessária ao incremento da agricultura, produção e comercialização de alimentos. Relatório do Banco Mundial que destaca a crise da produtividade de alimentos.	18456
1.2.10 – Discursos do Expediente (continuação)		1.3 – ENCERRAMENTO	
SENADORA MARINA SILVA – Registrando sua sensação de impotência, diante da ocultação de informações do Banco Central, relativas ao requerimento de autoria do Sr. Eduardo Suplicy.	18450	2 – ATOS DO DIRETOR-GERAL	
SENADOR LAURO CAMPOS – Somando-se ao protesto feito pela Sra. Marina Silva.	18452	Nºs 1.280 a 1.299, de 1996	18457
SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Surpresa de S. Exa. com as alegações do Sr. Pedro Parente, Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, sobre a remessa do documento a		3 – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTA – IPC	
		Portarias nºs 21 e 22, de 1996	18470
		4 – MESA DIRETORA	
		5 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR	
		6 – PROCURADORIA PARLAMENTAR	
		7 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS	
		8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
		9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
		10 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)	

Ata da 195ª Sessão Não Deliberativa em 14 de novembro de 1996

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 50ª Legislatura

Presidência dos Srs. Eduardo Suplicy e Lauro Campos

(Inicia-se a sessão às 14h30min)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) -

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, expediente que passo a ler.

É lido o seguinte:

MENSAGEM

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Restituindo autógrafos de projeto de lei sancionado:

Nº 243, de 1996 (nº 1.167/96, na origem), de 13 de novembro do corrente ano, referente ao Projeto de Lei do Senado nº 158, de 1996 (nº 2.317/96, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores de HIV e doentes da Aids, sancionado e transformado na Lei nº 9.313, de 13 de novembro de 1996.

AVISO

DE MINISTRO DE ESTADO

Nº 362/96, de 13 de novembro de 1996, do Ministro de Estado de Minas e Energia, referente ao Requerimento nº 869 de 1996, de informações, do Senador Eduardo Suplicy.

Nº 994/96, de 7 de novembro de 1996, do Ministro de Estado da Fazenda, referente ao Requerimento nº 938, de 1996, de informações, do Senador Ernandes Amorim.

Nº 995/96, de 7 de novembro de 1996, do Ministro de Estado da Fazenda, referente ao Requerimento nº 961, de 1996, de informações, do Senador Romero Jucá.

As informações foram encaminhadas, em cópia, aos requerentes.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

OFÍCIO

DE MINISTRO DE ESTADO

Nº 1.010/MPO-GM, de 8 de novembro de 1996, do Ministro de Estado do Planejamento e Or-

çamento, referente ao Requerimento nº 951, de 1996, de informações, do Senador Gilberto Miranda.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) - O expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) - A Presidência recebeu a Mensagem nº 242, de 1996 (nº 1.156/96, na origem), de 13 do corrente, pela qual o Presidente da República comunica que se ausentará do País no período de 24 a 28 de novembro corrente, a fim de realizar viagem à República de Angola e à República da África do Sul.

É a seguinte a mensagem recebida:

MENSAGEM Nº 242, DE 1996

(nº 1.156/96, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal, Tenho a honra de dirigir-me a Vossas Excelências para informá-los de que me ausentarei do país, no período de 24 a 28 de novembro corrente, para realizar viagem à República de Angola e à República da África do Sul.

2. A viagem a Angola dará prosseguimento às históricas e excelentes relações do Brasil com aquele país e constitui, ademais, retribuição à visita do Presidente José Eduardo dos Santos ao Brasil em agosto de 1995. Será igualmente oportunidade para visitar, pela primeira vez, as tropas brasileiras da Unavem III, que formam o maior contingente de forças de paz da ONU em Angola.

3. A ida à África do Sul atende a convite do Presidente Nelson Mandela e constituirá a primeira visita de um Chefe de Estado brasileiro àquele país, maior parceiro comercial brasileiro no continente africano. Representará um estímulo a um relacionamento de grande potencial, capaz de gerar oportunidades para ambos os países e iniciar uma nova etapa de seu convívio, em patamar político mais elevado.

Brasília, 13 de novembro de 1996. - **Fernando Henrique Cardoso.**

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) - A Presidência recebeu, do Banco Central do Brasil, o Ofício nº S/97, de 1996 (nº 3.336/96, na origem), encaminhando, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, manifestação daquele Órgão relativa à solicitação do Governo do Estado de São Paulo para que possa contratar operação de crédito junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor correspondente a quatrocentos e vinte milhões de dólares norte-americanos, cujos recursos serão destinados à execução do Projeto Sul de Trens Metropolitanos de São Paulo.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) - A Presidência recebeu o Ofício nº 3.337/96, do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, parecer daquele órgão referente à solicitação do Governo do Estado de São Paulo, a fim de que seja autorizada a prestar garantia à operação de crédito a ser realizada pela Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM junto à Societé Générale, no valor correspondente a US\$171 milhões, cujos recursos serão destinados à melhoria das condições de transporte público na região leste da região metropolitana de São Paulo, dentro do Programa Integrado de Transportes Urbanos - PITU.

O expediente anexado ao processado da Mensagem nº 236, de 1996, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) - Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação pelo Plenário, das seguintes matérias:

- Projeto de Resolução nº 109, de 1996, que suspende a execução do art. 276 da Lei nº 3.999, de 29 de dezembro de 1972 - Código Tributário do Município de Santo André, do Estado de São Paulo;

- Projeto de Resolução nº 110, de 1996, que suspende, em parte, a execução da Lei nº 7.713, de 29 de dezembro de 1972, no que diz respeito à expressão "o acionista" contida no seu art. 35; e

- Ofício nº S/5, de 1995, do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, X, da Constituição Federal, cópia do acórdão que declarou a inconstitucionalidade da expressão "avulsos, autônomos e administradores", contida no inciso I do art. 3º da Lei nº 7.787/89.

Os Projetos de Resolução nºs 109 e 110, de 1996, por terem sido aprovados, vão à promulgação;

o Ofício nº S/5, de 1995, por ter sido considerado prejudicado, vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) - No dia 8 de outubro de 1996, foi lido pela Mesa do Senado requerimento de autoria do Senador Eduardo Suplicy encaminhado ao Sr. Ministro da Fazenda, indagando:

"1. Está o Banco Central investigando possíveis irregularidades em operações realizadas no período de 1994-1995 com títulos municipais que pudessem caracterizar-se por prejuízos ao interesse público?

2. O Banco Central detectou que a Prefeitura de São Paulo realizou operações de compra de Letras Financeiras do Tesouro Municipal de São Paulo de longo prazo, casadas, com operações de venda de LFTMSP de curto prazo, utilizando-se de taxa de deságio igual a zero? Tais operações constituem prática normal no mercado de títulos públicos?

3. O Banco Central examinou especificamente a operação divulgada pelo **Jornal da Tarde** de 28 de setembro de 1996, na qual a Prefeitura Municipal de São Paulo, em 1º de dezembro de 1994, teria comprado LFTMSP das instituições Big S/A e Paper LDTVM Ltda., com vencimentos para 1996 e 1997, no montante de R\$6.842.472,15 e vendido às mesmas empresas LFTMSP pelo mesmo montante, com vencimento para 1995, com deságio igual a zero nas duas operações? Poderia o Banco Central estimar o prejuízo que teria sido causado por essa operação à Prefeitura de São Paulo, tendo em vista a taxa média de captação de recursos para a PMSP vigente no período das operações?

4. O Banco Central detectou outras operações semelhantes descritas acima? Em caso afirmativo, detalhar tais operações.

5. Com relação à operação de compras, em 1º de dezembro de 1994, de LFTMSP pela PMSP junto a Contrato DTVM Ltda., no montante de R\$53.504.676,15 e venda desses mesmos títulos à mesma corretora, no montante de R\$51.743.651,50, na mesma data, quem ficou com os títulos ao final das operações de compra e venda? Os títulos teriam ficado com a Contrato DTVM, como dá a entender a nota oficial da Secretaria de Finanças do Município de São Pau-

lo, publicada em 2-10-96, ou teriam ficado com a própria PMSP, como afirma o Presidente da Contrato DTVM Ltda., João Gualberto Teixeira de Mello, em entrevista ao **Jornal da Tarde** de 1-10-96?

6. O Banco Central também detectou a operação de venda, pela PMSP, de LFTMSP no montante de R\$13.778.831,75, em 21-11-95, a preço abaixo de mercado, e recompra, no mesmo dia, de 69,75% do lote vendido, causando um prejuízo de R\$758.737,64 à PMSP?

7. O Banco Central detectou ações que podem se caracterizar como prática de conluio entre administradores de dívidas públicas e instituições financeiras, visando beneficiar os envolvidos em detrimento do interesse público, conforme noticiado pelo **Jornal da Tarde** de 2-10-96? Em caso afirmativo, que providências estão sendo tomadas pelas autoridades monetárias com respeito a esses fatos?"

Pois bem. Esse requerimento foi aprovado pela Mesa do Senado, em 11 de outubro passado, e enviado e protocolado junto ao Ministério da Fazenda, ao Ministro da Fazenda, em 14 de outubro de 1996. Reza o art. 50, §2º, da Constituição:

"§ 2º - As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informação a Ministros de Estado ou a qualquer das pessoas referidas no **caput** deste artigo, importando em crime de responsabilidade a recusa ou o não-atendimento no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas."

Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, dada a relevância dessa matéria, para que todos esses fatos sejam esclarecidos, sobretudo diante da importância das eleições que se realizam amanhã em diversas cidades, sobretudo na Cidade de São Paulo, onde disputam as eleições para a Prefeitura o Secretário de Finanças na época desses fatos, Sr. Celso Pitta, e a Sr^a Luiza Erundina de Sousa, considere da maior importância que esse assunto fosse inteiramente esclarecido.

Na segunda-feira retrasada, em encontro com o Sr. Celso Pitta, expliquei-lhe que tinha formulado esse requerimento e que considerava da maior relevância que houvesse essa informação a tempo e antes das eleições, até para que não pairasse nenhuma dúvida sobre o seu procedimento. O Sr. Celso

Pitta concordou comigo e avaliou como extraordinariamente importante que essa resposta do Ministro da Fazenda fosse encaminhada em tempo hábil, para que a população conhecesse o diagnóstico realizado pelo Banco Central.

Na terça-feira da semana passada, fiz uma breve visita ao Ministro Pedro Malan, para especificamente reiterar a importância de o Ministro da Fazenda responder em tempo hábil, ressaltando que o prazo iria se cumprir nesta semana.

Na quinta-feira da semana passada, tive uma audiência com o Diretor de Fiscalização do Banco Central, Sr. Cláudio Mauch, de 50 minutos, na sede do Banco na Cidade de São Paulo, na Avenida Paulista, ocasião em que ele me reiterou que eu poderia esperar total isenção, porque faria a análise do ponto de vista técnico; que ele não tinha nenhuma preferência em São Paulo para um ou outro candidato; e que ele, como servidor público, Diretor do Banco Central, iria cumprir com seu dever e sua responsabilidade. Reiterei-lhe, mais uma vez, a importância de esse documento chegar a tempo.

Sr^{as} e Srs. Senadores, anteontem, procurei o Presidente do Banco Central, Sr. Gustavo Loyola, e mais uma vez lembrei a importância de que esse documento chegasse ontem, portanto, na hora em que se cumprissem os 30 dias. Aguardei por uma hora em seu gabinete, até que me informaram que S. S^a não voltaria mais, porque estava na Casa Civil, no Palácio do Planalto.

Dirigi-me ao Palácio do Planalto, onde, ao chegar, a secretária perguntou-me se estava procurando pelo Presidente do Banco Central. Disse-lhe que, agora, estava procurando o Ministro da Casa Civil, Clóvis Carvalho. Ela pediu-me que aguardasse um pouco na sala de espera. Fui até a sala de espera, onde encontrei o Ministro da Fazenda Pedro Malan, fumando seu cachimbo, fazendo uma pausa da reunião que se realizava, provavelmente sobre política econômica - não perguntei. Dialoguei com S. Ex^a e renovei a importância de o documento chegar ao Senado na data de ontem, quando se completariam 30 dias, mas que, se possível, fosse entregue antes. O Ministro Pedro Malan disse-me que, logo que chegasse às suas mãos o documento, S. Ex^a o assinaria e encaminharia a esta Casa.

Depois de aguardar, por uns 20 minutos, o término da reunião, chamaram-me à sala e ali estavam o Ministro Clóvis Carvalho, da Casa Civil, e o Presidente do Banco Central, Gustavo Loyola. Eu, então, reiterei, mas eles já estavam esclarecidos e perguntaram-me: "V. Ex^a veio à procura, quer saber a res-

posta?" Eu disse: "É claro que quero saber, e pediria que os senhores acelerassem a entrega, pois amanhã é o último dia". O Ministro Clóvis Carvalho me disse: "Com certeza o documento chegará ao Senado amanhã".

Reiterei, então, a importância de o documento chegar na parte da manhã, para poder ser lido na sessão, à tarde, o que seria natural. "As providências serão tomadas na primeira hora do dia", eles me asseguraram. Saí, então, de lá com a convicção de que assim seria, acreditando na palavra do Ministro Clóvis Carvalho e do Presidente do Banco Central, Gustavo Loyola. Soube depois que, de fato, na manhã do dia 13 - ontem, portanto -, às 10h15min, o assessor parlamentar do Banco Central do Brasil encaminhou ao Ministro da Fazenda o documento para que, então, fosse preparado um ofício.

Eu gostaria de lembrar agora um detalhe da reunião. Eu havia dito ao Ministro Clóvis Carvalho e ao Presidente Gustavo Loyola que, caso precisassem de ajuda, eu me dispunha a levar o documento, para que não houvesse qualquer atraso, da Presidência do Banco Central ao Ministério da Fazenda e ao Senado Federal. O Ministro Clóvis Carvalho assegurou-me quão eficiente o Governo é para levar documentos do Banco Central para o Ministério da Fazenda e para o Senado. Eu disse então que iria acreditar em S. Ex^a e que ficaria aguardando.

Pois bem, às 10h15min o documento foi do Banco Central para o Ministério da Fazenda. O Ministro da Fazenda voou para São Paulo na parte da tarde, lá chegando entre 16h30min e 17h - pelo menos, essa foi a informação que me foi dada. Mas ainda não havia assinado o documento.

Continuei reiterando a necessidade do documento junto ao Ministério da Fazenda, junto ao Dr. Hugo Braga, e S. S^a me disse que eu podia ficar sossegado, porque o documento viria. Mas como o Ministro da Fazenda não o havia ainda assinado, S. Ex^a assinaria um fax e o mandaria - ele teria uma máquina portátil de fax - para ser enviado ao Senado Federal.

Por volta das 18h, eu estava junto com o Secretário da Mesa, Dr. Carrero, na sala da Secretaria da Mesa, ocasião em que telefonamos para o Assessor Parlamentar, Dr. Hugo Braga, que reiterou que o documento chegaria. Pediu ele, entretanto, que se prorrogasse o horário do protocolo até as 19 horas.

Foi uma gentileza do Senado fazer isso, senão ficaria caracterizado crime de responsabilidade do Ministro, pois o documento deveria ter chegado até as 18h30min e não chegou.

Eis que, às 19h05min - ainda que tivesse o Dr. Hugo Braga comigo dialogado e dito que encaminharia o documento, e tivesse eu informado a ele que estava na Secretaria-Geral da Mesa, aguardando -, o documento foi entregue à Chefe de Gabinete do Senador Odacir Soares, Sr^a Analice Pinheiro. Esse documento, segundo a Sr^a Analice Pinheiro, era uma cópia, e não o original do Ministro Pedro Malan. Esse é um detalhe importante.

Hoje, a Sr^a Analice Pinheiro informou-me que levou o documento e outros para que o Senador Odacir Soares despachasse em sua residência, local onde S. Ex^a não se encontrava. Eu, inclusive, fui à residência da Sr^a Analice e à residência do Senador Odacir Soares, para procurá-los, até próximo da meia-noite e trinta, mas não consegui encontrá-los.

Hoje, pela manhã, fui ao gabinete do Primeiro-Secretário e conversei com a Sr^a Analice. Ela até ficou preocupada - e com razão - por eu ter ido à sua casa, mas expliquei as razões e por que conversei com as suas filhas, que até me convidaram para ali aguardar, o que preferi não fazer. Se a Sr^a Analice tiver ficado ofendida, ou preocupada, com o meu procedimento, a ela e à sua filha já pedi desculpas, mas expliquei-lhe que estava defendendo o interesse público, que é atribuição do Senador.

Enfim, a notícia que tivemos do Senador Odacir Soares é que ele foi para Rondônia - parece que não foi pelas linhas regulares. Hoje, na hora do almoço, a informação que tivemos é que ele havia ido para o Município de Cabixi - foi o que o seu escritório político informou.

O Presidente José Sarney ligou para o Senador Odacir Soares e até agora está aguardando qualquer comunicado.

Se o Senador Odacir Soares, em Cabixi, porventura estiver nos ouvindo, por favor nos informe, porque estamos preocupados com o seu paradeiro, estamos preocupados em saber se S. Ex^a está com o documento, ou se o documento está em alguma gaveta do seu gabinete ou na sua residência. Isto é muito importante.

Como o Presidente do Senado, Senador José Sarney, ficou preocupado com esse assunto - inclusive quando os jornalistas perguntaram onde estava o documento e se ele iria tomar uma decisão -, às 13h45min S. Ex^a me telefonou para dizer que acabara de conversar com o Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, Dr. Pedro Parente, para pedir que o original do documento do Ministro da Fazenda fosse encaminhado, uma vez que apenas tinha vindo a cópia.

Eu, aqui, agora, solicito que, por ato da Presidência do Senado, de pronto, seja reiterada tal solicitação do Presidente José Sarney e que a Secretaria da Mesa prepare um ofício, em nome da Presidência do Senado, a ser encaminhado imediatamente ao Gabinete do Ministro da Fazenda, solicitando que esse documento chegue na tarde de hoje ao Senado Federal. Solicito que, com a maior urgência possível, seja tomada essa providência, que a Secretaria da Mesa faça ir um funcionário ao gabinete do Ministro da Fazenda buscar esse documento na tarde de hoje.

Lembro que o §2º do art. 50 da Constituição Federal dispõe:

Art. 50.....

§ 2º As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informação a Ministros de Estado ou a qualquer das pessoas referidas no **caput** deste artigo, importando em crime de responsabilidade a recusa ou o não-atendimento no prazo de 30 dias, bem como a prestação de informações falsas.

Solicito ainda que o gabinete do Ministro da Fazenda seja avisado de que essa resposta deve chegar a esta Casa antes do final do expediente.

Espero que o Ministro da Fazenda e o Presidente Fernando Henrique respeitem o Senado Federal, porque, ontem, às 19h45min, ao receber um telefonema do Presidente Fernando Henrique, reiterei a Sua Excelência a importância da chegada em tempo hábil desse documento.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra à nobre Senadora Marina Silva.

A SRA. MARINA SILVA (PT-AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicio solidarizando-me com a luta de V. Ex^a pelo interesse público, para que aqueles investidos de uma função pública prestem conta à sociedade dos erros que praticaram. Para isso, nada melhor do que informações corretas.

Espero que todos os requerimentos feitos nesse momento pela Presidência do Senado sejam atendidos pelas autoridades competentes.

Sr. Presidente, tratarei de um episódio que há mais de dez anos vem envolvendo o meu Estado, Rondônia. Refiro-me ao litígio que ocorre entre as vilas Estrema e Califórnia, na divisa do Acre com Rondônia. Os dois Estados entendem que aquelas vilas fazem parte de seu território. Após inúmeras tentati-

vas de acordo e de um processo, que vem arrastando-se no Supremo Tribunal Federal por muitos anos, há uma expectativa de solução, graças a uma forte pressão exercida pelas duas vilas, inclusive com o fechamento da BR-364, há alguns meses, para que Senadores e Deputados Federais, tanto de Rondônia quanto do Acre, conseguissem uma audiência com o Ministro Nelson Jobim.

Esse movimento acabou por dar origem a uma reunião que se realizou nas duas localidades, em Estrema e Califórnia, com a presença do Governador do Estado de Rondônia e do Ministro Jobim. Eu, inclusive, estive presente e fui uma das pessoas que muito se esforçaram para que essa audiência ocorresse.

O Ministro Jobim apresentou um documento proposto, que foi aceito pelas duas vilas, no sentido de que se buscasse uma solução no Supremo Tribunal Federal que fosse acatada pelos dois Estados, a fim de que pusessem um fim nesse processo que, há muito, vem prejudicando a vida das populações daquelas localidades.

Recentemente, tivemos notícia de que esse processo está tramitando, e espero que, até o final do ano, tenhamos uma decisão. Só que essa decisão, sob o meu ponto de vista, carece de algumas informações, a fim de que as autoridades competentes façam o devido julgamento. Em função disso, fiz um pedido de audiência junto ao Ministro Néri da Silveira, no sentido de que S. Ex^a receba as autoridades acreanas, juntamente com representantes das duas vilas - o Bispo Moacir Grecchi também está interessado em participar dessa reunião -, a fim de que o Acre possa manifestar-se a respeito do litígio entre os dois Estados.

Por que estamos buscando essa audiência com o Ministro Relator? Primeiro, porque um fato dessa magnitude, com todas essas nuances, não pode ser decidido sem que se leve em conta uma série de questões, principalmente as que envolvem o relacionamento histórico das vilas com o Estado do Acre, os problemas políticos que advêm dessa relação. E, em nome de uma análise meramente técnica, feita pelo IBDF, que não levou em conta uma série de outros aspectos, houve uma decisão, pelo menos preliminar, no relatório do Procurador-Geral da República, Dr. Geraldo Brindeiro, que dá ganho de causa ao Estado de Rondônia.

Sr. Presidente, quero deixar bem claro que esta Senadora também faz parte daquele grupo que defende uma decisão imediata. Não se pode permitir o que vem acontecendo ao longo desses dez anos,

quando as comunidades não têm acesso aos benefícios de saúde, de educação, de financiamento para a produção, de abertura de ramais para escoamento da sua produção, enfim, são completamente marginalizadas. Existe o Movimento dos Sem-Terra, dos sem-teto, e o pessoal de Estrema e Califórnia passaram a pertencer, durante esse período, ao movimento dos sem-Estado, porque não pertencem nem ao Acre, nem a Rondônia. Portanto, quero que haja uma decisão e que esta seja devidamente comunicada à sociedade.

Longe de mim querer questionar a competência e a capacidade de julgamento do Ministro Néri da Silveira. S. Ex^a, com certeza, agirá com grande responsabilidade pública e política, porque essa é uma questão muito delicada. Mas é do nosso interesse que o Acre possa mais uma vez expor as razões pelas quais estamos reivindicando aquelas vilas.

O pouco que existe em termos de saneamento é um trabalho realizado pelo Governo do Estado do Acre, assim como a segurança, desde a época da Dr^a Yolanda Lima. Pelo mesmo Estado é feito o serviço de telefonia, bem como as cobranças tributárias e a grande maioria dos registros das famílias. Deve-se lembrar que, para se chegar ao Estado do Acre, são apenas 180Km, contra os mais de 300Km para se chegar até Rondônia, com o desconforto de se ter de atravessar o rio Madeira de balsa.

Dessa forma, há uma série de questões que precisam ser levadas em conta. Por isso, faço estas ponderações e quero levá-las ao Ministro, que dará um parecer definitivo sobre a matéria.

Sou solidária à luta das vilas e tenho um envolvimento muito forte com aquelas comunidades. Portanto, não é pelo fato de pertencerem a Rondônia que irei me ausentar do trabalho que sempre realizei, até porque, ali, há um dos melhores projetos conhecidos na Amazônia: o Projeto Reca. Trata-se de um sistema de adensamento com culturas perenes de cacau, de pupunha, de cupuaçu e de frutas tropicais, o que dá uma rentabilidade fantástica para os moradores daquela população. São sistemas agro-florestais compatíveis com o desenvolvimento e a preservação do meio ambiente na Amazônia e que - pasme, Sr. Presidente! - não é obra de nenhum governo. Foi uma iniciativa da Igreja, do Bispo Moacir Grecchi.

Quando o Ministro da Reforma Agrária, na época do Governo Collor, visitou o Estado do Acre, todos pensávamos que ele seria levado aos projetos de colonização do Governo Federal, do INCRA, para

conhecer os campos de concentração onde eles prenderam pessoas para morrer de malária, sem crédito, sem saúde, sem educação. Não conheceu os projetos de assentamento, não visitou o Padre Peixoto, não visitou o Projeto Redenção, não visitou o Projeto Humaitá, nem o Santa Luzia, em Cruzeiro do Sul. Visitou o Projeto Reca, onde o trabalho da Igreja, com o apoio de entidades não-governamentais internacionais, é um exemplo para o Brasil e para o mundo de como é possível praticar o desenvolvimento sustentável na Amazônia, melhorar a qualidade de vida das pessoas, fazer justiça social e preservar o meio ambiente.

Tenho forte vínculo com essas experiências, com o trabalho de pessoas como o Sérgio do Reca, como a Margareth, como os membros da Aspruv e tantos outros batalhadores. Quero que essa decisão seja tomada e de maneira, digamos, bem informada. Meu compromisso é continuar fazendo todo o possível para que experiências como essas, vitoriosas e importantes para a Amazônia, continuem sendo empreendidas com o maior sucesso.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a população de Vila Estrema e Califórnia, sendo do Acre ou de Rondônia, poderá contar com o apoio da Senadora Marina Silva. Não posso, de antemão, aceitar uma decisão que ainda carece de uma série de informações que somente o Acre, sobretudo pelo fato de sempre se ter feito presente junto àquelas populações, é capaz de oferecer às autoridades agora imbuídas da função de decidir, de uma vez por todas, esse contencioso que tanto tem prejudicado a população de Estrema e Califórnia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) - Concedo a palavra ao Senador Roberto Freire, por 20 minutos.

Logo após, concedo a palavra ao Senador Lauro Campos e, em seguida, ao Senador Edison Lobão.

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS-PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, manifesto minha solidariedade, meu apoio a V. Ex^a pela sua capacidade de luta, sua persistência, sua pertinácia em buscar o que julga ser do interesse público, como, por exemplo, o ato de realizar esta sessão para fazer valer institucionalmente a competência e responsabilidade que deve ter a Mesa do Senado e o próprio Senado Federal.

O fato narrado por V. Ex^a é grave por si só, independentemente das consequências - quem sabe até graves - que poderão advir do documento, no

seu conteúdo. É grave, mesmo tendo conhecimento do simples fato de esse documento, que deveria chegar a tempo de abrir uma polêmica, uma discussão acerca de um processo eleitoral que se vai ultimar nas próximas vinte e quatro horas, não ter chegado no prazo devido. O Senado deveria ter tomado essa precaução, até para não correr o risco que está correndo hoje, o de ter uma Mesa parcial. Isso é grave! Grave o suficiente para se ter aqui a presença de um futuro Bloco, que tem uma preocupação muito grande com a sucessão da Mesa do Senado. E a Presidência desta Casa não pode estar subalterna a um partido político, a um grupo político, muito menos a interesses do Executivo, seja ele qual for.

Talvez esta sessão de hoje, realizada às pressas, com o objetivo muito específico de resgatar a respeitabilidade da Mesa do Senado, ajude-nos a pensar, quando da sucessão, que é preciso termos precaução para que não ocorra outra sessão como esta.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) - Agradeço ao Senador Roberto Freire pelas palavras, que definem princípios muito importantes em defesa do Senado Federal.

É extremamente importante que os componentes da Mesa - o Presidente, o 1º Secretário, enfim, todos - procurem sempre exercer as suas funções com a maior responsabilidade e isenção possíveis em defesa do interesse público; é importante que cada um possa cumprir os deveres fundamentais de Senador, conforme expressa a Resolução nº 20, de 1993, que institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar.

Na parte dos deveres fundamentais dos Senadores, está expresso:

"Art. 1º No exercício do mandato, o Senador atenderá às prescrições constitucionais e regimentais e às contidas neste Código, sujeitando-se aos procedimentos disciplinares nele previstos.

Art. 2º São deveres fundamentais do Senador:

I - promover a defesa dos interesses populares e nacionais;

II - zelar pelo aprimoramento da ordem constitucional e legal do País, particularmente das instituições democráticas e representativas, e pelas prerrogativas do Poder Legislativo;

III - exercer o mandato com dignidade e respeito à coisa pública e à vontade popular;

IV - apresentar-se ao Senado durante as sessões legislativas ordinárias e extraor-

dinárias e participar das sessões do Plenário e das reuniões das Comissões de que seja membro, além das sessões conjuntas do Congresso Nacional."

Acredito que seja isso o que se espera de cada Senador e Membro da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) - Concedo a palavra ao nobre Senador Lauro Campos.

O SR. LAURO CAMPOS (PT-DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu não poderia silenciar minha admiração diante do comportamento que o nobre Presidente Eduardo Suplicy soube manter frente ao episódio que se vem desenrolando há muito tempo e que teve por origem o próprio Banco Central do Brasil.

Quando o Senador José Serra era um dos candidatos à Prefeitura de São Paulo, o Banco Central fez transitar pela imprensa nacional dados referentes à compra e venda de ações de títulos da Prefeitura de São Paulo, que teriam dado prejuízo significativo aos cofres da mesma.

V. Ex^a, como tem feito ao longo do cumprimento de todo o seu mandato, atuou mais uma vez de forma exemplar ao agir com denodo, coragem, presença e seriedade que imprime aos atos de seu mandato; procurou, por todos os meios, evitar que o tempo se transformasse, mais uma vez, no algoz dos fracos.

Para os poderosos, o tempo tem um conteúdo e um significado. Quando uma grande empresa recorre de uma sentença contra um operário que foi vitimado por alguma injustiça cometida contra ele, existe todo um corpo jurídico de advogados. A direção da empresa nem se perturba com o passar do tempo, com o prolongamento de embargos, agravos e recursos que protelam indefinidamente o resultado da ação. Enquanto isso, padece de fome - o tempo é o algoz do pobre -, padece dos maiores constrangimentos aquele que espera a Justiça, que sempre tarda e muitas vezes falta.

É impressionante esse episódio levantado no primeiro turno da campanha. O Banco Central possuía dígitos, possuía documentos que agora foram tomados de uma lerdeza, foram tomados de uma sonolência, de uma estratégia que infelizmente levanta suspeita a respeito daqueles que têm a responsabilidade de fazer com que as explicações requeridas por V. Ex^a fossem dadas dentro dos prazos legais.

Sr. Presidente, somos de Partidos minoritários e defendemos as classes desfavorecidas deste País, às quais pertencemos ideológica - de forma

engajada - e emocionalmente, num País que nos oferece a opção, muitas vezes, entre sermos populistas, "economicidas" ou genocidas. Se é apenas essa triste opção que nos é dada, prefiro ser populista a ser "economicida", a ser genocida.

Sr. Presidente, um outro episódio sobre o qual quero me reportar, que não encontrou em mim as mesmas qualidades que o levaram a defender este que desperta o interesse desta reunião de hoje, foi o fato de que a candidata Luiza Erundina julgou-se prejudicada pelo fato de que o seu adversário, Sr. Pitta, até há pouco tempo membro do Governo do Prefeito Paulo Maluf, estaria usando como logotipo de sua campanha o trevo de quatro folhas, com corações no lugar das folhas. Em tudo, idêntico ao emblema da Prefeitura de São Paulo.

Ora, tal procedimento, na disputa política, de utilização de um emblema que pertence à Prefeitura de São Paulo, o qual essa Prefeitura utiliza em todas as suas obras, confunde o público com o privado, confunde a campanha desenhada pelo Sr. Pitta com as obras do Governo do Sr. Maluf.

Contra isso, o Partido dos Trabalhadores tentou recorrer à Justiça e, infelizmente, Sr. Presidente, no primeiro turno, um Ministro do Tribunal Superior Eleitoral - não quero referir-me ao nome - disse que não havia tempo hábil para exarar a sua sentença em relação àquele caso. Não havia tempo hábil!

Agora, no segundo turno, o advogado do Partido dos Trabalhadores, nesta Capital, pediu-me que interferisse junto a S. Ex^a, o Ministro do Tribunal Superior Eleitoral.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, advoguei alguns anos na minha vida e nunca procurei manter contatos particulares fora dos autos e fora das audiências com os senhores juízes e ministros. E poderia ter facilmente acesso a muitos deles. Antônio Villas Boas disse-me, certa vez, que conheceu meu avô, meu pai, a mim e aos meus filhos - quatro gerações -, foi meu professor e foi colega de meu pai durante 25 anos. E tantos outros, como Aliomar Baleeiro, que me convidou três vezes para trabalhar com ele - e eu me senti muito honrado -, mas preferi continuar como professor da Universidade. Poderia muito bem ter-me aproximado dele para pedidos extra-autos. Nunca o fiz.

Mas, atendendo ao pedido e diante da premência do caso, telefonei a S. Ex^a, o Sr. Ministro, que me disse estar com muitos processos e que, obviamente, não daria nenhuma preferência ao angustiante pedido da Prefeita Luiza Erundina.

E novamente, agora no segundo turno, S. Ex^a finalmente exarou a sua sentença, profere o seu voto e afirma que não há mais tempo para se cumprir uma decisão, caso ela fosse favorável à nossa candidata à prefeitura.

O tempo não é neutro; o tempo ajuda alguns e prejudica outros, como V. Ex^a acaba de demonstrar na sua luta contra o tempo nesses últimos dias.

Portanto, apenas fazendo um paralelo, imaginemos que um criminoso estivesse fugindo e, já no aeroporto, com as passagens compradas e a bagagem despachada, um juiz dissesse: "Não, não vou mandar prendê-lo, porque não há mais tempo hábil. Ele já está quase no avião".

O tempo, o mores! O tempo não é neutro, o tempo também tem uma coloração partidária; **time is money**, o tempo também pende a favor daqueles que têm o poder, e o poder do dinheiro.

Muito obrigado.

O SR. EDISON LOBÃO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) - Concedo a palavra ao nobre Senador Edison Lobão, pela ordem.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a possui vários admiradores neste plenário, entre os quais eu próprio me incluo, por sua presença permanente nos trabalhos da Casa, pela consciência do dever que sempre tem, de político de primeira linha neste País.

Tenho acompanhado a cobrança que V. Ex^a tem feito de um requerimento de informações encaminhado ao Governo. Não sei se o Ministro da Pasta, ao qual o expediente foi encaminhado, já ultrapassou o prazo regimental. Mas, se o fez sem a devida resposta, eu diria que está descumprindo realmente os dispositivos regimentais. Descumprimento que, aliás, assistimos todos os dias. Este caso, se ocorreu, não terá sido o primeiro e, seguramente, não será o último. O que é lastimável. Os prazos devem ser cumpridos sempre que a Mesa do Senado ou da Câmara encaminha ao Governo um requerimento de informações.

Se a resposta foi dada, ela é sempre encaminhada ao 1º Secretário, que no caso presente não se encontra em Brasília. E os funcionários desta Casa, tanto os funcionários dos Senadores quanto os funcionários dos Membros da Mesa do Senado, têm responsabilidade e subordinação diretas aos Senadores com os quais trabalham e aos titulares dessas Secretarias.

Portanto, se existe alguma resposta enviada à Casa ao requerimento de V. Ex^a, e se esta resposta se encontra com algum Senador, Membro da Mesa, somente ele poderá enviar à Assessoria da Mesa, para que o encaminhe a V. Ex^a. Porém, como estou convencido de que o 1º Secretário, segundo informações que tenho, estará retornando a Brasília na segunda-feira, certamente, se S. Ex^a está com o documento, V. Ex^a o receberá na segunda-feira. Não creio que o mesmo faça falta até lá; amanhã é feriado, depois de amanhã é sábado e, posteriormente, domingo; na segunda-feira V. Ex^a terá o documento em suas mãos; a não ser que quisesse utilizar o documento para efeitos eleitorais, no que não acredito; se o objetivo não é esse, pode esperar pela segunda-feira.

Suponho que nenhum funcionário possa ultrapassar a sua responsabilidade de subordinação direta ao Senador com o qual trabalha.

Aqui, fica a minha admiração, expressa desde o começo da minha manifestação - V. Ex^a talvez não tenha percebido, porque estava ao telefone. Quanto a esse episódio, creio que será devidamente esclarecido pelo 1º Secretário, ao chegar a esta Casa na segunda-feira.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) - Permita-me esclarecer o que foi exposto por V. Ex^a. O Senador Odacir Soares, como 1º Secretário, precisa cumprir o que está no Código de Ética do Senado, nos procedimentos do Senador, onde desponta a necessidade de se zelar pelo interesse público.

O Senador Odacir Soares está plenamente consciente da importância desse documento. Não é por uma questão eleitoral, mas por uma questão de decisão de altíssima relevância para a maior cidade do País, porque se trata do esclarecimento de um assunto extremamente grave. Esse esclarecimento poderá ser em benefício do Sr. Celso Pitta e altamente positivo para ele, se o Banco Central tiver detectado que tudo ocorreu de boa-fé, sem nenhum problema. Sendo assim, é ótimo. Mas o documento do Banco Central também pode revelar algum fato grave, que merecerá a oportunidade completa de esclarecimento pelo candidato Celso Pitta. Isso precisa ser definido hoje, porque amanhã haverá uma decisão de extraordinária relevância, e os aproximadamente 6,5 milhões de eleitores de uma cidade de quase 11 milhões de habitantes deverão estar muito bem informados sobre tudo que tiver ocorrido.

Sendo V. Ex^a companheiro de Partido do Senador Odacir Soares, faço um apelo no sentido de que possa se comunicar com S. Ex^a e dizer o que

está acontecendo. Um documento do Senado, dessa importância, não pode ter ido para Rondônia. É possível que S. Ex^a o tenha despachado, encaminhado à Mesa ou, quem sabe, deixado em sua residência. Talvez um telefonema de V. Ex^a pudesse alcançá-lo, mesmo em Cabixi, no interior de Rondônia. S. Ex^a já recebeu recado de minha parte e do Senador José Sarney, mas avalio que o apelo de V. Ex^a será muito mais significativo do que o deste Senador.

O SR. EDISON LOBÃO - Senador Eduardo Suplicy, sem ter nada a ver com esse episódio, sendo apenas um correligionário do Senador Odacir Soares, já tentei uma comunicação com S. Ex^a e deixei alguns recados. A informação que tive é de que S. Ex^a estará aqui na segunda-feira.

Mas agora V. Ex^a declara que o documento seria útil para a eleição de amanhã. Aí já não concordo com V. Ex^a. Não desejo que o Dr. Pitta seja beneficiado por uma informação do Banco Central, nem desejo que a Dr^a Erundina também o seja. Se há alguma irregularidade em torno desse documento, deve ser objeto de avaliação por parte da Justiça, do Poder Judiciário, para punir quem, eventualmente, tenha responsabilidade; isto, sim. No entanto, para efeito eleitoral - já nem digo mais eleitoral, a essa altura -, é inconcebível.

Quanto aos servidores, repito aquela posição anterior: devem subordinação ao titular da Secretaria e aos Srs. Senadores com os quais trabalhem diretamente.

Apenas solicito a V. Ex^a que aguarde, de maneira indulgente, a chegada do Senador Odacir Soares, que, seguramente, virá a esta tribuna, até por solicitação minha, para prestar esclarecimentos ao Senado sobre os episódios em causa.

Muito obrigado a V. Ex^a.

A SR^a MARINA SILVA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) - Tem V. Ex^a a palavra.

A SR^a MARINA SILVA (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, existe no Senado uma Comissão de Ética, da qual, inclusive, faço parte.

Conforme foi exposto, com muita propriedade, pelo Senador Edison Lobão, não é a primeira vez que ocorrem fatos dessa natureza. O Senador Roberto Freire também deu conhecimento ao Plenário de que já aconteceram episódios em que, claramente, ficou demonstrada uma certa tendenciosidade na demora do fornecimento das informações. Como

Membro da Comissão de Ética, não apenas para este caso, mas para todos os casos em que ocorrem fatos dessa natureza, estarei sugerindo uma reunião para que possamos tomar algumas decisões a respeito.

Não é a primeira vez que isso ocorre. Todavia, esta situação tem certa magnitude, porque as informações são importantes. Embora não sejam para beneficiar ou prejudicar essa ou aquela pessoa, criando um fato, porque ele já existe, trata-se de uma decisão importante. Da mesma forma, quando há um casamento, diante do altar, o padre enuncia: se alguém tiver alguma coisa a declarar, que fale agora ou se cale para sempre. No momento em que se vai escolher o representante de uma cidade, algumas informações são importantes. Talvez se a população delas tivesse conhecimento teria agido de outra forma.

Não se trata de prejudicar ninguém. Se os documentos existem no Banco Central e não apontam qualquer problema, não há, portanto, o que o candidato Celso Pitta temer, nem o que a ex-Prefeita Luiza Erundina esperar no sentido de que possa beneficiar sua candidatura.

O que não pode acontecer é um Colégio Eleitoral da magnitude do que tem o Município de São Paulo, ou qualquer outro, ser privado das devidas informações no momento em que vai eleger seu representante, estando um dos candidatos envolvido em algumas denúncias muito graves.

Neste sentido, julgo fundamental que as informações possam chegar o quanto antes e não apenas na segunda-feira, depois do fato consumado, o que poderia acarretar um outro desdobramento.

Dessa forma, repete-se aquela história de que os fins justificam os meios e de que as informações são filtradas de acordo com os interesses de cada um, e não com o interesse público.

Em alguns momentos, vejo que aqui vale muito não a autoridade do argumento, mas o argumento da autoridade, como já disseram alguns - essa frase não é minha. Lamento muito quando vejo prevalecer o argumento da autoridade ao invés da autoridade do argumento.

Neste momento, Senador Eduardo Suplicy, com quem me solidarizo, sinto que V. Ex^a tem a autoridade do argumento. Parece-me que aqueles que ficam apenas com o argumento da autoridade tiveram até que sair de Brasília para não terem que curvar-se diante das razões de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) - Eu gostaria de esclarecer ao Senador Edison Lobão

que o Regimento Interno, no Título III, Capítulo I, art. 46, diz:

"A Mesa se compõe de Presidente, dois Vice-Presidentes e quatro Secretários.

§ 1º Os Secretários substituir-se-ão conforme a numeração ordinal e, nesta ordem, substituirão o Presidente, na falta dos Vice-Presidentes.

§ 2º Os Secretários serão substituídos, em seus impedimentos, por Suplentes em número de quatro.

§ 3º O Presidente convidará quaisquer Senadores para substituírem, em sessão, os Secretários, na ausência destes e dos Suplentes.

§ 4º Não se achando presentes o Presidente e seus substitutos legais, inclusive os Suplentes, assumirá a Presidência o Senador mais idoso."

Estando o Presidente, os Vice-Presidentes e os quatro Secretários ausentes, o seu substituto legal é o Suplente presente. Senador Edison Lobão, aquele que hoje é o Suplente legal, presente neste instante nesta Casa, é o Senador que vos fala. Então, conforme o Regimento e a Constituição, estou exercendo a Presidência e a Secretaria da Mesa cumulativamente.

Ontem, como foi-nos enviada uma cópia do documento, o Presidente José Sarney solicitou ao Ministério da Fazenda, falando com Pedro Parente, Secretário-Executivo, que enviasse o original. Estou reiterando essa solicitação. Como Secretário substituto do 1º Secretário, devo ser a pessoa que vai receber esse documento na tarde de hoje. Assim, estou aguardando.

O SR. LAURO CAMPOS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) - Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Lauro Campos.

O SR. LAURO CAMPOS (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria que V. Ex^a me esclarecesse, a fim de que eu possa fazer um juízo mais abalizado a respeito deste grave problema que aqui nos preocupa hoje. Naquele momento em que vários candidatos disputavam a Prefeitura de São Paulo, entre eles, nosso eminente colega, o Senador José Serra, foi divulgado pela imprensa, naquela ocasião, que teria havido um vazamento de dados sobre a custódia, o julgamento e os estudos realizados pelo Ban-

co Central a respeito desse procedimento em relação ao qual V. Ex^a pede informações, ou seja, a venda de títulos da Prefeitura de São Paulo com uma recompra que teria dado prejuízo ao Erário daquele Município.

Gostaria que V. Ex^a esclarecesse se, realmente, o Banco Central abriu suas informações em determinado momento. Aí, sim, seria um uso político do fornecimento e do momento em que as informações teriam sido prestadas.

No segundo turno, como o Banco Central não tem mais um candidato de sua preferência, parece que aqueles dados publicados pela imprensa nacional em diversos jornais sumiram, desapareceram. É preciso tanta luta, tanta pesquisa, tanta indagação para que sejam reencontrados os dados que dispõe o Banco Central?

Sr. Presidente, tenho manifestado, várias vezes, a minha estranheza em relação ao comportamento do Banco Central. Penso que, realmente, muitos atos do Banco Central são inquinados da mais profunda suspeição, haja vista o tal Proer. Agora, gostaria que desta vez o Banco Central pudesse explicar como, naquele momento, durante a disputa do primeiro turno, apareceram esses dados e agora estes são sonogados, existindo uma verdadeira luta, uma pesquisa de Sherlock Holmes, empreendida por V. Ex^a, no sentido de conseguir, em tempo determinado pela lei, que o Banco Central cumpra a sua obrigação legal e forneça essas informações, doa a quem doer.

Essas informações podem, obviamente, favorecer a uma parte ou a outra. Entretanto, devem ser prestadas, se realmente não há nada a esconder. Afinal, não estamos mais no tempo do pau-brasil, que foi varrido do nosso território. Obviamente, é possível que haja até alguns exemplares dessa espécie em extermínio, que são utilizados por alguns caras-de-pau em sua conduta política.

Será que a minha suspeita, a minha lembrança, a minha memória está equivocada? Ou não? Por que será que esses dados já veiculados, em relação aos quais se sabe inclusive o **quantum** teria havido de prejuízo aos cofres da Prefeitura, de repente, se transformam em segredo de polichinelo e o Banco Central e as autoridades constituintes deste País ignoram os prazos fatais a que estão submetidos, deixando de esclarecer a opinião pública a respeito de tão crucial problema?

Gostaria que V. Ex^a me ajudasse a lembrar se esses dados já foram divulgados no primeiro turno, pois, se o foram, obviamente, aí sim, foram utili-

zados de forma eleitoreira, porque havia um candidato a ser favorecido naquela ocasião.

Dessa forma, solicito a V. Ex^a a gentileza de esclarecer, se for possível, a minha memória que pode ter me faltado neste momento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) - Gostaria de esclarecer ao Plenário que a Sr^a Analice Pinheiro, há cerca de 15 minutos, telefonou-me informando que tinha em suas mãos uma cópia do documento e indagando como deveria proceder na ausência do 1º Secretário. Esclareci que, na ausência do 1º Secretário, sou o seu substituto, e reiterei que me fosse entregue o documento. Ela disse que viria, mas já se passaram mais de 15 minutos e ela ainda não chegou. Como Presidente do Senado, solicito a Sr^a Analice Pinheiro que venha entregar o documento.

Simultaneamente, estou encaminhando ofício ao Sr. Pedro Parente. É solicito à Secretaria da Mesa que acelere a sua feitura, para que chegue logo às mãos do Secretário-Executivo do Ministro Pedro Malan, que se encontra em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) - Concedo a palavra à nobre Senadora Marina Silva.

A SR^a MARINA SILVA (PT-AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, é do conhecimento de todos a tramitação de um projeto de minha autoria que trata da regulamentação do acesso aos nossos recursos biológicos. Esse projeto está na Relatoria do Senador Osmar Dias, que tem tido um comportamento bastante edificante do ponto de vista do estabelecimento de uma relação com a comunidade científica, com as entidades não-governamentais, com setores do Poder Executivo interessados na matéria, com algumas representações de populações tradicionais.

Foram realizadas quatro audiências públicas pelo País: uma no Estado de São Paulo, outra no Amazonas e duas em Brasília, que contaram com a participação muito grande de pessoas interessadas na matéria.

Vale também salientar o quão foi importante a colaboração oferecida através do seminário realizado pela WWF, Instituto Socioambiental, o SPTA, o Ministério do Meio Ambiente, o próprio Senado, através da Comissão de Assuntos Sociais, com o empenho das pessoas que ali compareceram, no sentido de oferecer subsídios para que o relator da matéria possa ter acesso a todas as ponderações e sugestões feitas na elaboração do seu parecer.

Cabe ainda lembrar, mais uma vez, quais foram as razões que me levaram a apresentar esse projeto. Quando assumi o meu mandato nesta Casa, vim com o compromisso de trabalhar pelo meu País, mas consciente de que represento uma parte muito importante do Brasil - metade do território nacional -, que é a Região Amazônica: uma parte do mundo que sequer nos demos ao trabalho de hortar, pois simplesmente recebemos das mãos de Deus como uma dádiva; é uma área com grande quantidade de minerais, madeiras nobres, animais, plantas, frutos saborosos que não existe em lugar nenhum do mundo, ou seja, uma megadiversidade de microorganismos, de ecossistemas completamente diferenciados e variados.

Observando-se aquele paraíso, vemos o contraste com uma situação de pobreza, de concentração de terra e desemprego. Por exemplo: há dois dias, estive no Estado do Amazonas, onde fiquei sabendo que há um déficit habitacional de 120 mil casas. Só no Município de Manaus, são 150 mil pessoas que estão desempregadas. Há milhares de pessoas que estão vivendo à margem de todas as possibilidades de sobrevivência, numa região tão rica.

E olhando aquelas mazelas, até parece uma ingratidão de nossa parte para com o Criador - que nos deu de graça sem que precisássemos trabalhar, modificar aquela natureza, pois tudo ali já estava quase pronto -, pois geramos tanta pobreza àquela gente.

Foi com essa preocupação que apresentei o PL nº 306, no sentido de fazer com que os nossos recursos naturais sejam devidamente valorizados e possam ser orientados para gerar condições de vida digna para a nossa população.

Recebemos uma denúncia do Professor Frederico, da Universidade Federal do Amazonas, que dá conta de que milhares de rãs estão sendo levadas para laboratórios estrangeiros a fim de que se retirem delas uma substância que é uma espécie de analgésico e que está sendo patenteada por laboratórios estrangeiros. E o Brasil não tem nenhum controle sobre as remessas dessas rãs. Não estamos incorporados ao processo de pesquisa, não estamos agregando nenhum tipo de conhecimento e tecnologia para a nossa região. Os nossos índios, que são os portadores da informação, também não estão sendo beneficiados.

Então, uma das minhas preocupações, ao apresentar o projeto que regulamenta o acesso aos recursos biológicos, é exatamente permitir que o

Brasil não seja mais lesado nos seus recursos naturais. Já nos tiraram o ouro, estão nos tirando a madeira e, agora, estão nos tirando os nossos microorganismos. Nós queremos que o Brasil tenha o devido respeito pela posição que ocupa, ou seja, um país de megadiversidade.

Outro aspecto importante do meu projeto, também no sentido de fazer justiça, é o do reconhecimento do saber das populações tradicionais. E aí cabe uma reflexão muito importante, Sr. Presidente. Quando falamos em saber, em conhecimento de índio, de caboclo, de seringueiro, de caiçaras, alguns setores arrogantes, que acham que conhecimento é só o científico, o saber sistematizado, através de pesquisa daqueles que são capazes de, dentro de uma universidade, elaborar um determinado tratado ou uma tese sobre um determinado assunto, indagam que tipo de conhecimento poderia ser gerado a partir dessas populações.

Mas eu afirmo que, secularmente, milenamente, essas populações são portadoras de um conhecimento fantástico, sem os quais muitos cientistas não teriam chegado onde chegaram com suas pesquisas. Por exemplo, vou citar aqui apenas algumas que já são de domínio público - espero não estar revelando nada de espetacular, porque devemos também ter um pacto de não ficar falando das nossas coisas de graça, pois a partir daí as pessoas começam a fazer as investigações, as pesquisas, enfim, é conhecimento que se está passando, sem que haja a devida troca, ou, pelo menos, o devido consentimento de que esse conhecimento deva ser utilizado.

Desde criança, eu aprendi que quando estamos com anemia devemos tomar um chá, feito com a casca do jatobá, que estaremos curados. Todos sabemos que o chá de quebra-pedra ajuda, principalmente em alguns casos de infecção.

Temos o domínio de que existem algumas plantas na Amazônia que servem como coagulantes. Posso citar o caso do coentro-bravo. Desde criança, aprendi que se o corte não for em vasos sanguíneos, colocando um pouco de coentro-bravo, mascado, naquela incisão, teremos um processo de coagulação muito rápido. Vi meu pai, meu avô fazerem isso, e eu mesma o fiz em alguns momentos.

Essas informações são de conhecimento dos índios, dos seringueiros, dos caboclos, dos ribeirinhos. Eles vão passando, sem má-fé, tais informações para algumas pessoas que começam a desenvolver essas pesquisas; isolam o princípio ativo dessas plantas, conseguindo, nos laboratórios, fazer verdadeiros milagres em termos de tecnologia. Mes-

mo assim, essas populações continuam sendo marginalizadas sem receber nenhum tipo de apoio.

Ora, se esse conhecimento é tão importante como ponto de partida, por que ele não deve ser reconhecido? Por que essas populações não devam receber algum tipo de remuneração, quando essas pesquisas partem de um referencial do saber popular tradicional?

O projeto visa, também, fazer com que se tenha um regime de reconhecimento desse saber.

Os estudos que temos dão conta de que, da cada mil plantas indicadas por um representante de populações tradicionais, é líquido e certo que uma dará retorno econômico. Se não for por essa indicação, precisar-se-ia pesquisar dez mil variedades de plantas, o que aumentaria o seu trabalho em nove mil vezes, com desperdício de tempo, de investimento, de material, de aparelhamento e uma série de dificuldades e, sequer, conseguir-se-ia chegar até a planta da qual se gostaria de obter aquele resultado.

É justo, portanto, que essas populações sejam reconhecidas pelo seu saber e que elas sejam consultadas sobre a utilização desse conhecimento nessas pesquisas.

O Sr. Lauro Campos - Permite-me V.Exª um aparte?

A SRª MARINA SILVA - Concedo o aparte ao Senador Lauro Campos.

O Sr. Lauro Campos - O assunto que V. Exª trata, com tanta profundidade, é um tema que deveria nos preocupar muito mais do que realmente ele nos preocupa. É uma questão de grande importância, cujas dimensões parece que ainda não temos consciência. Então, eu gostaria de lembrar que essa utilização da nossa flora, da nossa fauna, os recursos dos nossos ecossistemas para fins terapêuticos constituem uma fonte importantíssima no sentido de produzir a diversificação e facilitar o acesso aos remédios e aos recursos biológicos da população brasileira. Lembro a V. Exª que, talvez, devido a um fato cultural, os brasileiros não têm o hábito de patentear estes recursos. Mesmo pesquisadores brasileiros, um deles professor em São Paulo participou de diversas pesquisas nos Estados Unidos e na Europa. Em um desses grupos de pesquisa de que ele participou teve um dos seus membros premiado com o Prêmio Nobel do ano passado. Esse professor voltou ao Brasil e continuou as suas pesquisas, desta vez sobre as propriedades que algumas cobras brasileiras apresentam: utilização de veneno de cobra

para fins médico-farmacêuticos. Eu mesmo tomo um desses remédios diariamente: o Capoten. Este médico, este cientista brasileiro que pesquisou durante tanto tempo, em Ribeirão Preto, esse produto, não se lembrou de patentear. O seu trabalho foi roubado, apropriado gratuitamente por laboratórios internacionais que agora produzem, entre outros medicamentos, o Capoten. Sou diabético e, há décadas, utilizo, como bom mineiro, as propriedades de uma série de raízes, de plantas. Durante mais de dez anos, não precisei recorrer a nenhum produto farmacêutico porque tratei da minha hiperglicemia com uma planta chamada tambu ou quatambu. Esse produto é abundante em todas as partes do Brasil e muito usado para fazer o cabo da enxada. Naquela ocasião, eu podia trabalhar com a enxada tirando o proveito. Ao invés de suar numa sauna eu suava no cabo da enxada e usava a entrecasca do tambu ou quatambu como um excelente produto antiglicemiante praticamente de graça. Sabemos que existem centenas desses produtos. Aliás, quase todos os produtos farmacêuticos têm origem obviamente nesta quase inesgotável fonte de vida. Então, aproveito o ensejo para congratular-me com V. Exª pela preocupação que tem, preocupação esta que se toma cada vez mais saudável, mais digna de ser defendida, tendo em vista o assalto verificado pela tecnologia dos países capitalistas dominantes sobre esses recursos. Infelizmente, a Lei de Patentes ao invés de se preocupar em proteger esses recursos, em fazer com que brasileiros possam deles se beneficiar diretamente, ela constituiu mais uma chave para que fossem arrombadas e expropriadas, de maneira gratuita, as riquezas nacionais. Muito obrigado.

A SRª MARINA SILVA - Agradeço o aparte de V. Exª e o incorporo ao meu pronunciamento.

Para concluir, Sr. Presidente, apenas informo ao Plenário que, segunda-feira, estarei no Estado do Rio de Janeiro participando de mais uma audiência pública, organizada pela comunidade científica, pelas entidades não-governamentais, por diversos segmentos interessados na matéria. Quero registrar também que, na Argentina, está sendo discutida toda uma problemática envolvendo a questão do acesso aos recursos da biodiversidade. O Brasil participa desse encontro com uma delegação. Temos ali também representantes de entidades não-governamentais. Fui convidada para participar desse importante evento, mas, lamentavelmente, não foi possível comparecer. Tenho a certeza que muitas das discussões ali travadas enriquecerão o projeto. E estou certa de que o Senador Osmar Dias, pelo empe-

nho que vem tendo à frente da relatoria do projeto, pela sua postura democrática, aberta com os diversos segmentos da sociedade, estará dando uma grande contribuição para que tenhamos uma lei que seja referência para os países vizinhos, principalmente para os países que também têm a Amazônia. Iremos buscar juntamente com esses países uma lei de acesso aos recursos biológicos que seja pelo menos semelhante, para que não tenhamos contradições entre nós. Se o Brasil tem a Amazônia, os demais países como Peru e Bolívia, que também têm a Amazônia, deverão promover lei de acesso semelhante, senão todo o nosso esforço se tomará sem efeito, à medida que algumas facilidades poderiam ser oferecidas pelos países vizinhos para o acesso àqueles produtos que somente nós temos.

Recentemente, concedi entrevista a uma importante empresa de comunicação, cujo nome não vou citar por julgar que a forma como o jornalista me abordou não corresponde à postura da empresa - pelo menos é o que espero. Mas falando dessa lei, o jornalista, ao terminar minha entrevista, fez o seguinte comentário: "Será que no Estado da Senadora Marina Silva as pessoas já têm suficientemente saúde, educação, habitação, estradas..." Enfim, fez uma pontuação questionando se as pessoas já estavam satisfeitas nesses itens e deu a entender que eu, em vez de estar me preocupando com recursos naturais, recursos biológicos, com a biopirataria que está acontecendo na minha região, deveria estar atuando no sentido de levar essas reivindicações para meu Estado.

Graças a Deus tenho lutado por saúde, educação, estradas com o devido respeito pela floresta e pelas populações tradicionais e tenho lutado muito para que o que está dando certo na Amazônia possa se transformar em políticas públicas de desenvolvimento, principalmente com a implementação dos sistemas agroflorestais e implementação de agroindústrias que possam beneficiar os nossos produtos agregando valor, gerando empregos, promovendo a circulação de dinheiro para que tenhamos uma economia viva ao invés de uma economia morta, como temos na Amazônia. Tenho feito tudo isso. Mas preocupar-me com os nossos recursos biológicos é também uma tarefa minha, até porque entendo que para minha região ter mais saúde, mais educação, mais habitação, mais e mais necessidades atendidas é preciso que sua população aprenda a utilizar corretamente os recursos naturais, os presentes que Deus lhe deu. Por exemplo, as nossas rãs que estão sendo exportadas poderiam servir como meio de re-

ceita para o Estado do Amazonas se não estivessem sendo levadas, saqueadas da forma como estão.

Então, existe uma série de questões que, talvez, a opinião pública não esteja informada, mas isso também significa riqueza, desenvolvimento e, acima de tudo, respeito às populações que ali habitam, que preservam e manuseiam - pelo menos do ponto de vista empírico - esses recursos de forma sustentável. Não queremos, de forma alguma, de maneira egoísta prender essas informações e privar a humanidade dos benefícios desses recursos. No entanto, não podemos continuar a ser apenas o celeiro e não receber absolutamente nada. Os nossos seringueiros continuam hoje na pior situação, não conseguem mais comprar roupas, sal, nem o quero-sene para acender suas lamparinas; todavia estão em meio a grande abundância que, muitas vezes, é retirada sem que tenham o devido retorno daquilo que estão oferecendo.

Faço questão deste registro porque tenho certeza de que a imprensa tem interesse pela matéria e tem ajudado a divulgar o projeto mas, se não tivermos o devido cuidado no tratamento dessa questão, parece que cuidar desses assuntos é ficar apenas fazendo proselitismo em termos de legislação, de discurso. E não o é; é algo que é estratégico.

Já tivemos um período em que o ouro, o ferro, principalmente, era considerado uma das maiores riquezas. Hoje, o ferro é ainda uma grande riqueza, mas já começa a decair sua importância estratégica. A madeira ainda representa uma grande riqueza. Mas daqui a alguns anos pode decair em termos estratégicos a sua importância.

E, no caso dos recursos biológicos, à medida que os laboratórios vão fazendo as pesquisas, fazendo o dissecamento dessas plantas, desses animais, enfim, desses microorganismos, vão conseguindo isolar o princípio ativo dessas substâncias, então, perdemos estrategicamente a importância. Quanto mais avançamos em termos de biotecnologia, mais temos que estar atentos, porque, se não dominamos o conhecimento, pelo menos, temos que ser inteligentes no manuseio dos nossos recursos naturais. É por isso que tenho essa preocupação, tenho trabalhado esse tema.

Espero que esta Casa vote uma lei de acesso que esteja compatível com o que o Brasil representa para a humanidade. Um país de megadiversidade, um país que pode ajudar em muito a resolver inúmeros problemas, principalmente no campo da saúde, mas que também precisa receber o devido apoio, o

devido cuidado, o devido respeito, principalmente na partilha do conhecimento. O projeto preocupa-se com isso também: incorporar a tecnologia, o conhecimento. Se o Brasil promove expedições para pesquisas, e essas pesquisas podem ser bem-sucedidas, que nosso País possa também sediar a implementação para a fabricação de determinados produtos. Dessa forma, estaríamos incorporando não apenas o conhecimento e a tecnologia, mas também gerando emprego e receita para o desenvolvimento da nossa Nação.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) - Antes de conceder a palavra ao Senador Lauro Campos, gostaria de informar aos Srs. Senadores aqui presentes que acabo de conversar com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, a quem reiterei a importância de que essas informações cheguem ao Senado antes das 18 horas de hoje. O Presidente Fernando Henrique Cardoso me afirmou que falará - já deve estar falando - com o Secretário-Executivo Pedro Parente para que envie as informações solicitadas e objeto de nossa atenção nesta tarde.

Assim, vamos prosseguir com a sessão até que essas informações cheguem ao Senado Federal. Solicitei ao Presidente Fernando Henrique Cardoso que antes das 18 horas cheguem essas informações ao Senado.

Determino à Mesa que, com urgência, conclua o ofício para ser enviado, de pronto, ao Ministério da Fazenda e que, de lá, voltem com o documento antes das 18 horas.

Gostaria de retificar, Senador Lauro Campos, a informação antes dada. A Sr^a Analice Pinheiro havia informado que tinha recebido uma cópia do documento. Na realidade, ela recebeu do Ministro Pedro Sampaio Malan, da Fazenda, um ofício nos seguintes termos:

"AVISO nº 1008/MF

Senhor Primeiro Secretário,

Refiro-me ao Ofício nº 1.422/96, recebido neste Ministério em 14/10/96, dessa Primeira-Secretaria, por intermédio do qual foi remetida, para análise e manifestação, cópia do Requerimento de Informação nº 918/96, de autoria do Exm^o Sr. Senador José Eduardo Dutra, sobre volume mensal de recursos contratados pelas instituições financeiras junto ao Banco Central do Brasil, com base na Resolução nº 2.123, de 30 de novembro de 1994, até 20 de junho de 1996.

A propósito, passo a Vossa Excelência as informações prestadas pelo Banco Central do Brasil, em resposta ao requerimento do ilustre parlamentar, atendendo ao contido no § 2º, art. 50, da Constituição Federal, que prevê "crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas."

Portanto, esta é a resposta ao requerimento de informações, formulado pelo Senador José Eduardo Dutra, sobre o volume mensal dos recursos contratados pelas instituições financeiras junto ao Banco Central, com base na Resolução nº 2.123. Esta é a resposta, rica de informações, às nove perguntas formuladas pelo Senador José Eduardo Dutra. Este documento, portanto, não se refere ao Requerimento nº 949, sobre a Secretaria Municipal de Finanças e os distribuidores de títulos de valores mobiliários.

Concedo a palavra ao nobre Senador Lauro Campos. V. Ex^a tem a palavra por até 20 minutos.

O SR. LAURO CAMPOS (PT-DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a cada momento percebemos a carga pesada com que o Governo desta República ataca os direitos dos cidadãos brasileiros, faz recuar a cidadania, desrespeita os trabalhadores, ignora, ou faz que ignora, a existência da classe operária neste País. Volta atrás em palavras dadas a organizações sindicais, quando, por exemplo, na greve dos petroleiros foi firmado um acordo para protelarem-se as reivindicações então colocadas na mesa de negociações para que, em tempo oportuno, não atrapalhassem o fetiche do Plano Real, não perturbassem a conquista das conquistas realizada por este Governo: a inflação zero.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que vemos no dia-a-dia é o desrespeito pela vida, pelo trabalho, pela dignidade que só o trabalho confere, pelos valores da civilização que só a inquietude humana, manifestada pelo trabalho, pode conferir. Na era do trabalho, algumas pessoas imbuíram-se do ponto de vista dos trabalhadores em determinada época de sua existência, perceberam que o ponto de vista dos trabalhadores estava sendo completamente obliterado, desviado pela ideologia, pelo pensamento das classes dominantes, e que esse ponto de vista, uma vez emergente, mostraria a verdadeira realidade de diversos fenômenos, mascarados pela ideologia da burguesia em ascensão e dominante.

Já mais responderam, esses representantes da burguesia, esses intelectuais a serviço do capital, de

onde provinha o lucro. O lucro sempre foi um resíduo não explicado em toda a história do pensamento econômico burguês. Não conseguiam explicar, não queriam explicar e não queriam revelar a natureza, a origem do lucro nem dos juros. Inventavam histórias a respeito e, no fim, esses clássicos, neoclássicos e neoneoclássicos vinham com saídas como aquela de Leon Walras: a taxa normal de lucro é zero, o lucro vai desaparecer no longo prazo, o lucro é um fenômeno episódico que será superado. O próprio Keynes ainda repete que esperava que o capitalismo pudesse superar o lucro como um dos defeitos principais do sistema. Que defeito? Ele é a mola, ele é a alma, ele é a essência do sistema.

Portanto, cria-se uma cultura na qual o capital tudo vale, a coisa é transformada em fetiche, a acumulação de coisas, a acumulação de dinheiro, a acumulação de poder se faz com todo o apoio da ideologia, com todos os aplausos da classe dominante, com toda a força e a violência de que se valem as relações capitalistas para imporem o domínio do lucro e da exploração.

Agora estamos diante de uma situação em que, mais uma vez, se revela essa essência perversa do nosso sistema. Às coisas, tudo; às coisas, o Proer; às coisas, os estímulos e incentivos, as doações de terras, os perdões e as isenções tributárias. Vamos atrair capital; vamos entregar tudo para as indústrias de automóvel! Paraná, Juiz de Fora, Rio de Janeiro, enfim, cada uma dessas partes do Território Nacional procura atrair, com isenções tributárias e doações de terreno, o capital estrangeiro. Ao capital, tudo! Ao trabalhador, o mínimo possível!

Dizia Alfred Marshall, um dos mestres da escola neoclássica, neoliberal dominante neste País: "Os trabalhadores não consentem trabalhar por salário zero ou negativo para não estragarem o mercado!". O mercado auto-equilibrante, de acordo com essas mentes equizofrênicas, poderá levar o salário a zero ou negativo. Se os trabalhadores pagarem para trabalhar terão emprego garantido a qualquer momento; é isso o que diz Alfred Marshall, professor, entre outros, do Lord Keynes, e desses que por aí andam. Os homens práticos são sempre escravos de algum teórico morto, como já foi dito. Portanto, o que vemos é que, a cada crise, o capitalismo conhece o momento necessário de seu processo de crescimento desvairado. Acumular, acumular, acumular, isso é Moisés dos profetas, já dizia Marx em "O Capital". A acumulação de capital teve uma de suas estacas fundadas na dívida pública, em todos os seus tempos. Se me perguntarem a que se deve a grande

acumulação de capitais existente agora, na Inglaterra, na França e na Holanda, responderei: deve-se à dívida pública feita para sustentar, como sempre, os investimentos privados, para sustentar os banqueiros, para permitir a formação de uma bancocracia e daquilo que Fernando Henrique Cardoso, quando professor - um digno professor que foi -, dizia: o imperialismo internacional e o capitalismo financeiro como forma de coordenação das três formas de existência do capital: o capital produtivo, o capital de comércio e o capital bancário, sob a égide deste, que domina os demais. E nisso, Sr. Presidente, o espaço para a vida, o espaço para o trabalho vão cada vez ficando menores. Quanto mais capital se acumular, mais seiva para se irrigar esse capital com lucro deverá ser extraída do trabalhador.

E as organizações dos trabalhadores? Ao longo de sua penosa e dura caminhada, iniciada na Inglaterra, perseguidos, presos, marcados, os trabalhadores conseguiram finalmente pequenas vitórias e viram reconhecidos os seus sindicatos. Em 1866, foram expulsos para a Austrália os últimos trabalhadores ingleses que praticaram o crime de se organizarem em sindicatos.

Hoje, no Brasil, vemos, a cada dia, a cada momento, não apenas o desrespeito aos funcionários públicos, não apenas o desrespeito aos trabalhadores do campo, não apenas fecharem os olhos ao emprego de três milhões de crianças no corte de cana e em outras tarefas duras. Será que o IBGE está computando como aumento do PIB nacional a presença de 500 mil crianças prostitutas? Será que elas são computadas como desempregadas ou os seus serviços aumentam a renda nacional e o PIB?

Essa economia, que se diz neutra e científica, computa, como riqueza nacional, todas essas atividades degradantes, inclusive as bélicas e espaciais. Tudo é riqueza para eles quando se obtém lucro, quando se gera renda. Como ficam os trabalhadores? Não se desrespeita apenas a estabilidade, não apenas o direito de acumular, assegurado pela Constituição. Excepcionalmente, entre essas acumulações, existe a do cargo de professor com o cargo técnico, desde que haja compatibilidade de horário.

Posso dizer isso, porque fui, durante 40 anos, professor universitário. Jamais acumulei cargo algum, mas defendo o direito adquirido daqueles que o fizeram, daqueles que conseguiram se aposentar de acordo com a lei e depois desenvolveram outras atividades, tendo de prestar, algumas vezes, dois concursos públicos e, portanto, alcançando merito-

riamente o direito ao emprego, ao trabalho e à remuneração.

O Sr. Bresser Pereira, como todos nós sabemos, aposentou-se do Pão de Açúcar: muito açúcar no pão do Ministro Bresser Pereira. S. Ex^a se aposentou, e os jornais noticiaram que no seu pão de açúcar havia US\$1 milhão, pagos como indenização, para que não figurasse como aposentadoria e sobre ela não incidisse o devido Imposto de Renda.

No momento em que estamos recebendo os atrasados levados pelo Sr. Bresser Pereira - os 24,6% -, S. Ex^a volta ao poder. O pagamento que deixou de fazer aos funcionários públicos no tempo do Presidente José Sarney, o Governo está tendo de fazer agora, por força de decisão judicial.

Nós, que adquirimos o direito a uma cátedra, a um emprego ou a uma função pública qualquer - todas dignificantes -, por meio de concurso e de sacrifícios, somos chamados de "parasitas" pelo nosso ex-companheiro e Presidente da República, Professor Fernando Henrique Cardoso, para melhor sermos "esfolados" em nossos direitos. Mas não só os "parasitas", também os trabalhadores produtivos, que estão em atividade nas fábricas, que carregam peso, que transformam diretamente a natureza e que trabalham em locais onde esses que nos chamam de "parasitas" jamais passaram perto, a fim de que os seus narizes "finamente educados", tratados em Paris, no Chile e em outras localidades, não fossem atingidos por aquela poluição danosa, corrosiva.

Agora, eles, além de impor a tal da aposentadoria voluntária com o trabuco na mão apontado para os funcionários, àqueles que não se aposentarem voluntariamente, talvez sejam daqueles 102 mil que terão seus cargos encerrados, talvez sejam daqueles 50 mil sobre cujas cabeças pesa a espada de Dâmocles, segura pelas mãos indecisas e fracas do Sr. Bresser Pereira.

Vemos agora que este Governo pretende garantir as demissões imotivadas. Despreocupados do trabalho, do trabalhador, do desemprego, da fome, da falta de um seguro desemprego digno, eles se preocupam com o custo, com o capital que será gasto com as indenizações. Indenizações provocadas por quê? Pelo fechamento das indústrias. Um grande trabalho de parasita fechar as indústrias nacionais. Um grande trabalho de parasitas dar R\$14 bilhões e 200 milhões a banqueiros ineficientes e inescrupulosos. Um grande trabalho de parasita desempregar funcionários públicos. Um grande trabalho de parasita desconstitucionalizar os direitos e garantias.

Um grande trabalho público desfazer e desorganizar a estrutura burocrática do Estado. Um grande trabalho desses parasitas liquidarem a soberania nacional, transformarem a globalização. E quem não gostaria de uma globalização? Um mundo sem fronteiras, um mundo sem passaporte, sem lenço nem documento. Maravilha! Mas não é essa a globalização deles. A globalização deles é para que penetrem na Amazônia, para que penetrem no subsolo, para que possam vir explorar os nossos trabalhadores, nas mesmas condições que vão explorar, na China, os pobres chineses. Pois bem: parasita também trabalha. Cupim e caruncho também caruncham e também trabalham. É um trabalho negativo que alguns parasitas fazem, orgulhosos de suas tarefas.

Entre outros trabalhos deletérios, entre outros trabalhos letais, entre outros trabalhos tanáticos, contra a vida, agora querem criar a figura das demissões imotivadas e anular a Convenção nº 158 da OIT, a fim de que fique mais barato para o capital dispensar ao seu livre alvedrio qualquer trabalhador que represente algum custo para este sistema.

Gostaria de lembrar que foi na crise de 1863, chamada fome do algodão, em virtude da Guerra de Secessão e da redução ou da paralisação de remessa de algodão dos Estados Unidos para a Inglaterra, que se verificou uma das mais perversas crises no continente e na ilha inglesa. Pois bem: naquela ocasião, os trabalhadores consentiram em reduzir a sua jornada de trabalho, e os seus vencimentos, para oito horas diárias. E no momento da retomada, a jornada de trabalho, graças à luta dos trabalhadores, permaneceu em oito horas por dia. Portanto, naquele momento, aquilo que seria uma perda, um prejuízo, acaba se transformando numa conquista e num avanço da classe trabalhadora.

Agora, o que diz o Senhor Presidente da República ao ser informado de que, desesperado, Vicentinho, o Presidente da CUT, diante do desfazimento dos direitos dos trabalhadores, diante da anulação da Convenção nº 158 da OIT, Vicentinho declarou-se em greve de fome e aqui está, a poucos passos de nosso confortável ambiente. Ali se encontra, no sol e na chuva, o nosso companheiro Vicentinho. Ao invés de ter um momento de sensibilidade, ao invés de deixar penetrar o humano em sua cabeça, em sua alma, em seus espíritos empedemidos, qual é o comentário daquele outrora marxista? Ao ser informado sobre a greve de fome de Vicentinho, Fernando Henrique Cardoso comentou: "É bom que mandem um colchão para ele dormir lá e é bom também conferir se não vai ter comida."

Se tivesse comida, Sr. Presidente, se Vicentinho fosse um farsante - como tantos que existem nas vizinhanças de Vicentinho - naturalmente a sua comida não seria um manjar dos deuses, que os conhecedores dos melhores **restaurants** de Paris, dos **boulevards** e de todas as capitais do mundo costumam saborear às nossas expensas. Portanto, é verdadeiramente um ultraje o comentário que se faz, tendo em vista a situação de agrura, de depressão, de desemprego, agora ameaçado de se transformar numa avalanche, em virtude da redução do custo da dispensa por parte dos capitalistas.

Sr. Presidente, eu gostaria apenas de lembrar que o direito de dispensar gratuitamente os trabalhadores, ainda que sua dispensa se deva a inovações tecnológicas, abre as portas para a nova tecnologia produzida no centro do mundo, mas provoca o sucateamento do parque industrial nacional. A Confederação da Indústria e a Fiesp, ao invés de se defenderem com honrabilidade, calam-se, silenciam-se, esperando que possam mamar nas tetas do Governo *ad infinitum*.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, as indústrias deste País não têm a dignidade de defender o seu patrimônio diante dessa avalanche que é a taxa de câmbio lançada pelo Plano Real sobre o nosso parque industrial. Eles deviam estar do lado dos trabalhadores, ambos defendendo o processo que vem de fora, a força que vem de fora para estrangular as pequenas e médias indústrias nacionais, os fornecedores de partes, peças e componentes, de um lado; e, de outro lado, para lançar os trabalhadores ao desemprego. Mas não fazem isso. Ficam do lado do Governo, que provoca esse sucateamento do parque industrial nacional, e contra os trabalhadores, que sofrem as consequências dessa desativação. O IBGE ajuda a dizer que há apenas 5% de desemprego e que o nosso PIB vai muito bem.

Portanto, Sr. Presidente, a salda encontrada pelo companheiro Vicentinho foi a da greve de fome. Sei que poucos brasileiros poderão aliar-se a ele, indo até ao palácio dos poderosos. Mas, apesar do frango neoliberal, apesar do preço desse frango neoclássico, apesar disso, pode você Vicentinho ter certeza de que não aí, no colchão imaginário enviado pela generosidade do Senhor Presidente da República, mas na casa de cada um, cada desempregado em seu barraco, cada ameaçado em seu medo, cada um está também fazendo a sua greve de fome, a greve de fome decretada contra a população brasileira, a greve de fome feita por Vicentinho, não pelo seu eu solitário e corajoso, mas por

todos nós que, diante dessa situação, não temos sequer a coragem e honrabilidade de protestar contra a fome que bate às portas de nossa família.

A Srª Marina Silva - V. Exª me concede um aparte, Senador Lauro Campos?

O SR. LAURO CAMPOS - Ouvirei com prazer o aparte de V. Exª, nobre Senadora Marina Silva.

A Srª Marina Silva - Senador Lauro Campos, ouvia atentamente o pronunciamento de V. Exª. Há muito, acompanho os comentários que vem fazendo nesta Casa em relação à crise por que passa nosso País no tocante aos graves problemas sociais, ao desemprego estrutural que leva milhares de trabalhadores a ficarem sem referências, à margem da sociedade no processo produtivo. Tal situação levou um líder respeitado, como é o Vicentinho, a fazer greve de fome. Lamento que Sua Excelência tivesse dito essa frase, porque uma liderança como o Vicentinho merece respeito até dos adversários, e, no caso, o Presidente Fernando Henrique é um adversário do Vicentinho e vice-versa. Como V. Exª disse, Senador Lauro Campos, Vicentinho não é um farsante. Quando vejo a humanidade caminhando rumo à revolução tecnológica, a um momento completamente novo na história da humanidade, em que vivemos uma espécie de zona cinzenta, um momento difuso, em que não temos referências em termos de paradigma, em que as utopias estão sendo questionadas para serem melhor construídas - espero -, fico muito preocupada diante da insensibilidade daqueles que ocupam altos cargos como o Presidente Fernando Henrique Cardoso e que deveriam ter a sensibilidade, o cuidado e o respeito bem mais desenvolvidos do que os de qualquer outro. Aprendi a admirar a obra do Presidente Fernando Henrique Cardoso, como sociólogo, conhecedor dos problemas brasileiros; ex-companheiro de docência, como V. Exª disse, uma pessoa admirada nas universidades - não sou uma erudita, não sou nenhuma intelectual, sou apenas uma professora secundária - tratou com desrespeito uma liderança como Vicentinho, cuja atitude é uma demanda do sofrimento da sociedade brasileira; isso faz com que eu registre, aqui, minha tristeza. Outra preocupação que levanto é quanto ao tipo de atitude que podem ter para contribuir com a sociedade aqueles que ocupam funções públicas muito importantes - senadores, deputados, prefeitos, presidentes, governadores - no sentido de inverter essa tendência perversa de que a humanidade pode viver, muito bem, obrigada, dividida em humanidades; uma humanidade que está incluída, que tem acesso à informação, que tem acesso ao

trabalho, que está contemplada no processo produtivo. E, a outra, que é descartável, que está à margem, que não é convidada a entrar na "Arca de Noé" da nova civilização que se avizinha e que me parece estar criando duas éticas. A ética dos incluídos, aqueles que se consideram humanos, aqueles que se consideram pertinentes, com referência, com um tecido social que está em formação e interagindo, e aqueles que estão à margem, que estão perdendo as referências porque já não têm mais emprego, porque já não têm mais casa, porque já não têm mais colegas de trabalho, de escritório, de fábrica, ou vizinhos de propriedades e pequenas propriedades. Então, existe essa nova humanidade ou humanidades, uma de primeiro grau e a outra de segundo grau, que não é só do Brasil, é planetária. Que atitudes poderemos tomar para evitar que essa desgraça aconteça? Em que pese o lucro, em que pese a exploração, em que pese a termos vivido um longo período de escravidão no mundo, onde as pessoas sequer eram consideradas seres humanos, mas objeto, observávamos um princípio universal de que éramos todos seres humanos. Hoje, estamos caminhando para uma ética de que apenas alguns são humanos, mas nem tanto. Porque o nosso filho é criança, mas a criança que estende a mão na esquina, no sinal, é menino de rua, é pivete, é menino de estrada, como dizem os italianos. E os que não têm teto, que não têm casa, sequer têm a mínima consideração. Quero acreditar que talvez o nosso grande esforço seja lutar para que as pessoas não se dividam, não se bifurquem desta forma e, assim, possamos ter uma nova utopia, lutando com unhas e dentes para continuarmos com o princípio, o conceito de que somos todos seres humanos, de que temos os mesmos direitos e que devemos ter as mesmas oportunidades. Sem isso, para mim, a vida é muito pequena e, dessa forma, não vale a pena. Penso que se tem que ter alma grande para poder valer a pena o esforço de estarmos aqui nesta Terra e para poder valer a pena ter o título de senador, de deputado e de presidente. Só desta forma vale a pena, caso contrário estaremos indo num rumo muito perverso, e essa "Arca de Noé", mais cedo ou mais tarde, acabará afundando, e sequer teremos a esperança de uma pombinha que possa nos trazer um galho verde, dando sinal de terra à vista.

O SR. LAURO CAMPOS - Agradeço a V. Ex^a, Senadora Marina Silva, as palavras que sua sensibilidade e sua inteligência ditam e que traduzem, como sempre, o brilho de sua consciência.

Oitocentos e trinta milhões de desempregados em escala mundial, e vamos agora baratear o desemprego, propõe o Governo de Fernando Henrique Cardoso. Vamos baratear o desemprego a fim de aumentá-lo a custos reduzidos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, também fui dominado pela ilusão durante longa fase de minha vida. De uma classe média mineira, encantei-me, como todos se encantam, quando comecei a estudar, a conhecer o mundo. Encantei-me em determinado momento, após estudar Direito, dos 15 aos 21 anos de idade, e após ter lido todos os livros de Freud e de sua escola, com exceção de dois. Não pude me dedicar ao que achava ser a minha vocação, a Psicanálise. Meu pai começou a ler Freud em 1920; quando nasci, já tinha todas as suas obras ali às minhas mãos.

Encantei-me primeiramente com Freud e, depois, com Economia, mas a Economia que existia, no início dos anos 50, era a Economia neoclássica, não havia outra, e a keynesiana mal chegava ao Brasil. Ao se estudar, vão-se abrindo cortinas.

Depois veio o desencanto, quando percebi criticamente que estavam transformando uma ideologia mistificadora e exploradora numa falsa **economics**, numa ciência neoliberal.

Portanto, na fase madura percebi que o método adotado era equivocado, que já tinha suas respostas nas suas próprias proposições iniciais; que já sabia aonde chegar; que era uma advocacia justificadora de uma sociedade iníqua, exploradora, e que, portanto, eu deveria trocar a minha atitude de encantamento, utilizando aqueles ensinamentos que estava aprendendo, por uma atitude crítica, por uma visão mais ampla em que os pontos de vista excluídos dos trabalhadores pudessem estar presentes.

Não nasci socialista, não nasci marxista, não nasci adepto do método dialético; Ingressei neles depois de ter-me desiludido com os ensinamentos dominantes. E, nos anos 50, já era um crítico acerbo do desenvolvimentismo brasileiro, desenvolvimentismo que criou órgãos perversos como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, que repassa o FAT, o Fundo de Garantia dos trabalhadores e os recursos iniciais de 1953 do Imposto de Renda para engordar os capitalistas.

Por exemplo, o Fundo de Amparo ao Trabalhador está sendo utilizado para fazer empréstimos para os capitalistas eficientes? Não. O BNDES está procurando os empresários que não pagaram os impostos devidos ao Governo, os maus pagadores, para emprestar-lhes recursos do FAT. E o Vicenti-

nho tem que ficar calado. Não temos onde e quando protestar.

Se fôssemos enumerar esse processo cada vez mais violento de extração da riqueza dos pobres para os ricos, iríamos muito longe, extrapolando o tempo regimental.

Mas, naquele momento em que as grandes empresas estatais estavam sendo construídas neste País por meio de **joint-ventures**, de empresas mistas, da abertura e proteção ao capital estrangeiro, transformamo-nos em críticos ao desenvolvimentismo selvagem.

Naquela ocasião, escrevíamos todo ano, em determinado, no quadro para os alunos gravarem bastante um pensamento de Karl Mannheim na sua ideologia e utopia: os conceitos constituem um espécie de tabu diante da pluralidade de sentidos e por isso unificam a vida em proveito da ação.

Tabu é uma palavra polinésia que significa sagrado e profano; amado e odiado; desenvolvimento e pobreza. O tabu moderno contém esta dualidade capitalista: riqueza para uns e pobreza para outros, assim como o termo tabu na Polinésia contém essa dualidade de stido. Muitos não viram o lado negativo e amaram o pleno emddprego; amaram o desenvolvimento econômico; amaram a concentração de rendas; amaram acriticamente a formação deste Brasil perverso que se sustentou, cada vez mais, na retirada dos recursos à saúde, à educação, ao lazer, aos salários, concentrando esses recursos nas mãos minoritárias dos privilegiados.

Felizmente acordei em tempo, abri os olhos e passei a exercer com plenitude a minha atividade de professor. O que nós percebemos é que querem realmente, em nome da modernidade, reinstaurar a Idade Média.

Há um livro, Sr. Presidente, intitulado **A Inquisição da Espanha**, em que se conta que uma freira, na Idade Média, tinha sonhos, pesadelos de que estava comendo carne de porco à noite. Esta santa freira, então, escreveu ao inquisidor Tomás Torquemada pedindo-lhe que purificasse os seus pecados e a condenasse à fogueira. O Tribunal da Santa Inquisição não tomou conhecimento deste pecado da gula, do consumo, este pecado que agora volta ao País, em uma sociedade de consumo onde é proibido consumir; é um pecado consumir. Se consumirmos muito, o Plano Real desaba. Sem a fome e sem o subconsumo, a âncora principal do Plano Real vai se enferrujar e teremos a volta da pavorosa inflação.

Pois bem; agora, mais um está jejuando, cumprindo a sua penitência, e, tal como na Argentina,

onde 30 mil funcionários estão sendo demitidos agora, seis anos após o Plano Cavallo, que já chamei tantas vezes de cavalo de Átila, que destrói tudo por onde passa. O Cavallo do Sr. Menem, que está prestes a derrubá-lo do poder, é municiado pelas ordens do FMI e municiado da tal maneira que o Prof. Fernando Henrique Cardoso já havia descrito em um de seus livros **Modelo Político Brasileiro**.

Dizia Sua Excelência naquela ocasião que não é preciso que os Estados Unidos e as potências dominantes, imperialistas - como Sua Excelência as chamava -, mandem para cá os seus exércitos e aqueles homens soturnos que chegam ao Banco Central com pastinhas pretas na mão, para dar as ordens aos presidentes dos Bancos Centrais periféricos. Não é preciso mais isso. Agora, Prof. Fernando Henrique Cardoso, eles nos comandam por botões, por fax, enfim somos teleguiados. Aqueles homens sinistros, mudos, não precisam mais vir aqui conferir os nossos dados, a fim de verificar se eles estavam de acordo com a vontade dos donos, da matriz.

Pois bem, parece-me, Sr. Presidente, que estamos envolvidos, de tal maneira, por uma postura narcisista, da qual dificilmente poderemos sair sem grandes, graves e profundos custos sociais.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso disse na França que o desemprego no Brasil está apenas em 5% e que o seu governo fracassará, realmente, em um ponto: no ano que vem, o desemprego será de 6%. Falsa modéstia! Primeiro, os números utilizados por Sua Excelência são altamente suspeitos, inclusive esse; segundo, se na Espanha o desemprego está em 22% e S. Ex^a fala que o fracasso de seu governo, o fracasso de seu governo narcisista, consiste em deixar elevar o desemprego a 6%, isso representa, aos ouvidos dos europeus, uma grande vitória. É um semideus, um demiurgo que se encontra instalado na Presidência deste País.

Escrevi, em 1991, um trabalho intitulado **Narciso e o Espelho Político**, falando a respeito do outro Narciso, do outro Fernando. Realmente, naquela ocasião levantei a hipótese de que, quando Fernando Collor dizia: "Eu sou o meu ministério, sou o homem do submarino; sou o homem das selvas", vestia-se com as vestes militares da camuflagem. Quando Fernando Collor dava mostras do seu narcisismo exacerbado - eu sou deus -, eu dizia que foi uma sociedade narcísica que empossou o Narciso na Presidência da República, uma sociedade que não pôde dar vazão à parte social do ser humano e que passou a tolher a socialização da libido, enclau-

surrou-se, fechou-se sob sete chaves, com medo do assaltante. O próximo, que deveria nos energizar, que deveria nos enriquecer, transformou-se num assaltante em potencial. O próximo, como dizia Sartre, transformou-se, realmente, num inferno. E, assim, sem poder despendar as suas energias, a sua libido em festas coletivas, em brinquedos, em atividades culturais e artísticas, cada um se enclausura, se fecha atrás dos espelhos e diante do espelho da televisão empobrecedora, mas tranqüila. Vamos criando as relações do eu consigo mesmo, as relações narcísicas, estabelecendo uma sociedade narcisista.

Agora, na sociedade moderna, não se trata mais daquela relação bucólica entre Narciso e sua imagem no fundo da água do poço. Agora, não. Agora, são fabricantes de imagem. É o processo capitalista que trata de colocar a fabricação de imagens falsas, de artistas, de políticos, de pessoas do teatro, do cinema. Fabricam as imagens, e essas imagens fabricadas pela indústria moderna passam a comandar o comportamento dos Narcisos assujeitados. Essas pessoas passam a se comportar de acordo com a imagem delas. Quando um artista engorda demais, ele some, ele se refugia na solidão, nos barbitúricos, ele se refugia para não mostrar. O **Retrato de Dorian Gray**, em que se transformou a sua imagem real, à população. Então, a imagem fetichizada passa a dominar o sujeito. A imagem de papel passa a eternizar-se. O Narciso tem verdadeiro pavor do tempo, que o envelheceria e que mudaria a sua imagem.

Portanto, a esses narcisistas, que criam, colocam dinheiro público para rejuvenescer a cada dia a sua moderosa e mentirosa imagem, a estes narcisos o que espera? Escrevi algo parecido para o outro Fernando, antes do seu **Impeachment**. A esses Narcisos, então, espera o quê? Um dia, eles vão mirar a sua imagem nos olhos do povo e, em vez de se admirarem com ela, vão perceber que o espelho dos olhos do povo os rejeita, os desmascara. Portanto, vamos esperar o processo da reeleição, ou da próxima eleição, em que os narcisos modernos terão a sua figura, a sua imagem refletida nos olhos dos eleitores. Eu sei qual será esta imagem. Eu prevejo qual será esta imagem e, assim, toda essa fantasia mistificada, todo esse processo de rejeição, de esbulho, de desrespeito e de desprezo para com o trabalhador coletivo brasileiro, para com os funcionários públicos amedrontados, para com as 500 mil crianças prostituídas e os três milhões de meninos lavradores, tudo isso fará com que se liquefaça esta imagem produzida pelas televisões, se esboroe e se

desfaça toda essa criação artificial, custosa e cara. E, então, a personalidade do narcisista será afogada pela sua própria imagem liquefeita. Narciso sofrerá um processo de cisão, que não tem conserto, não tem forma de se reencontrar na integridade e na plenitude do ser social. Portanto, vivemos numa sociedade narcísica, condenada ao narcisismo, enclausurada, fechada, cujas relações com o próximo foram podadas e passam a se relacionar consigo mesmo. Mesmo quando no conchego do lar, relacionam-se como marido e mulher, como macho e fêmea, essa sociedade coloca-nos uma televisão erótica, com a qual, realmente, relacionamo-nos sexualmente, e a nossa companheira ou o nosso companheiro ao lado transforma-se apenas num objeto masturbatório.

Não será fácil sair dessa, não será fácil construir uma sociedade em que as três questões do homem simples possam ser respeitadas e cultivadas. Dizia eu no dia em que recebi um título do Conselho dos Economistas de Brasília que o homem - e naquele tempo o termo chocava, causava espécie - tem três tesões: a primeira delas é a tesão da inteligência, a curiosidade. A sociedade tem que satisfazer, alimentar essa necessidade do homem de desvendar os segredos e os hieróglifos do mundo. A tesão da cabeça tem que ser satisfeita com o sistema de ensino, com o sistema de educação, com um sistema que alimente essa nossa inquietude.

A tesão do estômago, que nos faz relacionar com a natureza da qual somos parte, que nos leva a nos alimentar e agir sobre a própria natureza de volta.

E a libido, a forma sexual em que se manifesta essa necessidade humana. Também essa forma não deverá ser coibida por tabus, por preconceitos, por limitações que impeçam em nome de uma possível censura civilizatória, como se a neurose, como afirma Freud, fosse um processo que nos levasse a avançar no caminho da civilização, por meio da sublimação.

Nada disso! É preciso que se criem as condições para que o homem satisfaça essas três tesões fundamentais, essenciais.

Portanto, o que vemos a cada momento, ao invés de responder a essas necessidades, o sexo transformar-se em violência, a violência sexual ser cada dia mais presente em nossas famílias e em nossa sociedade repressora e cínica, que também retira os alimentos, impedindo a satisfação de nossas necessidades básicas de alimentação. O Ministro da Agricultura disse que jamais poderemos agüentar mais de 80 milhões de toneladas de ali-

mentos. Então, é preciso que se produza bem menos. E agora, no Rio Grande do Sul, ao invés dos 70 mil hectares plantados há dois anos, vemos que este ano os agricultores estão plantando apenas 11 mil hectares. Mais fome, mais insatisfação e, portanto, mais direitos serão postergados, porque os desempregados não comem. Mas os desempregados precisam sim de um colchão, mas precisam muito mais de um colchão de dignidade e de respeito.

Um dia, diz a mitologia grega, o deus dos deuses mandou seu emissário Hermes levar a salvação e a redenção ao povo grego. O que foi que Hermes levou? **Aídos e díké** para salvar o povo grego. Levou respeito, levou dignidade.

O que nos falta, mais do que as comidas, mais do que os remédios, mais do que a habitação e a terra, neste momento, no País, é **aídos e díké** por parte das autoridades que se desautorizam a cada momento. Portanto, se o colchão enviado pela generosidade do Presidente da República a quem passa fome pelos seus direitos, ao invés de um mero colchão de palha fosse um colchão que contivesse **aídos e díké**, esse o colchão de que o povo brasileiro necessita para sua tranquilidade, para seu engrandecimento, para sua vida digna, seria um presente muito bem recebido, muito necessário que o povo brasileiro realmente espera que, um dia, um governo digno, um governo embrenhado de **aídos e díké** possa nos remeter, possa nos transmitir. Mas não se pode dar aquilo que não se tem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) - A Presidência gostaria de informar às Sr^{as} e Srs. Senadores que, nos próximos dias 18 e 19, estará presente em Brasília o prêmio Nobel da Paz, Prof. José Ramos Horta, que fará, na terça-feira, uma visita à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e ao Presidente José Sarney.

As 18 horas haverá uma sessão especial da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, presidida pelo Senador Antônio Carlos Magalhães. S. Ex^a pediu que convidasse as Sr^{as} e Srs. Senadores para ouvir o depoimento importante do Prof. José Ramos Horta sobre a situação do Timor Leste e a luta de seu povo pela sua independência.

Gostaria, também, de lembrar que, na próxima terça-feira, às 10 horas, neste plenário, haverá um debate sobre a estrutura fundiária e a reforma agrária. Nessa oportunidade estarão presentes a coordenação do Movimento dos Sem-Terra, a presidência da CONTAG, a presidência da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil, da Sociedade Rural Brasileira, da Confederação Nacio-

nal da Agricultura e os Ministros da Agricultura e da Reforma Agrária. Estão convidados os 81 Senadores.

A SR^a MARINA SILVA - Sr. Presidente, peço a palavra, como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) - V. Ex^a tem a palavra, como Líder.

A SR^a MARINA SILVA (PT-AC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, vou falar pela Liderança do Partido dos Trabalhadores.

A exposição do Prof. Lauro Campos foi muito elucidativa da problemática que estamos vivendo e foi também uma espécie de reparação da frase que o Presidente da República disse em relação à greve de fome do Presidente da CUT, o Vicentinho.

Achei muito interessante quando S. Ex^a disse que somos uma sociedade narcisística e que, portanto, os nossos representantes também acabam sendo narcisos. Caetano Veloso é muito feliz quando diz, naquela música, que "Narciso acha feio o que não é espelho".

Eu tenho insistido muito para que paremos de só achar feio aquilo que não é espelho. Temos que começar a achar bonito o que não é espelho. Pois diante do espelho não há possibilidade da troca. Diante do espelho não há possibilidade de uma interação em que eu acrescento e sou acrescentada. Só é possível isso diante da diferença, e da diferença com respeito e liberdade.

Talvez o grande desafio da humanidade seja aprender a achar bonito aquilo que não é espelho, para, com liberdade, ser capaz de trocar na diferença.

Quero aproveitar a oportunidade para fazer o registro de uma obra muito interessante, lançada recentemente aqui em Brasília, pelo ex-Frei Leonardo Boff. Ele agora é um intelectual da Teologia da Libertação e tem uma série de trabalhos muito interessantes. Trata-se de um livro muito importante, que reflete a problemática da exclusão social, os problemas ambientais, as perspectivas para o futuro da humanidade. O livro é chamado Ecologia, Grito da Terra, Grito dos Excluídos.

O Frei Leonardo Boff trata os problemas que a humanidade vem enfrentando a partir de uma visão cristã do mundo. Expõe a visão de um teólogo, de alguém que, em última instância, em que pese uma série de inovações e da superação de alguns conceitos oriundos da teologia, entende que a essência de tudo é Deus, tese com a qual concordo.

No seu livro Ecologia, Grito da Terra, Grito dos Excluídos, divide a trajetória da humanidade em três

etapas, que são muito importantes para o momento que estamos vivendo.

Segundo o Frei Leonardo Boff, durante um longo período, a humanidade viveu o que ele chama de tempo do espírito. O tempo do espírito era exatamente aquele momento em que o homem vivia em fusão completa com a natureza, o homem se fundia com Deus, com tudo o que era expressão do divino. Não havia separação entre o homem e a natureza. Segundo o Mito da Criação, o homem vivia no Jardim do Éden, no paraíso até comer do fruto do conhecimento, ou seja, a maçã. O fruto do conhecimento, do ponto de vista bíblico, é apenas uma simbologia. O verdadeiro fruto do conhecimento é o momento em que o homem tem consciência de que é separado da natureza, de que é uma parte da natureza que tem consciência de si e dela. Nesse momento ele é expulso do paraíso.

A expulsão do paraíso faz com que ele vá viver aquilo que o Frei Leonardo Boff chama de o tempo do corpo. O que seria o tempo do corpo? A Teoria do Criacionismo, na parte da criação do homem por Deus e do processo de expulsão do homem do paraíso, dá um castigo ao homem apartado de Deus, apartado da natureza, consciente de sua essência apartada. O castigo seria o de ele ter de crescer e dominar a terra e todas as coisas que na terra existiam. A isso ele chama de o tempo do corpo. É um tempo perverso. Nesse tempo começamos a pensar que eramos superiores a tudo e que deveríamos ter a natureza ao nosso dispor, para dela extrairmos a nossa sobrevivência, para dominarmos todas as outras coisas em benefício da nossa espécie.

É um tempo do conhecimento, mas de um saber que na nossa cultura ocidental é altamente racionalizado, um saber que está sob a égide do patriarcado - o homem é o centro de tudo, os valores masculinos são os valores predominantes nas relações culturais, sociais e religiosas.

Se verificarmos a concepção de homem e mulher segundo a Bíblia, o Evangelho - e o Frei Leonardo Boff analisa os valores femininos como sendo uma das esperanças para a humanidade -, no mito da criação, o homem é feito do barro, ou seja, da essência da natureza que é parte de Deus. Mas a mulher é feita de parte do homem: da costela. A mulher nasce por encomenda. Não é criada por uma necessidade de que ela devesse existir, mas por uma necessidade do homem, que deseja uma companhia. E no mito da criação a mulher nasce da costela de Adão, para que ele não se sinta só.

Portanto, ela já nasce com uma determinação: a de fazer com que ele se sinta bem, a de fazer com que ele tenha a presença de uma companheira. Nesse caso, temos, já no nosso inconsciente, segundo a doutrina cristã e a cultura ocidental, uma gratidão de origem para com o macho, para com o masculino. É essa a justificação da dominação do homem sobre a mulher.

Talvez, as minhas teses não sejam partilhadas pelos homens que me escutam, mas, na verdade, a origem da nossa dominação não é apenas social ou cultural, mas também de estrutura mental a partir de pressupostos religiosos muito arraigados dentro do cristianismo.

A esse tempo da dominação do racional, do masculino, dos valores da ciência e da tecnologia, Frei Leonardo Boff chama de "tempo do corpo". Ele propõe que superemos todos esses momentos que foram importantes na trajetória da raça humana vivendo o que ele chama de "tempo da vida", que significaria exatamente a religação do homem com Deus, com a natureza, com a vida e a vivência de um novo tempo.

Se, no Velho Testamento, vivemos o tempo do castigo, do sacrifício, onde o homem era obrigado a sacrificar-se para pagar a sua apartação de Deus, já que foi expulso do paraíso, no Novo Testamento, que seria o "tempo da vida", viveríamos o tempo da graça e do perdão. Nesse caso, já não sofreremos mais a culpa do pecado original, entendido da forma que falei anteriormente, e já não temos mais que viver com sacrifício, com sofrimento. Nesse sentido, a vida tem que ser encarada de forma positiva e Deus também deve ser positivado; não se trata mais daquele Deus carrancudo que se apresentou a Moisés na montanha, mas sim de um Deus que está dentro de nós, ao nosso lado, que é capaz de construir os melhores valores da Humanidade.

Frei Leonardo Boff diz que o "tempo da vida" representa uma religação com Deus, em que o homem não é mais fundido com a natureza, como percebemos nas culturas órgicas. Ainda há exemplos de culturas órgicas na Amazônia, como, por exemplo, os índios que praticam a religião do Santo Daimé, a quem tenho todo o respeito. Trata-se de uma verdadeira fusão do homem com a natureza; o ato de atribuir divindade a uma planta faz com que essa fusão seja muito mais potente. E também é uma manifestação religiosa, milenar dos índios, secular de algumas comunidades tradicionais e que tem um potencial de riqueza muito grande. Não se trata apenas dessa fusão, como também da racionalidade do pa-

triarcado do tempo, do corpo, quando o homem se voltou para dominar o mundo; trata-se do "tempo da vida", em que seremos capazes de estabelecer uma síntese entre o tempo do espírito e o tempo do corpo.

Falar dessas idéias em plena globalização, quando a sociedade está quase que dissolvendo os seus valores de referências das pequenas culturas, das pequenas comunidades e até mesmo de algumas nações, quando o poder se dá em uma esfera altamente distante dos estados nacionais, em que a nossa função de Senadores, de Deputados, de Presidente da República ou seja lá do que for, é algo insignificante, parece uma espécie de romantismo. Na verdade, quem manda no mundo são as potências transnacionais. Hoje já não se fala mais apenas em uma economia internacionalizada, mas, sim, de uma economia globalizada, em que as regulações, cada vez mais, são mundiais e, cada vez menos, são locais. Penso que, mesmo com todo o crescimento tecnológico, deveríamos perguntar: o que isso acrescentou para a Humanidade? É claro que não sou contra a tecnologia, a pesquisa e a ciência, muito pelo contrário; penso que são fundamentais.

Todavia, não podemos perder a dimensão, como muito bem falou o professor Lauro Campos, de que nas coisas estão imbricados o positivo e o negativo, o quente e o frio, o bom e o ruim, se é que se pode tratar essas questões dessa maneira. Assim, com todo o avanço tecnológico que tivemos, com o aumento da produção, com a melhoria da qualidade de vida para alguns, com o controle de algumas doenças, de algumas epidemias, também tivemos grandes mazelas. Daí, podemos perguntar: em que isso acrescentou do ponto de vista da melhoria da qualidade de vida da população de todo o Planeta? Este, um questionamento que o Frei Leonardo Boff faz.

Hoje, temos, no Planeta, 1 bilhão de pobres vivendo em completa miséria; 60 milhões morrem anualmente de fome, dos quais 14 milhões são jovens com menos de 15 anos. Então, se formos parar para pensar na situação de exclusão social que estamos vivendo, considerando mesmo aquela nova postura diante do princípio do que é ser raça humana, do que é ser Humanidade, poderemos perceber que os valores que ele está colocando são atuais. Assim, somos convocados a viver esse tempo de religação do homem consigo mesmo, com Deus, com a natureza, com a defesa do meio ambiente, enfim, valores que nos ligam de uma forma universal.

Durante muitos anos, a humanidade tinha um referencial ético de que éramos todos humanos.

Hoje, estamos indo para uma bifurcação que considero muito perigosa. A insensibilidade diante de alguns problemas que a Humanidade vem atravessando é assustadora.

A ONU determina que 0,7% do Produto Nacional Bruto dos países desenvolvidos deve ser destinado para a ajuda aos países considerados pobres, mas a maioria desses países desenvolvidos não o fazem, não conseguem cumprir com essa determinação mínima. Os Estados Unidos são considerados um dos países mais ricos, mas investem apenas 0,15% nessas atividades de ajuda a países pobres.

Dessa forma, estamos vivendo um período de grande insensibilidade, mas também de desafio à religação, à construção de um homem que seja capaz ainda de se indignar, de se enternecer e de não debochar do sofrimento alheio. Diria que, apesar de todos esses problemas, concordo com as teses do Frei Leonardo Boff, de que é possível construirmos uma cultura que tenha os valores da sensibilidade, do importar-se com o outro. Acredito nesses valores, e, nesse sentido, para mim tem sido muito rica a leitura do livro do Frei Leonardo Boff, "O Grito da Terra, o grito dos excluídos", porque também partilho da idéia de que as grandes saídas não acontecerão mais como acreditávamos antes. Não acredito na figura do grande político que conduzirá a sua nação, mas em saídas horizontalizadas, em que as pessoas sejam convocadas a oferecer o que há de melhor em si para contribuir com o coletivo.

Nesse sentido, penso que temos alguns exemplos. Os líderes da atualidade que conseguiram movimentar grandes contingentes de pessoas para fazerem mudanças significativas foram aqueles capazes de despertar os melhores sonhos e sentimentos do seu povo. Cito o exemplo de Gandhi e o de Mandela, mais recente. Trata-se de uma liderança moderna, que tem um referencial na própria cultura do povo africano, mas que, ao mesmo tempo, é capaz de fazer o entrelaçamento entre aquilo que alguns chamam de modernidade e tradição.

Penso que o nosso grande desafio é sermos capazes de dominar o mundo, mas sem perdermos o referencial de que também somos parte dele; dessa forma, é impossível não estarmos ligados a ele, à terra, às pessoas e, principalmente, à nossa espécie.

No meu ponto de vista, não existe espaço para um destino sozinho, isolado; é fundamental que saibamos que dependemos um do outro e que, no universo, há espaço para todos juntos.

Sempre digo que, na política, é muito difícil defender esses princípios, porque ela é sempre a arte do conflito. É preciso estar sempre duelando com alguém, para ganhar espaço. No entanto, considero possível também executar diferentemente na política. Podemos fazer o duelo pela positiva, afirmando os nossos ideais, os nossos melhores propósitos. Nem sempre é possível, mas acredito nisso e, que cada vez mais, é preciso que tenhamos atitudes horizontalizadas no sentido de que as pessoas sejam convocadas a decidirem, a oferecerem propostas e sugestões e não precisamos concordar em tudo para podermos trabalhar juntos, que podemos ter alianças pontuais.

Existem algumas questões em que podemos trabalhar juntos no assunto da Criança e do Adolescente, mas, se não for possível trabalharmos juntos na tese indígena, não haverá problema. Onde for possível trabalharmos juntos, teremos que fazê-lo. O grande desafio da Humanidade é trabalhar, hoje, talvez, como redes como alguns sistemas que não nos permita uma desestruturação do "tecido social" onde temos cada um por si e, enfim, um todo que ninguém se responsabiliza por ele.

Dividindo, nesta parte de muitos debates da Bancada do PT, algumas reflexões de uma forma humilde de uma pessoa que não é uma erudita, apenas de alguém que tem a curiosidade de ler e pensar o mundo pensado e julga que é possível contribuir de alguma forma com os melhores valores que precisamos aprender a continuar cultivando. Para quem quer ler a obra do Frei Leonardo Boff é uma boa entrada num mundo de teologia, de compromisso, de política de ecologia e, acima de tudo, de defesa da vida.

O Sr. Eduardo Suplicy, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Lauro Campos.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) - Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.073 DE, 1996

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, segundo o qual, "havendo, em curso no Senado, dois ou mais projetos regulando a mesma matéria, é lícito promover sua tramitação em conjunto, mediante deliberação do Plenário, a requerimento de qualquer comissão ou Senador," requiro

a tramitação conjunta da PEC nº 21, de 1996, com a PEC nº 27, de 1996, ambas com o objetivo de alterar o inciso V do § 2º do art. 58 da Constituição Federal.

Sala das Comissões, 14 de novembro de 1996.
- Senador **Josaphat Marinho** - Relator C.C.J..

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) - O requerimento lido será oportunamente incluído em Ordem do Dia, consoante o disposto no art. 255, inciso II, alínea c, item 8, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) - A Presidência, nos termos do art. 351 do Regimento Interno, fará incluir na Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 19 próximo o Ofício nº 60, de 1996, em virtude de ser matéria com prazo findado em 20 do corrente.

A Mesa esclarece que a referida proposição já foi publicada no **Diário do Senado Federal** e em avulsos.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) - A Presidência recebeu o Aviso nº 604, de 1996, de 8 do corrente, do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia da Decisão nº 716, de 1996, sobre o conflito de norma legal, adotada pelo referido Tribunal, na sessão ordinária, no Plenário, de 6 de novembro do corrente ano, bem como nos respectivos relatório e voto que a fundamentam. (Diversos nº 99, de 1996)

O Expediente vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) - O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.522-1, adotada em 12 de novembro de 1996 e publicada no dia 13 do mesmo mês e ano, que "altera dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e da Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares

Jáder Barbalho
Nabor Júnior

Bernardo Cabral
Carlos Patrocínio

Suplentes

PMDB

Gerson Camata
Carlos Bezerra

PFL

José Bianco
Edison Lobão

PSDB	
Beni Veras	Geraldo Melo
PPB	
Epitacio Cafeteira	Lucídio Portella
PSL	
Romeu Tuma.	
DEPUTADOS	
Titulares	Suplentes
Bloco (PFL/PTB)	
Maluly Netto	Luiz Braga
Sérgio Barcellos	Mauro Fecury
Bloco (PMDB/PSD/PSL/PSC)	
Sandro Mabel	Noel de Oliveira
Bloco (PPB/PL)	
Valdomiro Meger	Ari Magalhães
PSDB	
Adroaldo Streck	Eduardo Mascarenhas
PSB	
Nilson Gibson	Gonzaga Patriota
PCdoB	
Sérgio Miranda	Aldo Rebelo

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 14-11-96 - designação da Comissão Mista

Dia 18-11-96- instalação da Comissão Mista

Até 18-11-96-prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 27-11-96- prazo final da Comissão Mista

Até 12-12-96- prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) - O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.523-1, adotada em 12 de novembro de 1996 e publicada no dia 13 do mesmo mês e ano, que "altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES	
Titulares	Suplentes
PMDB	
Jáder Barbalho	Gerson Camata
Nabor Júnior	Carlos Bezerra
PFL	
Romero Jucá	Francisco Escórcio
José Alves	José Agripino
PSDB	
Coutinho Jorge	Artur da Távola
PDT	
Sebastião Rocha	Darcy Ribeiro
PT	
José Eduardo Dutra	Benedita da Silva
DEPUTADOS	
Titulares	Suplentes
Bloco (PFL/PTB)	
Roland Lavigne	Lael Varella
Murilo Pinheiro	Luiz Moreira
Bloco (PMDB/PSD/PSL/PSC)	
Pedro Novais	Michel Temer
Bloco (PPB/PL)	
Arnaldo Faria de Sá	Eurico Miranda
PSDB	
Sebastião Madeira	Ceci Cunha
PV	
Fernando Gabeira	
PMN	
Bosco França	

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 14-11-96- designação da Comissão Mista

Dia 18-11-96- instalação da Comissão Mista

Até 18-11-96-prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 27-11-96- prazo final da Comissão Mista

Até 12-12-96- prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) - O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.524-1, adotada em 12 de novembro de 1996 e publicada no dia 13

do mesmo mês e ano, que "dispõe sobre a extinção de cargos no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
	PMDB
Jáder Barbalho	Gerson Camata
Nabor Júnior	Carlos Bezerra
	PFL
José Bianco	José Agripino
Freitas Neto	Bernardo Cabral
	PSDB
Carlos Wilson	José Ignácio Ferreira
	PTB
Regina Assumpção	Emília Fernandes
	PSB
Ademir Andrade	Antônio Carlos Valadares

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
	Bloco (PFL/PTB)
Antônio Joaquim Araújo	Raimundo Santos
Magno Barcelar	Eliseu Moura
	Bloco (PMDB/PSD/PSL/PSC)
Roberto Valadão	Rivaldo Macari
	Bloco (PPB/PL)
Gerson Peres	Mário Cavallazzi
	PSDB
Danilo de Castro	Edson Silva
PMN	
Bosco França	
	PT
Sandra Starling	Nilmário Miranda

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 14-11-96- designação da Comissão Mista

Dia 18-11-96- instalação da Comissão Mista

Até 18-11-96- prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 27-11-96- prazo final da Comissão Mista

Até 12-12-96- prazo no Congresso Nacional

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) - Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT-SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Senador Lauro Campos, em primeiro lugar, gostaria de também externar, como fizeram V. Exª e a Senadora Marina Silva, a minha solidariedade ao Presidente Nacional da Central Única dos Trabalhadores, Vicente Paulo da Silva, bem como ao Presidente Zunga, da CUT no Distrito Federal. Ambos protestam, desde ontem, em frente ao Palácio do Planalto, em função de o Governo brasileiro ter denunciado junto à Organização Internacional do Trabalho - esta organização tem um paralelo com a ONU, mas relaciona-se justamente às questões do trabalho - o acordo que o Brasil havia assinado no que diz respeito às condições de se desempregar pessoas. Com justa razão, Vicentinho e a CUT estão protestando em relação a esta decisão do Governo brasileiro, realizada à luz, sobretudo, da pressão dos empresários, da pressão dos investidores internacionais no Brasil, que desejam ter a total flexibilidade para estar despedindo trabalhadores sem que sejam resguardados certos direitos. Então, em função de transformações tecnológicas, da modernização da empresa, poderá haver o não respeito a certas restrições que o próprio Governo brasileiro, com a ratificação do Congresso Nacional, havia assinado. Deveria o Governo brasileiro, até antes, colocar em debate este assunto junto aos trabalhadores, junto ao Congresso Nacional. É importante a manifestação, a reação de Vicentinho, porque ele se sentiu surpreendido, na tarde de ontem, quando o Sr. Plínio Sarti, coordenando a reunião - e no lugar do Ministro do Trabalho - anunciou às centrais sindicais que seria tomada a tal decisão.

Gostaria também de cumprimentar Vicentinho - e o Zunga, no caso - pela maneira criativa como, por mais de uma vez, ele costuma reagir diante de situações.

A Senadora Marina Silva mencionou ensinamentos de Leonardo Boff e de pessoas como Mahatma Gandhi. Vicentinho é um admirador dos procedimentos e manifestações de Gandhi, assim como de Nelson Mandela, sobretudo com o uso pacífico

de ações que, de um lado, chamando a atenção das autoridades para necessidades vitais dos direitos da cidadania, dos direitos dos trabalhadores que, eventualmente, possam estar violados. Sendo assim, resolve fazer ações que, de sua parte, nenhum direito de qualquer pessoa está violando, mas que mostra o seu sentido de determinação, de assertividade e de coragem no seu sentido, como nesta greve de 24 horas, diante do Palácio do Planalto, a cerca de 100 metros, ali colocaram a sua pequena tenda, com um pequeno colchão. Estive lá a 1h15min da madrugada, depois do périplo que fiz para procurar encontrar esse documento, pois até a meia-noite e meia de hoje, aproximadamente, na companhia de diversos jornalistas, permaneci em vigília diante da residência do Senador Odacir Soares, para ver se conseguia saber de seu destino.

Só hoje fiquei sabendo que, em alguma hora da noite ou da madrugada, o Senador seguiu para Porto Velho, e hoje de amanhã para Cabixi, cidade que ainda não tive a oportunidade de conhecer. Deixei o recado de que gostaria de falar com S. Ex^a no único posto de serviço da cidade. Até agora, tanto eu quanto o Presidente José Sarney aguardamos a sua comunicação.

Reitero que, a qualquer momento, ao longo de meu mandato, caso o Senador Odacir Soares queira falar comigo, de pronto, logo que o saiba, tentarei retomar a ligação, porque, quando um Senador me telefona, suponho que deva ser por algum motivo de interesse público. No caso, há um motivo de interesse público: gostaríamos de saber o conteúdo desse documento que o Banco Central preparou, relativamente às operações da Secretaria Municipal de Finanças com UMA distribuidora de títulos de valores mobiliários nas operações de compra e venda de Letras Financeiras do Tesouro Municipal de São Paulo. A população de São Paulo aguarda o teor desse documento.

Em virtude de estar em São Paulo o Ministro Pedro Malan, o Presidente da República no início da tarde dialogou com o Secretário Executivo Pedro Parente, e eu também tive oportunidade de com ele conversar.

Neste instante, está o Sr. Divino encaminhando um ofício que assinei, como Primeiro-Secretário em exercício da Mesa e também no exercício da Presidência, dirigido ao Ministro Pedro Malan, diretamente às mãos do Secretário Executivo que, na ausência daquele Ministro, assume as suas funções. O Sr. Divino, funcionário da Secretaria da Mesa, está aguardando.

Conversei também, há cerca de uma hora, com o Presidente Fernando Henrique Cardoso e pedi que a Sua Excelência autorizasse, uma vez que não há possibilidade de se conversar com o Ministro Pedro Malan, o Sr. Pedro Parente a encaminhar o documento que estamos aguardando.

Novamente, há cerca de 30 minutos, conversei com o Secretário Executivo Pedro Parente, estando ao lado dele o Sr. Divino.

Estou, aqui, Sr. Presidente, rezando para ver se o Divino Espírito Santo possa iluminar as ações do Sr. Pedro Parente, porque o Sr. Divino já se encontra ao lado do gabinete dele, com ordem de esperar - e pedi ao Sr. Divino que esperasse por esse documento.

Que razões divinas estarão influenciando o Sr. Pedro Parente ou o Ministro Pedro Malan? Será necessário algum raio cair sobre o Palácio do Planalto ou o Palácio da Alvorada para iluminá-lo melhor, pois há cerca de uma hora conversei com o Presidente Fernando Henrique Cardoso e Sua Excelência disse-me que entraria em contato com o Secretário Executivo Pedro Parente.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso, de acordo com a Constituição Federal - tenho a certeza de que o Secretário Executivo Pedro Parente sabe bem disso - é a autoridade maior do País. E, se Sua Excelência disse a mim que iria autorizar, o que estará acontecendo para que a autorização não chegue melhor e mais eficazmente aos ouvidos do Sr. Pedro Parente?

Sr. Presidente, Senador Lauro Campos, na terça-feira, conversei com o Ministro Clóvis Carvalho. Fui ao gabinete de S. Ex^a, que procurou ser extremamente eficaz no nosso diálogo, para que não me demorasse tanto no seu gabinete. Não sei se a presença de um Senador do PT ou se minhas características o incomodam tanto, porque ele procurou ser muito eficiente, logo foi levantando da cadeira para ver se eu parava de falar.

De modo que a audiência foi curta. Disse a S. Ex^a que me dispunha a ir ao Presidente do Banco Central na tentativa de ajudar a encaminhar o documento ao Ministério da Fazenda, para que logo chegasse aqui. Aliás, eles têm tantos assessores parlamentares, têm o Dr. Hugo Braga, o Sr. Leomar e muitos outros, e, ao que eu saiba, hoje é dia útil de trabalho. Eles até poderiam dizer "pode deixar, o Dr. Hugo leva o documento ao Senado", mas nada disseram.

Gostaria de ir lá, estar pessoalmente ajudando a trazer tal documento. É levinho, mas, quem sabe,

precisaria alguém com muita força. Mas o Sr. Divino foi lá, sabe carregar esse envelope, que não é tão pesado, que é até relativamente fácil de ser transportado ao Senado. Mas, alguma coisa está acontecendo ainda.

Alguma coisa está acontecendo. Será esta uma Divina Comédia, Sr. Presidente?

Fico imaginando: o que estará acontecendo? Será que isso tem a ver com a reeleição?

Engraçado que, em todas as vezes que converso com o Presidente Fernando Henrique Cardoso sinto um sentimento de estima e respeito muito grande. Vou dizer, Senador Lauro Campos: eu gosto do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Apreendi a gostar de Sua Excelência. De repente, me dá uma vontade de criticá-lo. Mas, quando estamos conversando, Sua Excelência me parece uma pessoa de bom senso. E quando conversamos há pouco, Sua Excelência foi tão atencioso, foi tão gentil, foi tão compreensivo com o que eu estava transmitindo, que é a necessidade de conhecermos o teor desse documento.

Não sei o que acontece, pois no momento em que penso que a decisão tenha sido tomada e a mim já transmitida, alguma coisa impede o documento de chegar aqui.

O que será que acontece no meio do caminho? Será que o Prefeito Paulo Maluf tem um poder tão grande a ponto de impedir que a ordem do Palácio da Alvorada ou do Planalto chegue até o Sr. Pedro Parente? Sua Excelência falou que autorizaria e que estaria tudo bem.

O documento entregue ontem foi uma cópia. O Presidente José Sarney falou: "Entreguem, então, o original". O Secretário Pedro Parente argumentou que o original teria de vir lá de São Paulo, do Ministro Pedro Malan. Quem sabe, talvez, seja essa a providência que esteja sendo tomada. Entendo, no entanto, que o Secretário poderia me dizer: Senador Eduardo Suplicy, o Ministro Pedro Malan já está assinando o documento, que está vindo em um avião de São Paulo e chegará em tal horário, etc... Enfim, eu esperava uma notícia. Mas não sei se é isso que está acontecendo.

É engraçado que tantos secretários e assessores parlamentares não tenham tomado conhecimento de nada. Normalmente, quando algo ocorre no Senado, eles ouvem, mas hoje não os vejo. Quem sabe estejam assistindo à sessão pela TV NET, que aqui em Brasília, se não me engano, é o canal 14. Espero que estejam nos assistindo para dizerem

que aqui continuamos aguardando a chegada de documentos.

Sr. Presidente, um outro pensamento me ocorre: talvez as pessoas encarregadas de elaborarem os documentos que solicitei estejam assistindo à transmissão da sessão do Senado e dizendo: bem, vamos esperar a sessão terminar para só então entregarmos o documento. Se for isso, informo que só faltam 9 minutos para o término da sessão. Tudo bem, se quiserem entregá-lo às 18h30min vamos aguardar, mas o importante é que entreguem. Estamos aqui contando os minutos.

A Srª Marina da Silva - Qual é o nome da cidade onde que está o secretário?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Cabixi. É uma cidade pequena. A Srª Senadora conhece Cabixi?

A Srª Marina da Silva - Não conheço Cabixi, mas espero que o Sr. Secretário não coloque esse documento na boca de alguma sucuri lá por Rondônia. O documento está demorando muito!

O SR. EDUARDO SUPLICY - Não sei o que está acontecendo. O que será?

Sr. Presidente, Srª Senadora Marina Silva, em São Paulo há muitas pessoas aguardando a divulgação desse documento. Talvez esse documento venha, depois de tanta expectativa, a inocentar completamente o Sr. Celso Pitta. Ficarei contente por ele. Passei a respeitá-lo, a admirá-lo e a conhecê-lo melhor.

Ouvi o debate dele outro dia. Penso que Pitta tem qualidades fantásticas, mostrou ser um candidato fortíssimo, surpreendente para muitos, não para mim. Desde o início, disse para os meus amigos e amigas, para os companheiros de partido, que Celso Pitta seria um candidato muito forte porque era muito importante o fato de o Prefeito Paulo Maluf ter escolhido um negro para candidato a prefeito. Avaliei, então, que havia certas circunstâncias que o tornariam um candidato muito difícil de ser vencido.

Ainda no ano passado, quantos de nós, como Vicentinho, as Senadoras Benedita da Silva e Marina Silva e outros, procuraram resgatar a memória de Zumbi de Palmares dizendo como seria importante que os negros assumissem posições de comando, de responsabilidade na vida política brasileira, nas empresas em geral, nas instituições. Sem dúvida, o Sr. Celso Pitta ainda traz consigo essa grande força.

Relembremo-nos que quando se rememorava os trezentos anos de Zumbi de Palmares, o Ministro Edson Arantes do Nascimento, Pelé, obviamente um dos negros mais respeitados do nosso País, disse - e naquela época não havia a cogitação clara de que

Celso Pitta seria candidato à prefeitura de São Paulo - que os brasileiros deveriam votar em um negro.

Para o Partido dos Trabalhadores, Pitta está sendo um adversário formidável e nisso ele tem méritos. Seria importante que a sua vida, em tudo aquilo que se refere ao interesse público, possa vir à tona.

Também preciso falar, diante da decisão de extraordinária relevância para a vida política de São Paulo e do Brasil, a respeito das qualidades extraordinárias de Luiza Erundina de Sousa. Eu a considero melhor candidata do que Celso Pitta. Reconheço as qualidades de Celso Pitta, mas vejo em Luiza Erundina uma mulher símbolo da coragem e da transparência nos atos da vida pública e da sua vida pessoal.

Luiza Erundina veio de Uiraúna. Visitei a sua cidade natal depois de ela ter sido eleita prefeita, e eu vereador. Conheci a sua terra; passamos por João Pessoa, Sousa e por outras cidades situadas a mais de trezentos quilômetros de João Pessoa, no interior da Paraíba. Luiza Erundina reviu a sua cidade, as casas e as famílias da região. Pude verificar quão importante havia sido para os habitantes de Uiraúna, para os paraibanos e para todos os nordestinos o fato de, em São Paulo, uma mulher ter sido exemplo de resgate de cidadania.

Luiza Erundina veio de família pobre, ajudou a sustentar os irmãos e se tornou uma professora, uma assistente social. Ela lecionou na Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa. Eis que, a certa altura de sua vida, proibem-na de lecionar naquela instituição, de exercer uma atividade para a qual tinha tanta propensão.

Ela precisou sair de sua própria terra e foi para São Paulo como assistente social. Fez concurso para a prefeitura e foi aprovada. Erundina conseguiu ingressar por concurso na Prefeitura Municipal de São Paulo.

Começou, então, a trabalhar nas favelas de São Paulo, nos cortiços, junto à população mais carente. Nos momentos de despejos, sempre solidária, estava ali para dialogar, para ouvir os problemas daquelas pessoas, procurando perceber o que estava acontecendo e tentando ajudá-las.

Junto aos funcionários com os quais trabalha, Luiza Erundina tornou-se uma líder e foi eleita Presidente da Associação dos Servidores Municipais. Era o tempo do governo do Presidente João Figueiredo, do Ministro do Trabalho Murilo Macedo, que havia decretado a intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema e cassado o

direito de o Luiz Ignácio Lula da Silva vir a ser o presidente. Naquele tempo de intervenções, deu-se a posse de Luiza Erundina na Presidência da Associação dos Servidores. Na cerimônia, para a qual foram convidados o Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, e Lula, eis que Luiza Erundina preferiu que fosse também fazer parte da mesa o Lula em vez de o Ministro do Trabalho, porque este havia cassado os direitos daquele que se tornara um importante líder sindical e uma das mais importantes lideranças populares da história deste País.

Luiza Erundina prosseguiu, ao tempo do Prefeito Reinaldo de Barros, quando era Governador do Estado o Sr. Paulo Maluf, incomodando muito, levando as reivindicações dos servidores, sempre em grande número nas assembleias, nas manifestações, continuando seu trabalho como assistente social.

Luiza Erundina continuou também a sua formação. Em São Paulo, estudou na Escola de Sociologia e Política, onde fez a sua pós-graduação, para depois ir à PUC, tornando-se lá professora, sempre admirada e respeitada. Foi, então, lançada sua candidatura à vereadora. Em 1979/1980, ela começa a verificar quanta afinidade tinha com o PT, tomando-se também co-fundadora desse partido, como tantos de nós. Na Câmara dos Vereadores, junto com a vereadora Teresinha, a Teresa Lajolo, e Irêde Cardoso - havia cinco mulheres, numa bancada de oito -, Luiza Erundina destacou-se e tornou-se líder. Não havia ainda o nosso costume de rodízio, e ela exerceu o mandato por, pelo menos, quatro anos.

Ela ganhou de tal maneira a confiança das pessoas na cidade, que se tornou Deputada estadual em 1982. Em 1985, quando houve a primeira eleição direta na capital de São Paulo, depois de vinte anos sem eleições nas capitais, já cogitavam de seu nome para ser candidata a Prefeita. Assim, Luiza Erundina começa a dialogar com os companheiros de partido sobre a possibilidade de ser candidata. Eu também estava com ela, e alguns companheiros me disseram que eu deveria ser candidato.

Nós dois participamos de dezenas de debates, em todos os bairros da cidade de São Paulo, sobre a história de cada um de nós e sobre os problemas da cidade.

Depois de alguns meses, Luiza Erundina sugeriu que eu fosse candidato a Prefeito e ela, a Vice-Prefeito, já que eu estava bem nas pesquisas; eu também a convidei. Fizemos, então, a chapa.

Nessa época, houve a volta do ex-Presidente Jânio Quadros à política como candidato a Prefeito. Fernando Henrique Cardoso, que havia sido candi-

dato a Senador em 1978, quando recebeu todo o meu apoio e de muitos que continuam no PT, fora eleito suplente de Franco Montoro, e, mais tarde, assumiu a senatoria em virtude do afastamento de Franco Montoro, que fora eleito Governador. Em 1985, Senador em exercício, Fernando Henrique Cardoso tornou-se um forte candidato a Prefeito. Era a primeira vez em que o PT disputava um mandato de Prefeito.

Dada a afinidade e a amizade que eu tinha com Fernando Henrique Cardoso, hoje Presidente da República, foi difícil competir com Sua Excelência. Como eu poderia estar apresentando uma proposta tão diferente da oferecida pela pessoa de quem tinha estado tão junto em 1978?

Jânio Quadros obteve 37% dos votos; Fernando Henrique, 34%; eu, 19,8%, quase 20%. Houve outros candidatos, que obtiveram menos votos. A disputa foi democrática, e ainda não havia o segundo turno.

Na época, havia o MDB, o PT e o PTB. Nós havíamos lutado para que houvesse o segundo turno. Eu acreditava na possibilidade do segundo turno e dizia que, se houvesse segundo turno, iríamos apoiar Fernando Henrique.

Após perder a eleição, Fernando Henrique foi à França, onde se encontrou com alguns amigos meus, como o Professor João Saboya e Ana Lúcia Saboya e queixou-se do seu amigo Eduardo Suplicy porque, afinal de contas, provavelmente ele teria sido vencedor se eu tivesse desistido de ser candidato. Algumas pessoas haviam feito esse apelo a mim, mas na ocasião pareceu a nós, do PT, que era importante nós nos afirmarmos como partido, como proposta.

Os caminhos da vida fizeram com que aquela derrota de 1985 se transformasse em vitória para ele no Senado da República, em 1986; e, mais tarde, na sua vitória para a Presidência da República. É importante quando derrotas são transformadas em caminhos para vitórias.

No entanto, em tantas oportunidades com Fernando Henrique, como nos comícios de 1978, defendi propostas que continuo a defender e imaginava sempre que Sua Excelência fosse inteiramente favorável a elas: a defesa da transparência; do interesse público. E não há nada que seja do interesse da população, nada que possa ser caracterizado como importante, que não possa ser revelado e precise ficar nas gavetas do Banco Central ou em algum lugar onde o Senador Odacir Soares tenha colocado esses papéis.

Sr. Presidente, estou preocupado. São 18 horas e 39 minutos e o Sr. Divino ainda não chegou. A Presidência tem alguma informação?

Sr. Presidente, vou levantar uma questão de ordem. Como o Regimento Interno prevê, a Presidência pode prorrogar a sessão por tempo definido, desde que haja anuência do Plenário.

São 18 horas e 40 minutos. Gostaria de sugerir que V. Ex^a prorrogasse a sessão pelo tempo definido que considerar razoável, a fim de que possamos esperar que o Sr. Pedro Parente coloque nas mãos do Sr. Divino o documento por que tanto aguardamos. O ex-Senador Áureo Mello também aguarda. Ele, que é do Amazonas e sabe da nossa batalha, pois tantas vezes aqui nos acompanhou, está aqui solidário com a nossa batalha e poderá ser testemunha desta vigília, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) – Nobre Senador Eduardo Suplicy, infelizmente, não tenho boas novas para nós e para V. Ex^a, em especial. Embora a divindade seja onipresente, no caso do Sr. Divino, ele agora está a postos aguardando o documento. Então, ele pediu que aguardássemos por mais alguns instantes. Trata-se de um parto prolongado.

Perguntei a V. Ex^a e não obtive resposta, mas parece-me que a imprensa divulgou alguns dados a respeito durante o primeiro turno da campanha. E agora esse documento encontra-se em lugar incerto e não sabido. O Sr. Divino afirma que, dentro de alguns minutos, ele poderá ser encaminhado ao Senado. Se isso acontecer, daremos por encerrada a sessão.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, sugiro a V. Ex^a, como Presidente, que prorogue a sessão pelo tempo suficiente para que eu possa concluir o meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) – Esta Mesa defere o pedido de V. Ex^a a fim de que possa concluir o seu pronunciamento.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, sinto-me no dever de falar dos tempos e caminhos comuns que tive com o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Espero que, de fato, Sua Excelência tenha-se sensibilizado diante dos apelos que fiz ontem e hoje para que fosse encaminhado para o Senado Federal o documento.

Gostaria de esclarecer-lhe, Senador Lauro Campos, que é fato que a imprensa divulgou algumas informações nos meses de setembro e início de outubro relativamente a essas operações. É fato que a imprensa havia mencionado – e o **Jornal da Tar-**

de teve a dianteira nisso – que o Banco Central estava fazendo averiguações. Depois, a **Folha de S.Paulo, O Estado de S.Paulo, Jornal do Brasil, O Globo, Correio Braziliense**, toda a imprensa nacional continuou acompanhando. Hoje, a **Veja, IstoÉ**, todos os jornais do País estão atentos para os resultados da apuração.

A apuração metódica realizada pelo Banco Central deu-se a partir do nosso requerimento, lido em 08 de outubro e encaminhado ao Ministro da Fazenda em 14 de outubro. Também foi encaminhado de pronto, para adiantar o expediente, ao Sr. Cláudio Mauch. Tiveram 30 dias. Se trabalharam bem, concluíram o trabalho. O Sr. Cláudio Mauch disse-me que o trabalho seria realizado da forma mais isenta e neutra, sem favorecer a qualquer dos lados que disputa as eleições em São Paulo.

Como já disse, Celso Pitta deve ser o primeiro a querer saber. É claro que Luiza Erundina também gostaria de saber dos fatos. Aliás, eu estava falando da sua trajetória histórica, do tempo em que ela foi minha querida companheira, quando foi candidata a vice quando fui candidato a Prefeito.

A Srª Marina Silva – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLEY – Pois não, Senadora Marina Silva.

A Srª Marina Silva – Nobre Senador, quero parabenizá-lo por esse esforço. V. Exª é um batalhador da transparência, é uma pessoa que, com obstinação, busca as informações que são do interesse público. Tenho certeza de que V. Exª está agora duplamente preocupado com o interesse público, em primeiro lugar, em função do fato de serem denúncias graves, que precisam ser investigadas para que, se houver realmente as irregularidades que os indícios demonstram, sejam devidamente apuradas e punidos os culpados. Em segundo lugar, V. Exª está preocupado com o seu Município, o Município de São Paulo, que não pode ficar alheio a informações tão importantes às vésperas de uma eleição. V. Exª tem toda a razão quando diz que o candidato Celso Pitta deveria ser o primeiro a buscar a agilização dessas informações, porque quis o destino que na cidade de São Paulo estivessem agora disputando a prefeitura duas pessoas das quais a sociedade faz uma cobrança às vezes muito perversa. Sobre uma, a Prefeita Luiza Erundina, recai a cobrança de gênero. Quando nós, mulheres, erramos à frente de uma função pública, não somos cobradas como pessoas, como seres humanos de modo geral; somos cobradas como mulheres. Se fracassamos, fracas-

samos porque somos mulheres. Neste sentido, temos que nos esforçar duplamente para obtermos sucesso, para desfazer o mito de que o gênero feminino é incompetente. No caso do candidato Celso Pitta, com todo o respeito, uma pessoa de cor negra, como eu, recai a cobrança de raça. Quando se trata de mulher e negra, a cobrança é dupla. Quando os negros estão à frente de uma função pública, vem a cobrança no que se refere à nossa raça: se não nos damos bem, não é porque erramos como um ser humano qualquer, mas porque somos negros. Então, considero que, neste caso, o candidato Celso Pitta tem todo o interesse nas apurações, até para que o seu nome seja honrado, como pessoa que tem as qualidades que V. Exª destacou. No entanto, sabemos com toda a clareza que, para a cidade de São Paulo, do meu ponto de vista, a melhor alternativa é a Prefeita Luiza Erundina, pelo conhecimento dos problemas da cidade, pela sensibilidade, por ser uma pessoa que tem uma imbricação com os problemas mais profundos da cidade de São Paulo. Diria que o interesse maior deveria vir mesmo do candidato Celso Pitta. E repito: quis o destino que a cidade de São Paulo tivesse, neste momento, duas pessoas disputando a sua Prefeitura, sobre as quais recaem cobranças muito maiores do que as que sofrem outras pessoas, pois elas se referem à nossa condição racial ou à nossa condição de gênero, ou seja, por sermos mulheres ou negros. Essa é uma forma perversa de discriminação e preconceito. Nesse caso, nós temos que ser os primeiros a dar nossa parcela de contribuição para debelar o preconceito.

O SR. EDUARDO SUPLEY – Agradeço o aparte da Senadora Marina Silva.

V. Exª tem uma condição bastante especial para perceber o significado desse grande embate entre uma mulher nordestina, com toda essa trajetória de Luiza Erundina, e Celso Pitta, um negro que conseguiu superar obstáculos bem melhor do que outros negros na comunidade brasileira, e que hoje disputam a Prefeitura da maior cidade do Brasil. E esse resultado é muito importante, pois, dele, poderá resultar definições para 1998.

A eleição presidencial de 1998, sabemos todos, tem muito a ver com a decisão do povo de São Paulo amanhã. Se vencer o candidato de Paulo Maluf, certamente haverá o seu fortalecimento; se vencer a Luiza Erundina, certamente haverá o fortalecimento do Partido dos Trabalhadores e de forças que não desejam ver fortalecido o candidato do PPB.

Paulo Maluf tem uma história que fez dele o principal adversário daqueles que hoje estão no Pa-

lácio do Planalto, que formaram o PFL para se juntar a Tancredo Neves – os do PSDB, então, estavam no PMDB – para derrotar o que era Maluf ou o PDS. Então, que transformações terão havido?

Luiza Erundina continuou coerente na sua trajetória. De 85 em diante, teve um excelente mandato de Deputada Estadual e foi escolhida candidata a prefeita em 88. Até a véspera da campanha, como agora, ela não estava à frente nas pesquisas. Em 1988, relembremos bem, no dia da pesquisa – havia, então, só um turno –, Paulo Maluf estava em primeiro lugar; José Serra, em segundo, e, em terceiro, Luiza Erundina. Conforme estou prevendo que irá ocorrer amanhã, ela deu a grande virada e venceu as eleições.

Naqueles dias, nas vésperas das eleições, aprendi com Luiza Erundina o que é a garra de uma mulher de tanta coragem. Lembro-me que, à época, em frente à Estação Roosevelt, ouvi de dirigentes e de companheiros do PT: "Acho que não vai dar". Faltavam duas semanas, e Luiza Erundina estava em terceiro lugar. Ela falou: "Nós vamos vencer. Vou ganhar as eleições". E não parou até a hora final.

Sr. Presidente, sinto tanto por não estar agora nas ruas, na Praça da Sé, com Luiza Erundina, na Unesp, ao seu lado, dizendo das suas qualidades ao povo de São Paulo. Mas transmiti a ela que me sentia na obrigação, na responsabilidade de aqui permanecer, cumprindo esta tarefa, esta função, esta responsabilidade de batalhar até o último instante, até o final das minhas energias – e ainda sobram muitas –, até que o Sr. Pedro Parente resolvesse liberar o documento e o Sr. Divino o trouxesse.

O Sr. Pedro Parente deve estar perguntando: "Já terminou a sessão? O Senador Eduardo Suplicy já terminou de falar?"

Prezado Dr. Hugo Braga, estou aqui falando, pode dizer ao Dr. Pedro Parente. Estou falando ao Assessor Parlamentar do Ministro da Fazenda: nós ainda estamos aqui falando, aguardando a resposta.

Tentaram fazer um acordo, de só entregar o documento depois que não houvesse mais oportunidade de se falar sobre ele da tribuna do Senado. Como fazer então? Terminar a sessão para o documento chegar ou aguardar um pouco mais?

Há notícia? Há poucos instantes, chegou a informação de que o Sr. Pedro Parente iria, em alguns instantes, liberar o documento. Essa foi a última informação que recebi, às 18h40min. Passados 11 minutos, os instantes se esticam. E estamos aguardando.

A Srª Marina Silva - Senador Eduardo Suplicy, V. Exª me permite um aparte?

O SR. EDUARDO SUP LICY - Ouço-a com prazer.

A Srª Marina Silva - Nobre Senador, esta sessão foi uma batalha do Partido dos Trabalhadores. Acredito que, após o seu término, os Parlamentares do Partido dos Trabalhadores, pelo menos, poderiam mudar o sobrenome do Sr. Pedro Parente. Ele poderia passar a se chamar Pedro Cunhado.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) - Nobre Senador Eduardo Suplicy, peço licença a V. Exª para interromper o seu pronunciamento a fim de transmitir a última notícia.

A Mesa acaba de receber o comunicado de que o Sr. Divino e o Sr. Hugo Braga encaminham-se, com o esperado documento, a este recinto.

O SR. EDUARDO SUP LICY - Sr. Presidente, que boa notícia! Creio que a presença do ex-Senador Aureo Mello trouxe energias positivas para cá; S. Exª, através de sua poesia, nos mostrou, tantas vezes, os segredos da Floresta Amazônica - como faz também a Senadora Marina Silva. Por isso, penso que algo de bom aconteceu.

Quero agradecer as bênçãos de Deus, a inspiração que tocou o Sr. Divino. Essa foi uma pessoa providencial, enviada pelo Dr. Carreiro. Com esse nome, o Sr. Divino não poderia voltar sem esse documento nas mãos; ele teria que chegar com uma boa nova. Só espero que o documento traga uma informação relevante, que ao menos mostre as razões pelas quais tanto custou vir à tona, à luz. Tenho a impressão de que foi importante termos ficado aqui.

Gostaria de transmitir, Senador Lauro Campos, que, por volta das 17h, conversei com Luiza Erundina, que estava na Praça da Sé. Disse a ela que estava no Senado, exercendo a Presidência e a Primeira Secretária, e que aqui também se encontravam V. Exª e a Senadora Marina da Silva, alternando-se e falando sobre a importância deste fato, e que estávamos aqui tentando prorrogar a sessão até que o Governo decidisse trazer o documento. E ela disse que era muito importante ficarmos nessa batalha.

Gostaria de transmitir o agradecimento da Luiza Erundina de Souza aos Senadores Lauro Campos e Marina Silva, porque algo de positivo, acredito, vai acontecer, seja em benefício do Sr. Celso Pitta, para esclarecimento da verdade, seja para que ele possa esclarecer melhor os fatos.

O Senador José Serra me disse há duas semanas que tinha a convicção, a certeza, de que alguns problemas aconteceram naquelas operações e tam-

bém me disse que conversara com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, dizendo o quão importante era que o Governo trouxesse à luz ao público do conhecimento desse documento. De maneira que algo deve conter o documento que seja importante.

A ex-prefeita Luiza Erundina de Souza se encontra hoje preparada e com extraordinária experiência para administrar a cidade. Ela, que já havia iniciado o procedimento do orçamento participativo numa cidade colossal como São Paulo, poderá fazer muito melhor agora diante do seu próprio aprendizado e das experiências acumuladas pelo PT em cidades como Porto Alegre e outras.

Um dia fui convidado por Tarso Genro a fazer uma observação nos bairros de Porto Alegre. Fui a um dos maiores bairros daquela cidade, onde havia uma reunião com quase mil pessoas, que discutiam as prioridades para aqueles bairros, numa região onde havia cerca de 80 mil moradores.

Impressionou-me como representantes designados pelos próprios moradores falavam, perante os secretários de cada Pasta, os administradores regionais e o próprio prefeito, sobre as falhas da administração no ano que havia passado. Eles avaliavam o que seria mais importante modificar, que deveria haver uma compreensão sobre o orçamento, que era limitado, e que investimentos deveriam ser realizados.

Senador Lauro Campos e Senadora Marina Silva, na cidade de São Paulo, não será fácil fazer essa avaliação, porque ali há bairros como o Jardim Ângela, Capão Redondo e Itaim Paulista, onde os índices de violência são altíssimos e o número de mortes é tremendamente alto; quase não há áreas de lazer, centros de cultura, cinemas e teatros. A população se reúne nos botecos, nos bares ou nas ruas. Não há quadras esportivas em número suficiente para todos. A população vive em situação difícil. As ruas são mais estreitas, e as conduções mais demoradas. Então, no ir e vir para o trabalho ou para qualquer lugar da cidade, gasta-se uma hora e meia ou duas de condução. Conseqüentemente, as pessoas são muito mais sacrificadas e tendem a ficar, obviamente, mais irritadas. Moro em um bairro bom de São Paulo, na Rua Grécia, Jardim Europa e Jardim América e, felizmente, minha rua tem o nome do berço da democracia.

Outro dia, terminado o segundo turno, uma senhora disse que admirava muito a Luiza Erundina e gostaria de reunir cerca de 40 senhoras que tinham votado em José Serra e Celso Pitta; no entanto, ela avaliava que, se conhecessem de perto a Luiza Erundina, poderiam até mudar de opinião. E eis que

então ofereceu um café da manhã para este grupo de senhoras e houve um diálogo muito produtivo com Luiza Erundina falando da cidade. Eu até fiz uma sugestão, mas elas não se entusiasmaram: a minha idéia era que pudessem as 40 senhoras e Luiza Erundina, e eu próprio as acompanharia, fazer um passeio pela cidade. Eu havia ligado para uma dessas empresas de turismo que iria providenciar um ônibus que tem um microfone para que pudesse Luiza Erundina falar para elas. Eu gostaria que visitássemos primeiro a própria área dos Jardins, vendo o que foi feito pela Avenida Faria Lima, pelo Parque Ibirapuera, uma vez que gostaríamos que pudessem aquelas senhoras acompanhar tanto o investimento realizado para a melhoria da qualidade de vida da área mais rica da cidade, bem como tivessem a noção, quando para lá nos dirigíssemos com o ônibus, da realidade dos bairros mais pobres, já que a idéia do orçamento participativo é que as pessoas residentes nos bairros melhores possam conhecer as necessidades e tudo aquilo que falta à cidade de uma forma geral.

Assim, Sr. Presidente, concluo meu pronunciamento certo de que a decisão dos eleitores de São Paulo será a mais adequada no sentido da melhoria da qualidade de vida daquela cidade, que, amanhã, dará uma demonstração de vitalidade democrática.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) – Sobre a mesa ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. MF-1266/96

Brasília, 14 de novembro de 1996

Senhor Senador,

Refiro-me a seu ofício nº 312-SF, desta data, recebido em meu gabinete às 17h9min, por meio do qual Vossa Excelência solicita o encaminhamento das informações de que trata o Requerimento nº 949, de 1996, de sua autoria.

Informo, a propósito, que os documentos solicitados, ontem recebidos no Ministério da Fazenda, foram ontem entregues à 1ª Secretaria do Senado Federal, dentro do prazo constitucional, por meio de fax, em virtude de encontrar-se em São Paulo o titular desta Pasta. Hoje, por meio do Ofício nº 630/96-PRSECR, desta data, aqui recebido às 17h20min, de ordem de Sua Excelência, o Senhor Primeiro Secretário daquela Casa do Congresso Nacional, foi solicitado o envio do original do Aviso Ministerial que encaminhou a referida documentação, para leitura em plenário e posterior encaminhamento aos ilustres

Senadores formuladores dos requerimentos de informações, entre os quais Vossa Excelência.

Consideramos que o pedido de informações de V. Ex^a foi plenamente atendido, na forma da lei. Isso nada obstante, a fim de dar atendimento à referida solicitação, está sendo providenciada, neste momento, a ida à cidade de São Paulo, com a máxima urgência possível, de servidor deste Ministério, para obtenção dos originais dos avisos referidos.

Respeitosamente, — **Pedro Parente**, Secretário Executivo.

O SR. EDUARDO SUPPLY — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) — Concedo a palavra a V. Ex^a, por cinco minutos.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, os documentos requeridos foram, então, entregues à Secretaria por meio de fax, e hoje foi solicitado o envio do original do aviso ministerial.

Diz o ofício:

"(...) o pedido de informações foi plenamente atendido na forma da lei. (...) a fim de dar atendimento à referida solicitação, está sendo providenciada, neste momento, a ida à cidade de São Paulo, com a máxima urgência, de servidor deste Ministério, para obtenção dos originais dos Avisos referidos".

Portanto, não chegou o conteúdo do documento. Chegará hoje à noite, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) — A informação que a Presidência tem consta do ofício.

Tudo indica que ele chegará, quando o mensageiro ministerial regressar de São Paulo, com a coleta da assinatura do Ministro.

A Presidência entende que, como foi remetido para esta Casa, via fax, o documento deve ter ficado lá. O fax veio, mas o documento ficou lá.

O SR. EDUARDO SUPPLY — Sr. Presidente, não é possível que o Presidente Fernando Henrique Cardoso esteja proporcionando comédia tão divina. Não é possível! Tenho a impressão de que no processo de Kafka não há uma história tal como essa, ainda mais kafkaniana, ou totalmente, kafkaniana.

Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que aguarde um pouco, antes de encerrar a sessão, porque vou telefonar ao Secretário Executivo Pedro Parente para saber o porquê de tanta "ginástica", tanta espera do Sr. Divino, que, ao final, não recebeu o documento.

Se V. Ex^a quiser fazer uso da palavra, darei o telefonema, exercendo a Presidência.

O Sr. Lauro Campos deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Suplicy, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) — Diz o art. 180 do Regimento Interno do Senado Federal:

"Art. 180. A prorrogação da sessão poderá ser concedida pelo Plenário, em votação simbólica, antes do término do tempo regimental:

a) por proposta do Presidente;

b) a requerimento de qualquer Senador.

§ 1º A prorrogação será sempre por prazo fixo, que não poderá ser restringido, salvo por falta de matéria a tratar ou de número para o prosseguimento da sessão.

§ 2º Se houver orador na tribuna, o Presidente o interromperá para consulta ao Plenário sobre a prorrogação.

§ 3º Não será permitido encaminhamento da votação do requerimento.

§ 4º Antes de terminada uma prorrogação, poderá ser requerida outra."

O art. 181 também se refere à prorrogação:

"Art. 181. O tempo que restar para o término da prorrogação será destinado à votação de matérias cuja discussão esteja encerrada."

O SR. LAURO CAMPOS — Sr. Presidente, nos termos do art. 180 do Regimento Interno, peço a V. Ex^a a prorrogação da presente sessão, tendo em vista a relevância do tema que nos mantém aqui.

A SRA. MARINA SILVA — Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) — Pois não, Senadora Marina Silva.

A SRA. MARINA SILVA (PT-AC. Para um esclarecimento. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, uma vez que os originais se encontram em São Paulo e que o Sr. Pedro Parente mandou um funcionário buscá-los, não seria possível termos acesso a esses documentos, uma vez que S. Ex^a enviou esse ofício a esta Casa via fax? Não seria possível tentarmos também uma cópia do documento original via fax?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) — Senadora Marina Silva, o Presidente Fernando Henrique Cardoso me havia assegurado que seriam enviados os documentos e que, portanto, teríamos

acesso ao seu conteúdo. Em geral, tenho um bom entendimento das palavras do Sr. Fernando Henrique Cardoso que, normalmente, são muito claras, mas, de alguma maneira, as palavras chegadas ao Sr. Pedro Parente foram transformadas.

Gostaria de apenas solicitar alguns instantes para que possamos obter o esclarecimento completo do Secretário Pedro Parente.

A SRA. MARINA SILVA – Sr. Presidente, peço a palavra para uma breve comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra à Senadora Marina Silva.

A SRA. MARINA SILVA (PT-AC. Para uma breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, primeiro, quero registrar aqui a minha sensação de impotência, que se traduz na impotência de uma Instituição que tem como função cuidar do interesse público. Chega à Secretaria desta Casa um documento de suma importância para os interesses de um dos maiores municípios deste País; o documento é extraviado; a pessoa que desaparece com o documento, o faz de propósito; ficamos aqui aguardando que as pessoas tenham um mínimo de respeito pelas informações que são do interesse público, e é construído todo um ziguezague de fazer inveja à melhor costureira para, simplesmente, esconder da sociedade, da opinião pública, informações que devem ser muito poderosas e muito perigosas para o Sr. Celso Pitta. A única conclusão a que chego é de que esses dados realmente iriam demolir a candidatura do Sr. Celso Pitta, porque, do contrário, não se justificaria tanta ginástica, tanto ziguezague.

E por falar em ziguezague, ocorre-me aqui uma idéia de que, realmente, os setores do Banco Central têm grande interesse em evitar que essa informação chegue às mãos de V. Ex^a, que, como já falei anteriormente, é um obstinado pelo interesse público, pela transparência. Só posso aqui ser solidária com V. Ex^a, mas quero registrar a minha sensação de impotência. Já me senti muitas vezes impotente nesta Casa, e isso não é muito difícil, porque, afinal de contas, sou apenas uma Senadora do Acre, 38 anos, filha de um seringueiro, a qual obteve 64 mil votos num estado que tem apenas 500 mil habitantes e que não significa muita coisa no Produto Interno Bruto deste País. Então, para eu me sentir impotente é muito fácil.

Fico imaginando como V. Ex^a, com toda sua história e trabalho, com o que representa para São Paulo e como Senador do Brasil – para mim, V. Ex^a

é Senador do Brasil -, deve estar se sentindo com tudo isso.

Já me senti – repito – muitas vezes impotente aqui. Hoje é a segunda vez que sinto isso com muita força; a primeira foi no dia em que se tentava criar a CPI dos Bancos e ouvi Senadores dizerem que não havia um fato determinado.

Sou formada em História e aprendi que há alguns critérios para que se diga que há um fato. Ali estavam as provas documentais, todos os elementos que provavam que era necessária uma CPI dos bancos. Simplesmente as pessoas decretaram que não havia fatos. Aqui se tem o poder da imaterialização das coisas, de fazer com que os fatos não aconteçam, de fazer com que as informações desapareçam, de fazer com que os documentos sejam escondidos.

Só posso dizer da minha frustração, da minha impotência e lamentar que isso tenha sido feito com o propósito de esconder uma informação que, com certeza, iria prejudicar a candidatura do Sr. Celso Pitta, que, parece-me, é também o candidato do Sr. Pedro Parente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senadora Marina Silva, Senador Lauro Campos e Senador Áureo Melo, o Gabinete do Sr. Pedro Parente informou que ele está-se dirigindo ao Palácio do Planalto.

Eu os convido, se tiverem disposição, para irem comigo ao Palácio do Planalto neste instante a fim de que possamos falar com o Senhor Presidente da República, se for possível.

A SRA. MARINA SILVA – V. Ex^a me permite?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Pois não.

A SRA. MARINA SILVA – Pelo visto, parece-me que agora a apresentação desse documento depende de uma autorização do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Não, Sua Excelência já havia autorizado, pelo menos a mim.

A SRA. MARINA SILVA – Então, é melhor que seja assim, porque dessa forma saberemos claramente quem foi que não permitiu que as informações chegassem à opinião pública; não é nem aos Senadores do PT, é à opinião pública.

O SR. LAURO CAMPO - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) - Concedo a palavra ao nobre Senador Lauro Campos.

O SR. LAURO CAMPOS (PT-DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não poderia calar-me, antes do encerramento desta angustiante sessão, sem somar o meu protesto àquele feito pela eminente Senadora Marina Silva.

Realmente, Sr. Presidente, cheguei aqui com 66 anos de idade - um calouro de 66 anos -, completamente ingênuo. Passei a vida inteira num só emprego, que para mim não era trabalho: o de professor universitário. Não exerci mais nada na vida.

Ao final da vida, eis-me aqui nesta Casa política, eu que nunca fiz política, que não tinha a menor noção de como exercer esta atividade, completamente calouro, ingênuo. Custou-me entender as sutilezas, as engrenagens, o maquiavelismo, o caráter conservador da estrutura, o autoritarismo silencioso presentes no Regimento Interno, nas instituições que presidem esta Casa e que nos transformam em Senadores de terceira categoria.

Hoje, pela primeira vez, eis-nos como maioria nesta Casa. Maioria de três! E, ao nos transformarmos em maioria, mesmo assim, não conseguimos nada. É a completa consciência da inutilidade do trabalho humano.

Sr. Presidente, V. Ex^a está trabalhando com toda sua força, com denodo e, no fim, **sic vos non vobis**, trabalhais mas não para vós. Mais uma vez, o nosso esforço vai resultar em nada.

Não temos acesso à presidência de nenhuma comissão permanente e o Presidente das comissões designa os relatores dos projetos. Os projetos já vêm marcados, o Presidente os encaminha para Relatores adrede escolhidos. É a ditadura da maioria.

No Supremo Tribunal Federal, no Superior Tribunal de Justiça e em outros tribunais, os relatores são sorteados, Sr. Presidente. Há uma chance para todos. Aqui não. Aqui jamais seremos relatores de um projeto importante. Talvez, um dia, já disse eu, se houver um projeto para controlar o bicho-de-pé, vão lembrar de mim para relatá-lo. Fora isso, só mesmo uma epidemia poderia levar-me a exercer o papel de Relator.

Aqui ficamos. Nós, que não somos líderes, temos um direito ao tempo, direito conquistado a duras penas. Inscrevo-me na segunda-feira, na terça-feira, na quarta-feira e vou falar, neste plenário, somente numa sexta-feira vazia, porque, obviamente,

há prioridades, há comunicações urgentes, há discursos de 50 minutos, etc..., e vamos ficando para as calendas.

Sr. Presidente, logo após minha eleição, o calouro queria mesmo ser reprovado e desistir disto aqui. Pensei seriamente em renunciar ao meu mandato inútil. O tempo, porém, cura as feridas e, tendo em vista as conseqüências do meu ato, principalmente o desrespeito que seria aos eleitores que me transformaram no candidato mais votado da história do Distrito Federal, tendo em vista o desrespeito ao esforço, desprovido de dinheiro, movido pela consciência e pela vontade de me verem atuar no Senado, trouxeram-me para cá. Eu me decepçiono comigo mesmo e se renunciasse decepçionaria os meus eleitores.

Portanto, vou me calejando. Vou procurando entender. Quando se entende o fenômeno, nós nos tomamos até incapazes de condenar. Se passamos para a pele do criminoso, nós nos tornamos irmãos dele, compreendemos o seu ato e muitas vezes o absolvemos.

Portanto, estou aqui, certo de que essas coisas não acontecem por acaso. O Banco Central, que levantou a lebre e agora esconde, sabe muito bem o que contém esse misterioso documento.

Anteontem, pedi ao Ministro do Tribunal Superior Eleitoral que despachasse um processo em que havia uma liminar, por coincidência, também a favor do Partido dos Trabalhadores, para que fossem desmanchados os **outdoors**, fossem desfeitas as propagandas que misturam o símbolo da cidade de São Paulo com o trevo de quatro folhas do Sr. Pitta. S. Ex^a disse que não havia tempo hábil. Sim, na última hora não há tempo hábil, mas isso não devia impedir que uma sentença fosse exarada, proclamando a justiça do pleito. No entanto, deixaram o tempo passar, e mais uma vez o tempo se volta contra a minoria.

Sr. Presidente, francamente, acredito que a nossa ida à Presidência da República seria uma caminhada em vão, porque, como V. Ex^a já esclareceu, a sua conversa com Sua Excelência o Senhor Presidente já o havia tranquilizado a respeito do pedido encaminhado por V. Ex^a. Voltar lá para quê? Para ouvirmos de novo, agora três ou quatro Senadores...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) - O Senhor Presidente já saiu do Palácio do Planalto.

O SR. LAURO CAMPOS - Não podemos ficar à cata de Sua Excelência como se estivéssemos realizando um roteiro cinematográfico de um carro correndo atrás do outro. Essa é uma situação esdrú-

xula, kalkaniana, como lembrou V. Ex^a. É um processo que seria incompreensível se Kafka fosse incompreensível. Mas é isto mesmo: a realidade é kalkaniana. Nós vivemos em um século kalkaniano, e esse é um governo kalkaniano, ou um desgoverno kalkaniano.

Tendo em vista essa dificuldade de entendermos a realidade em que estamos inseridos, pediria também a V. Ex^a, Sr. Presidente, que me dispensasse deste trabalho inútil. **Sic vos non vobis**, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) - Senadores Lauro Campos e Marina Silva, telefonei há pouco para o Palácio do Planalto e me informaram que o Presidente já se encontrava no Palácio da Alvorada. Liguei para lá e disse à telefonista que queria conversar com Sua Excelência, que à tarde já me havia atendido. Fui informado há instantes pela telefonista que o ramal do Presidente Fernando Henrique não está respondendo, mas que ela anotava o meu telefonema. Então, foi transmitido ao Presidente que eu, no exercício da Presidência do Senado, gostaria de falar com Sua Excelência.

Também fui informado que o Sr. Embaixador Sérgio Amaral, porta-voz do Presidente, disse aos jornalistas hoje à tarde que o Governo fez o que tinha de fazer no sentido de encaminhar ao Senado o documento e que caberia a responsabilidade ao Senado, esquecendo-se, todavia, o Embaixador Sérgio Amaral, que o Presidente José Sarney hoje conversou com o Secretário Executivo do Ministério, Pedro Parente, ocasião em que transmitiu a importância de ser entregue um documento original. Reiterei o pedido ao Sr. Pedro Parente, informando que o Presidente da República me havia dito que iria autorizar fossem enviados os documentos ao Senado. É claro que estava referindo-me ao conteúdo do documento. E fomos surpreendidos pelo ofício do Secretário Executivo do Ministério, Pedro Parente, que informava que o documento foi para São Paulo para obter a assinatura original do Ministro da Fazenda Pedro Malan, sem que fosse informado o seu conteúdo.

A SRA. MARINA SILVA - Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) - Concedo a palavra a V. Ex^a.

A SRA. MARINA SILVA (AC-PT. Para um esclarecimento. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta sessão já foi

prorrogada. Não sei quais são os procedimentos a serem tomados do ponto de vista regimental. Já ficamos aqui até de madrugada para votarmos, de última hora, alguns projetos de interesse do Governo. Não sei quais são os mecanismos utilizados para se chegar até esse horário, mas penso que seria de bom grado que fizéssemos uma vigília aqui, pelo menos em sinal de protesto ao desrespeito para com o Senado, para com a população e para com a opinião pública nacional, desrespeito esse que está sendo praticado pelas pessoas que têm a responsabilidade de nos passar esse documento.

Indago à Mesa se ainda há meios de prorrogar esta sessão. Já fiz muitas vigílias, muitos acampamentos, muitos "empates". Este momento é semelhante a outros de que já participei em minha vida. Lembro-me de que, uma vez, na Fazenda Bordon, após andarmos seis horas a pé, chegamos onde os fazendeiros iriam derrubar ilegalmente 700 hectares de floresta. Enfrentamos os peões e a Polícia - paga com o dinheiro público - que estavam ali de prontidão para defender os interesses dos fazendeiros e percebemos que éramos impotentes para resolver um problema tão grande.

Voltamos a pé e foi necessária uma engenharia enorme para permanecermos na luta. Primeiramente, entramos em contato com a Dr^a Maria Alegrete, em Curitiba, que tinha um amigo nos Estados Unidos, que telefonaria para alguém não sei de onde, que tinha um amigo dentro do IBDF, que tinha um outro amigo, para ver se era possível alguma ação que impedisse que esse crime acontecesse. Hoje, vitoriosa, digo que não permitimos que derrubassem 700 hectares de floresta ilegalmente. Recebi um dia desses uma carta do antigo gerente da fazenda Bordon; uma linda carta dizendo do quanto ele se arrependeu, quando viu a minha entrevista no Jô Soares, dos atos que praticara contra a nossa floresta àquela época. Hoje ele tenta reparar o mal que fez ao Estado do Acre, a Chico Mendes, a Xapuri e a todos nós. Só estou narrando esses fatos, Sr. Presidente, porque o que está acontecendo hoje é muito parecido. Estamos fazendo tudo que é possível para ver se nos chegam essas informações. Parece-me um empate ao contrário: estamos aqui diante de um empate. Não sei se o que vou sugerir é possível do ponto de vista regimental. Não queremos praticar nenhuma ilegalidade, mas penso que a maior ilegalidade que se está praticando é esta que se faz contra a transparência, contra a dignidade, contra o Serviço Público; é tornar-se cúmplice de atitudes erradas que beneficiam alguém que, talvez, administrará

a maior cidade deste País. Lamento muito que isso esteja acontecendo. Já participei de muitos empates, porém, para enfrentar fazendeiros inescrupulosos, pessoas contratadas em outros Estados para eliminar a vida de seringueiros. Tenho aqui os nomes de muitos que eles eliminaram. Contudo, confesso que, mesmo naquela época, sendo apenas uma professorinha, não me sentia tão impotente como agora. Eu estava junto a pessoas que também tinham coragem, como tem V. Ex^a e o Senador Lauro Campos. Entretanto, quer me parecer que aquelas forças, mesmo das pessoas que eram contratadas fora do nosso Estado para nos fazer mal, eram muito inferiores a estas que hoje estão por trás de toda essa articulação movida no sentido de que essas informações não apareçam. Lamento muito, repito, que o Brasil tenha que se submeter claramente, assim como se tirassem o véu, como se entregassem, de forma límpida e transparente, a realidade para a sociedade brasileira. Eu queria que a população estivesse assistindo à TV Senado, para ver este espetáculo fantástico de como as autoridades brasileiras protegem os seus interesses particulares de grupos políticos. É uma articulação que envolve desde funcionários a altos representantes de função pública com cargo político. Como eu gostaria que a população pudesse estar assistindo a este espetáculo triste! Estamos aqui, quase de forma patética, impotentes a esperar que aqueles que estão querendo favorecer o Sr. Celso Pitta escondam as informações a seu bel-prazer. Lamento muito! Quando eu enfrentava aqueles bandidos que assassinaram Chico Mendes, eu não me sentia tão impotente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) - Antes de encerrar a presente sessão, gostaria de informar ao Senador Odacir Soares, onde S. Ex^a estiver, que a Resolução nº 20, de 1993, que institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar, dispõe:

Art. 1º - No exercício do mandato, o Senador atenderá às prescrições constitucionais e regimentais e às contidas neste Código, sujeitando-se aos procedimentos disciplinares nele previstos.

Art 2º - São deveres fundamentais do Senador:

I - promover a defesa dos interesses populares e nacionais;

II - zelar pelo aprimoramento da ordem constitucional e legal do país, particularmente das Instituições democráticas e repre-

sentativas, e pelas prerrogativas do Poder Legislativo;

III - exercer o mandato com dignidade e respeito à coisa pública e à vontade popular.

O documento que o Senador Odacir Soares recebeu ontem, por meio de sua Chefe de Gabinete, pode conter informação de interesse público e de grande relevância para a população do Estado de São Paulo.

Caso o Senador Odacir Soares esteja, em algum lugar, ciente do conteúdo do documento e impedindo a divulgação das informações desejadas ao Senado Federal, em especial ao Senador que, tendo apresentado requerimento, tinha o direito de recebê-las em 13 de dezembro; caso S. Ex^a esteja deixando de revelá-las nesta data - o prazo termina hoje à noite -, para impedir que a opinião pública conheça os fatos, estará descumprindo os deveres fundamentais contidos no Código de Ética e Decoro Parlamentar e deverá assumir as consequências disso.

O Senador Odacir Soares certamente tem meios de saber do que aqui estamos falando e que é importante para S. Ex^a, como 1º Secretário, zelar pela coisa pública. Zelar pela coisa pública é não esconder algo de extraordinária relevância que pertence ao Senado Federal e ao povo brasileiro.

Desta maneira, Srs. Senadores Lauro Campos e Marina Silva, concluímos esta jornada com a convicção de que fizemos todo o possível para a defesa do interesse do povo de São Paulo e do povo brasileiro.

Agradeço a presença neste Plenário do Senador Aureo Mello, o qual é sempre bem-vindo, pois esta é a sua Casa.

SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) - Os Senadores Romeu Tuma e Benedita da Silva enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto do art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ROMEU TUMA (PSL-SP) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que me traz à tribuna desta alta Casa Legislativa são os 65 anos de existência do Colégio Dante Alighieri, um dos marcos na história da educação e da cultura em meu Estado e, certamente, um feito épico dos italianos que começaram a vir para São Paulo no final do século XIX, alguns anos antes de D. Pedro II perder a Coroa para a República.

Meus nobres pares poderiam estranhar esta manifestação e perguntar: mas, afinal, o que faz um

descendente de árabes, homenageando um gigantesco feito de origem italiana?

Invoco o testemunho do Novo Testamento para provar uma grande relação entre o Império Romano e as nações árabes. Vou mais além: um romano famoso, São Paulo, em sua segunda e terceira viagens de pregação do Cristianismo, passa pela Síria, de onde meus avós também saíram para o Brasil. E, não bastasse isso, precisamos considerar as influências da Civilização Árabe ao longo de toda a região sul da Europa mediterrânea.

Esses fatos históricos, essas misteriosas coincidências - o nome do vapor que trouxe os primeiros imigrantes italianos ao Brasil chamava-se "Sirius" e, 100 anos mais tarde, muitos bailes de formatura do "Dante" aconteciam no Clube Homs, que leva o nome da cidade de origem dos meus ancestrais - só poderiam resultar nos "oriundi árabes" de São Paulo, que, como eu, sentem necessidade de homenagear permanentemente os pioneiros capazes de erguer uma obra educacional do vulto de um Colégio "Dante Alighieri". Homenagear os pioneiros que deram curso, em nossas terras, ao caudal de cultura desencadeado por um Leonardo da Vinci, um Michelangelo, um Galileu Galilei, um Ticiano, um Rafael, um Tintoretto ou - por que não? - um Dante, o político, o diplomata, o filósofo, o ensaísta e, acima de tudo, o pai da poesia italiana. Homenagear os empreendedores, que solidificaram, ao longo desses 85 anos, uma obra prima educacional digna do autor de "A Divina Comédia".

Quando, em 1911, começava a história do Colégio "Dante Alighieri", em São Paulo, Emiliano Zapata e Pancho Villa lideravam uma revolução no México; a existência do núcleo atômico tornava-se conhecida; e a capital da antiga Civilização Inca - Machu Picchu - era descoberta no Peru.

Para se ter uma idéia da importância da comunidade italiana na cidade de São Paulo à época, enquanto em todo o Estado de São Paulo já haviam chegado, na virada do século, cerca de 577 mil italianos, a população da capital estava ao redor de 240 mil habitantes! Na década de 20, os italianos e seus descendentes superavam, em número, todos os habitantes não-italianos da capital paulista. Para a maioria, seus filhos não só deveriam aprender a ler e escrever, mas também manter viva a chama da cultura italiana, assim como seus valores clássicos.

Esse pensamento esteve no centro do diálogo, mantido a bordo de um vapor, na viagem da Itália

para o Brasil, entre o Professor Arturo Magnocavallo, representante da Sociedade Nacional "Dante Alighieri" de Roma, e o Cavaleiro Rudolfo Crespi, que viria a transformar-se em renomado industrial paulista. O resultado não tardou. Em 1911, surge, no espigão da Avenida Paulista, em dois quarteirões de uma área remanescente da Mata Atlântica, o Instituto Médio Ítalo-Brasileiro, com sessenta alunos, distribuídos em cinco classes, sob a direção do Professor Rodolfo Camuri.

De lá até nossos dias, o colégio constitui larga e sólida ponte entre duas culturas. Representa robusto elo de ligação entre duas nações e reflete a harmonia entre dois povos. Retrata, numa dimensão geograficamente bem definida, importantes períodos da vida paulistana, brasileira e italiana. É uma instituição historicamente jovem, porém, ao mesmo tempo, experiente e consolidada. Uma organização pedagógica e disciplinar de primeira linha, que investe na formação dos seus alunos e na divulgação da língua e cultura dos dois países, buscando uma formação humanística para o futuro cidadão, livre e responsável. Assim é que formou legiões de Ítalo-brasileiros e jovens oriundos de outras nacionalidades. Hoje, possui 6.600 alunos e desenvolve suas atividades com a mesma garra de quando começou, em 1911, isto porque seus dirigentes entendem a educação como uma obra que nunca se encerra, daí verem o "Dante" como uma escola para toda a vida.

Portanto, olhar o caminho percorrido por esse colégio, que tanto orgulha o Brasil e a Itália, é lembrar da participação dos italianos e seus descendentes naqueles 85 anos de construção de São Paulo. É lembrar nomes de famílias ilustres, como Crespi, Noschese, Matarazzo, Siciliano, Morganti, Martinielli e tantos outros, presentes na transformação dessa Magna Escola em realidade.

Entre muitos e sem querer cometer injustiças, lembro de dois nomes de ex-alunos: o ilustre pensador e constitucionista Miguel Reale, que, graças a Deus, nos brinda ainda hoje com seu notável saber e incomparável cultura, e o físico César Lattes, de renome internacional.

Um professor do "Dante" - Jânio da Silva Quadros - marcou profundamente a história brasileira. E o início de sua carreira política, como vereador em São Paulo, aconteceu naquele colégio.

Das salas de aula do "Dante Alighieri", saíram homens e mulheres que honram a dignificam o gênio italiano daquele que empresta seu nome a uma casa de ensino que "quer fazer de cada aluno um in-

divíduo, um cidadão responsável, um brasileiro que trabalha para construir a História".

Se São Paulo ajudou a construir o Colégio "Dante Alighieri", o "Dante" vem participando da construção da História de São Paulo. Não poderia haver um destino mais glorioso para uma escola e nem glória maior para uma cidade que nasceu no Pátio de um Colégio!

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, cerca de cem chefes de Estado e de Governo, delegações de 173 países e dezenas de Organizações Não-Governamentais do mundo todo, estão participando até domingo, em Roma, da cúpula mundial sobre nutrição e alimentação, promovida pela FAO, Agência das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação.

Basicamente na Declaração de Roma e no Plano de Ação Mundial, que pode-se dizer já estão prontos, os países participantes se comprometerão a agir verdadeiramente buscando mecanismos efetivos capazes de combater pela metade, até 2025, o total de 84 milhões de desnutridos que atualmente povoam o planeta.

Aqui devemos fazer uma pausa para profunda reflexão: Em 1974, governos do mundo inteiro anunciaram, também em Roma, que "dentro de uma década nenhuma criança irá dormir com fome e nenhuma família terá medo de não ter pão pela manhã". Passadas mais de duas décadas, a realidade se apresenta muito mais sombria do que aquela sonhada no ano de 1974.

Conforme relatório do Banco Mundial, o mundo está em crise em sua produção de alimentos e a humanidade corre sério risco de enfrentar um "pesadelo inimaginável de uma fome universal" se não forem tomadas medidas urgentes. Este relatório estará sendo entregue durante a reunião de cúpula à FAO.

Entendemos que, de uma forma geral, os dirigentes e os bancos de desenvolvimento do mundo todo, não vêm dispensando a ajuda necessária ao incremento da agricultura, produção e comercialização de alimentos, já que, por exemplo, o próprio Banco Mundial reduziu sua ajuda, em menos de uma década, de US\$ 6 bilhões para US\$ 2,6 bilhões anuais. Além disso, os embargos econômicos e os juros das dívidas externas vêm contribuindo para au-

mentar significativamente o número de pobres, a cada dia, no mundo.

Os estudos feitos até agora sempre apontaram para uma maior produção de alimentos em relação à demanda. Porém, nos últimos três anos o consumo tem sido maior que a produção. Os estoques caíram a níveis muito baixos e as políticas orçamentárias dos países, de maneira geral, estão com a tendência de diminuir as dotações referentes à produção de alimentos.

A Declaração desse ano admite, finalmente, que mais de 800 milhões de pessoas sofrem o drama da fome. Numa mudança radical de posição, que marca uma nova política do Banco Mundial a ser aplicada, o relatório do Banco alerta que será preciso dobrar a produção mundial de alimentos nos próximos 30 anos para atender ao aumento da demanda provocado pelo crescimento populacional e o desenvolvimento econômico. É nesse sentido que o Brasil, rico em água - outro problema sério que começa a ser levantado em nível mundial - , em solo e excelente clima, deve se preparar para adentrar o próximo milênio: com sua política voltada para a produção e comercialização de produtos alimentícios, que garantam a nutrição e a qualidade de vida do povo brasileiro e, quem sabe, excedentes exportáveis que estarão valendo o preço de ouro, no mercado internacional.

Nesse sentido, o Banco Mundial aponta como soluções uma política agrícola clara e eficiente de apoio ao pequeno produtor rural - apontado na cúpula como sendo o maior responsável pela produção de alimentos - bem como uma reforma agrária que promova uma efetiva redistribuição de renda (diminuindo a fome, a pobreza, o desemprego e a marginalidade). Estas diretrizes já estão sendo reconhecidas como prioridades absolutas para um mundo que, assustado com o próprio egoísmo e complacência, já se mobiliza para derrubar argumentos hipócritas e encarar a verdade da fome mundial, de frente.

Era o que tinha a dizer!

Muito Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) - Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

- Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19h48min.)

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº.1280, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º., § 2º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 15827/96-8,

RESOLVE designar o servidor **JOSÉ LUIZ MORADO**, matrícula 4888, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 7 - Especialidade de Segurança, para exercer a Função Comissionada de Supervisor de Área, Símbolo FC-04, do Serviço de Segurança da Subsecretaria de Serviços Gerais, com efeitos financeiros a partir de 04 de novembro de 1996.

Senado Federal, 14 de novembro de 1996.



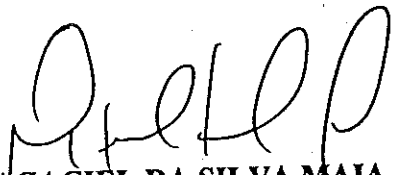
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº.1281, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º., § 2º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 16361/96-2,

RESOLVE dispensar o servidor JOSÉ DE ASSIS CASTRO BINA, matrícula 3946, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 7 - Especialidade de Segurança, da Função Comissionada de Chefe da Seção de Policiamento e Segurança Interna, Símbolo FC-05, do Serviço de Segurança da Subsecretaria de Serviços Gerais, com efeitos financeiros a partir de 04 de novembro de 1996, mantendo-o lotado no mesmo Órgão.

Senado Federal, 14 de novembro de 1996.



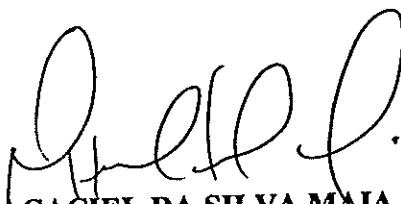
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº.1282, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 16361/96-2,

RESOLVE designar o servidor JOSÉ DE ASSIS CASTRO BINA, matrícula 3946, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 7 - Especialidade de Segurança, para exercer a Função Comissionada de Chefe da Seção de Apoio a Atividades Policiais e de Investigação, Símbolo FC-05, do Serviço de Segurança da Subsecretaria de Serviços Gerais, com efeitos financeiros a partir de 04 de novembro de 1996.

Senado Federal, 14 de novembro de 1996.



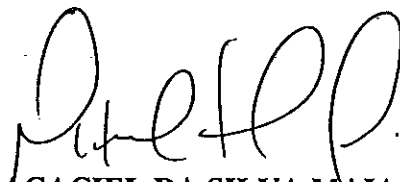
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº.1283, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 16360/96-6,

RESOLVE dispensar o servidor **DOMINGOS CALDEIRA DOS SANTOS**, matrícula 3775, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 7 - Especialidade de Segurança, da Função Comissionada de Chefe da Seção de Segurança de Autoridades, Símbolo FC-05, do Serviço de Segurança da Subsecretaria de Serviços Gerais, com efeitos financeiros a partir de 04 de novembro de 1996, mantendo-o lotado no mesmo Órgão.

Senado Federal, 14 de novembro de 1996.



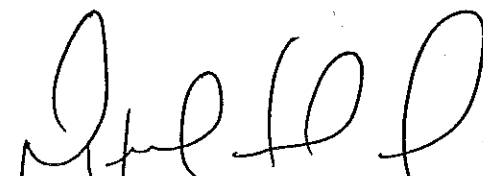
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº.1284, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 16360/96-6,

RESOLVE designar o servidor DOMINGOS CALDEIRA DOS SANTOS, matrícula 3775, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 7 - Especialidade de Segurança, para exercer a Função Comissionada de Chefe da Seção de Policiamento e Segurança Interna, Símbolo FC-05, do Serviço de Segurança da Subsecretaria de Serviços Gerais, com efeitos financeiros a partir de 04 de novembro de 1996.

Senado Federal, 14 de novembro de 1996.



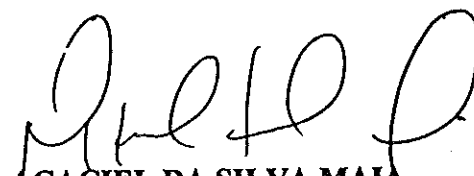
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 1285, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 15313/96-4,

RESOLVE dispensar o servidor FERNANDO ANTÔNIO PEREIRA GOMIDE, matrícula 3915, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 7 - Especialidade de Segurança, da Função Comissionada de Supervisor de Área, Símbolo FC-04, do Serviço de Segurança da Subsecretaria de Serviços Gerais, com efeitos financeiros a partir de 04 de novembro de 1996, mantendo-o lotado no mesmo Órgão.

Senado Federal, 14 de novembro de 1996.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

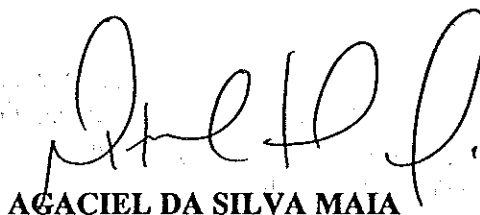
ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº.1286, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º., § 2º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 15313/96-4,

RESOLVE designar o servidor **FERNANDO ANTÔNIO PEREIRA GOMIDE**, matrícula 3915, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 7 - Especialidade de Segurança, para exercer a Função Comissionada de Chefe da Seção de Segurança de Autoridades, Símbolo FC-05, do Serviço de Segurança da Subsecretaria de Serviços Gerais, com efeitos financeiros a partir de 04 de novembro de 1996.

Senado Federal, 14 de novembro de 1996.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

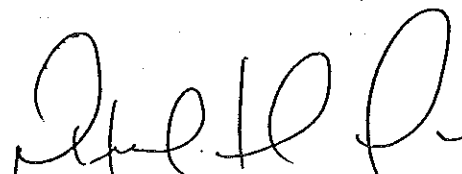
ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº.1287, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º., § 2º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 16244/96-6,

RESOLVE dispensar a servidora WALDEREZ MARIA DUARTE DIAS, matrícula 4596, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Biblioteconomia, da Função Comissionada de Chefe da Seção de Referência Bibliográfica, Símbolo FC-05, da Subsecretaria de Biblioteca, com efeitos financeiros a partir de 01 de novembro de 1996, mantendo-a lotada no mesmo Órgão.

Senado Federal, 14 de novembro de 1996.



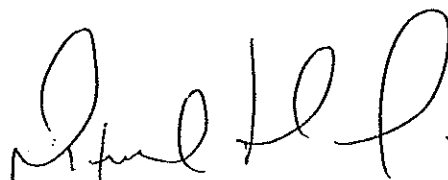
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº.1288, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º., § 2º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 16245/96-2,

RESOLVE dispensar a servidora HELENA CELESTE RIBEIRO LUSTOSA VIEIRA, matrícula 4016, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Auxiliar de Biblioteca, Símbolo FC-03, da Subsecretaria de Biblioteca, com efeitos financeiros a partir de 01 de novembro de 1996, mantendo-a lotada no mesmo Órgão.

Senado Federal, 14 de novembro de 1996.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

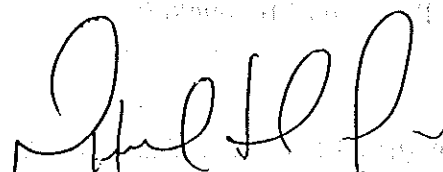
ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº.1289, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 16245/96-2,

RESOLVE designar a servidora **HELENA CELESTE RIBEIRO LUSTOSA VIEIRA**, matrícula 4016, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Chefe da Seção de Referência Bibliográfica, Símbolo FC-05, da Subsecretaria de Biblioteca, com efeitos financeiros a partir de 01 de novembro de 1996.

Senado Federal, 14 de novembro de 1996.



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

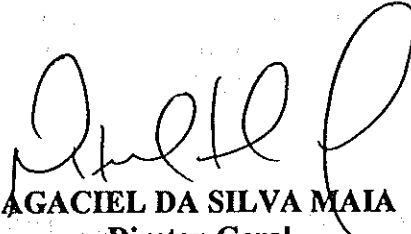
ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº.1290, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 16326/96-2,

RESOLVE designar o servidor CARLOS ROBERTO DE ARAÚJO, matrícula 3654, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Contínuo, Símbolo FC-01, do Gabinete do Senador Coutinho Jorge, com efeitos financeiros a partir de 04 de novembro de 1996.

Senado Federal, 14 de novembro de 1996.




AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº.1291, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 16509/96-0,

RESOLVE designar o servidor OSCAR MARTINS DE OLIVEIRA, matrícula 2804, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-04, da Subsecretaria de Administração de Compras, Contratações e Alienações, com efeitos financeiros a partir de 06 de novembro de 1996.

Senado Federal, 14 de novembro de 1996.



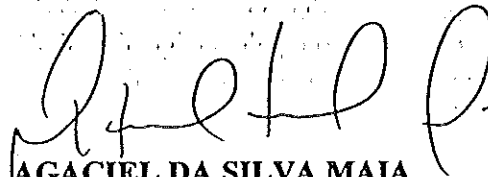
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº.1292, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º., § 2º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 15657/96-5,

RESOLVE dispensar a servidora **LEILA MARY HARTUNG DE OLIVEIRA**, matrícula 3824, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-04, da Subsecretaria de Administração de Compras, Contratações e Alienações, com efeitos financeiros a partir de 24 de outubro de 1996., mantendo-a lotada no mesmo Órgão.

Senado Federal, 14 de novembro de 1996.

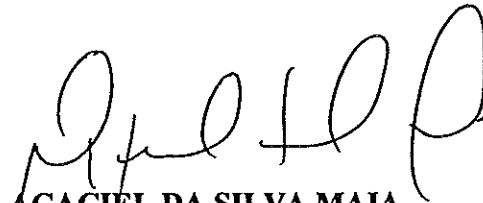

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº.1293, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º., § 2º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 15657/96-5,

RESOLVE designar a servidora LEILA MARY HARTUNG DE OLIVEIRA, matrícula 3824, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Chefe da Seção de Administração, Símbolo FC-05, da Subsecretaria de Administração de Compras, Contratações e Alienações, com efeitos financeiros a partir de 24 de outubro de 1996.

Senado Federal, 14 de novembro de 1996.



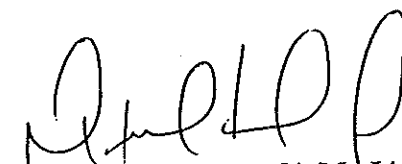
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 1294, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 16439/96-1,

RESOLVE designar o servidor LUCIANO BRASIL DE ARAÚJO, matrícula 4709, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 3 - Especialidade de Datilografia, para exercer a Função Comissionada de Chefe de Gabinete, Símbolo FC-08, do Gabinete do Senador Ramez Tebet, com efeitos financeiros a partir de 02 de novembro de 1996.

Senado Federal, 14 de novembro de 1996.



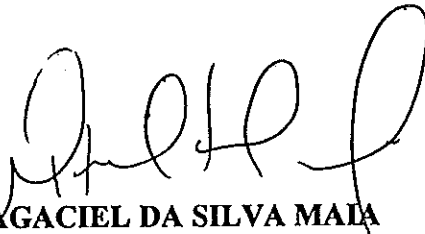
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº.1295, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º., § 2º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 15812/96-0,

RESOLVE designar a servidora MARIA DO SOCORRO LIMA DE ARAÚJO, matrícula 4010, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente da Comissão Permanente de Licitação, Símbolo FC-04, da Subsecretaria de Administração de Compras, Contratações e Alienações, com efeitos financeiros a partir de 30 de outubro de 1996.

Senado Federal, 14 de novembro de 1996.

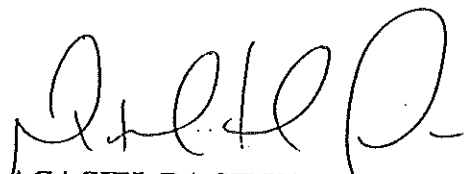

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº.1296, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º., § 2º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 16565/96-7,

RESOLVE dispensar o servidor SERGIO MURILO GOMES DADA, matrícula 4276, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Assistência a Plenários e Portaria, da Função Comissionada de Auxiliar de Plenário, Símbolo FC-02, da Secretaria-Geral da Mesa, com efeitos financeiros a partir de 07 de novembro de 1996.

Senado Federal, 14 de novembro de 1996.



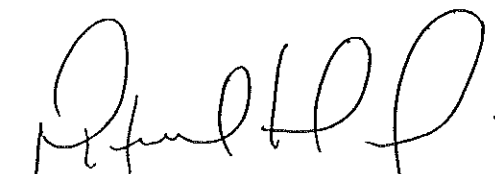
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 1297, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 16506/96-0,

RESOLVE designar o servidor do CEGRAF, CARLOS AUGUSTO SPINA, matrícula 1288, ocupante do cargo efetivo de Analista de Indústria Gráfica Legislativa, para exercer a Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-06, do Gabinete da Terceira Secretaria, com efeitos financeiros a partir de 30 de agosto de 1996.

Senado Federal, 14 de novembro de 1996.



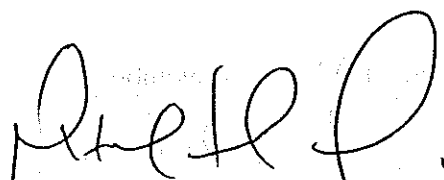
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº.1298, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 16005/96-1,

RESOLVE dispensar o servidor **CARLOS ROBERTO DE ARAÚJO**, matrícula 3654, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Contínuo, Símbolo FC-01, do Gabinete da Senadora Regina Assunção, com efeitos financeiros a partir de 31 de outubro de 1996.

Senado Federal, 14 de novembro de 1996.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.299, DE 1996

Altera o art. 3º, do
Diretor-Geral nº 1119,
de 1996.

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, **R E S O L V E** :

Art. 1º - O art. 3º, do Ato do Diretor-Geral nº 1119, de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º - Os membros da Comissão Permanente de Perícia Médica farão jus à percepção de gratificação mensal, cujo valor máximo será equivalente ao da FC05, fixada em função do número das perícias realizadas na forma seguinte:

I - até 20 (vinte) perícias, o valor equivalente ao da FC01;

II - de 21 (vinte e uma) até 40 (quarenta) perícias, o valor equivalente ao da FC02;

III - de 41 (quarenta e uma) até 60 (sessenta) perícias, o valor equivalente ao da FC03;

IV - de 61 (sessenta e uma) até 80 (oitenta) perícias, o valor equivalente ao da FC04;

V - acima de 81 (oitenta e uma) perícias, o valor equivalente ao da FC05."

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 14 de novembro de 1996


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PORTARIA Nº 021/96-IPC/DE

Estabelece o Calendário para assinatura de contrato para empréstimo de consignação em folha de pagamento.

O Diretor-Executivo do Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC, no uso de suas atribuições e dando cumprimento ao art. 2º da Portaria nº 72/96, do Presidente do IPC,

RESOLVE:

a) Para os inscritos na relação de Empréstimo de Consignação em Folha de n°s 001 a 500, os Contratos serão liberados para assinatura a partir do dia 13/11/96, na medida em que sejam aprovadas as respectivas margens consignadas.

b) Para as inscrições posteriores à de n° 500, as datas de assinaturas de Contratos serão estabelecidas posteriormente.

c) O horário de atendimento será das 14:00 às 18:00 horas.

Brasília, 11 de novembro de 1996.


/ AFRÍSIO S. VIERA LIMA FILHO
Diretor-Executivo

PORTARIA N° 022/96-IPC/DE

Estabelece o Calendário para assinatura de contrato para empréstimo de consignação em folha de pagamento.

O Diretor-Executivo do Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC, no uso de suas atribuições e dando cumprimento ao art. 2° da Portaria n° 72/96, do Presidente do IPC,

RESOLVE:

a) Para os inscritos na relação de Empréstimo de Consignação em Folha de n°s 501 a 1000, os Contratos serão liberados para assinatura a partir

do dia 18/11/96, na medida em que sejam aprovadas as respectivas margens consignadas.

b) Para as inscrições posteriores à de nº 1000, as datas de assinaturas de Contratos serão estabelecidas posteriormente.

c) O horário de atendimento será das 14:00 às 18:00 horas.

Brasília, 11 de novembro de 1996.


p/ **AFRÍSIO S. VIERA LIMA FILHO**
Diretor-Executivo

MESA**Presidente**

José Samey – PMDB – AP

1º Vice-Presidente

Teotônio Vilela Filho – PSDB – AL

2º Vice-Presidente

Júlio Campos – PFL – MT

1º Secretário

Odacir Soares – PFL – RO

2º Secretário

Renan Calheiros – PMDB – AL

3º Secretário

Levy Dias – PPB – MS

4º Secretário

Emandes Amorim – PMDB – RO

Suplentes de Secretário

Antônio Carlos Valadares – PSB – SE

Eduardo Suplicy – PT – SP

Ney Suassuna – PMDB – PB

Emília Fernandes – PTB – RS

CORREGEDORIA PARLAMENTAR**Corregedor**

(Eleito em 16-3-95)

Romeu Tuma – PSL – SP

Corregedores – Substitutos

(Eleitos em 16-3-95)

1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS**2º Senador Joel de Hollanda – PFL – PE****3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE****PROCURADORIA PARLAMENTAR**

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior – PMDB – AC

Waldeck Omelas – PFL – BA

Emília Fernandes – PTB – RS

José Ignácio Ferreira – PSDB – ES

Lauro Campos – PT – DF

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Elcio Alvares – PFL – ES

Vice-Líderes

José Roberto Arruda – PSDB – DF

Vilson Kleinübing – PFL – SC

Ramez Tebet – PMDB – MS

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Jáder Barbalho

Vice-Líderes

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvam Borges

Fernando Bezerra

Gilberto Miranda

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Hugo Napoleão

Vice-Líderes

Edison Lobão

Francelino Pereira

Joel de Hollanda

Romero Jucá

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Sérgio Machado

Vice-Líderes

Geraldo Melo

José Ignácio Ferreira

Lúcio Coelho

LIDERANÇA DO PPB**Líder**

Eptácio Cafeteira

LIDERANÇA DO PT**Líder**

José Eduardo Dutra

Vice-Líder

Benedita da Silva

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Valmir Campelo

LIDERANÇA DO PDT**Líder**

Júlia Marise

Vice-Líder

Sebastião Rocha

LIDERANÇA DO PSB**Líder**

Ademir Andrade

LIDERANÇA DO PPS**Líder**

Roberto Freire

LIDERANÇA DO PSL**Líder**

Romeu Tuma

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Eleito em 19-4-95)

Presidente: Casildo Maldaner – PMDB – SC

Vice-Presidente: José Alves – PFL – SE

(Eleitos em 28-2-96)

Titulares

Suplentes

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

1. Onofre Quinan
2. Gerson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge

PFL

1. Elcio Alvares
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas
4. José Alves

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Vilson Kleinübing
4. José Bianco

PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. (Vago)

1. Jefferson Peres
2. José Ignácio Ferreira

PPB (ex-PPR + ex-PP)

1. Epitácio Cafeteira
2. Osmar Dias (PSDB)

1. Lucídio Portella
2. Antônio Carlos Valadares (PSB)

PTB

1. Emília Fernandes

1. Arlindo Porto

PT

1. Marina Silva

1. Lauro Campos

PDT

1. Darcy Ribeiro

1. Sebastião Rocha

Membro Nato

Romeu Tuma (Corregedor)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora: SÔNIA DE ANDRADE PEIXOTO

Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS E DE INQUÉRITO

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4252)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3623)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPÇÃO CRUZ

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
IVANILDE PEREIRA DIAS (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: ANTONIO CARLOS P. FONSECA (Ramal: 4604)
CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
IZAIAS FARIA DE ABREU (Ramal: 3935)
PAULO ROBERTO A. CAMPOS (Ramal: 3496)
RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)
VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA

VICE-PRESIDENTE: VAGO

(27 TITULARES E 27 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
GILVAN BORGES	AP-2151/52	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2- MAURO MIRANDA	GO-2091/92
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-SILVA JÚNIOR	PB-2421/22
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
JADER BARBALHO	PA-3051/53	6- HENRIQUE LOYOLA	SC-2141/42
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	8-VAGO	
PFL			
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	3- WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
FRANCISCO ESCÓRCIO	MA-3069/70	4-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	6-ELCIO ALVARES	ES-3130/31
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80	7-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	2-SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
JOSÉ SERRA	SP-2351/52	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
GERALDO MELO	RN-2371/72	4-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
OSMAR DIAS	PR-2121/22	5-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-SANDRA GUIDI	SC-4206/07
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	2-LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56
PT			
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	1- JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/92
EDUARDO SUPPLY	SP-3213/15	2- VAGO	
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60
PDT			
JÚNIA MARISE	MG-4751/52	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46
PSB			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02	1-ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA Nº 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255
FAX: 311-4344

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS

VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON
(29 TITULARES E 29 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
GILVAN BORGES	AP-2151/57	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/50
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	3-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
HENRIQUE LOYOLA	SC-2141/47	4-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
SILVA JÚNIOR	PB-2421/27	5-VAGO	
MAURO MIRANDA	GO-2091/97	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-VAGO	
VAGO		8-VAGO	
VAGO		9-VAGO	
PFL			
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2411/12	3-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	4-FREITAS NETO	PI-2131/37
FRANCISCO ESCÓRCIO	MA-3069/72	5-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	6-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	7-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
VAGO		8-VAGO	
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/37
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-GERALDO MELO	RN-2371/77
CARLOS WILSON	PE-2451/57	3-JEFFERSON PERES	AM-2061/67
OSMAR DIAS	PR-2121/22	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/87
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	5-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
PPB			
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/57	1-EPITÁCIO CAFETERIA	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77	2-SANDRA GUIDI	SC-4206/07
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/87	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	2-VAGO	
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348	1-EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/31	1-JUNIA MARISE	MG-7453/4018
PSB			
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04	1-VAGO	

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ
FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359
FAX: 311-3652

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR IRIS REZENDE

VICE-PRESIDENTE: SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA
(23 TITULARES E 23 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
IRIS REZENDE	GO-2031/37	1- VAGO	
SILVA JÚNIOR	PB-2421/27	2-PEDRO SIMON	RS-3230/32
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-GILVAN BORGES	AP-2151/57
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	4-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/06
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/62	6-HENRIQUE LOYOLA	SC-2141/47
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	7-VAGO	
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	2-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-FREITAS NETO	PI-2131/37
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27	1-BENI VERAS	CE-3242/43
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36
JEFFERSON PERES	AM-2061/67	3-JOSÉ SERRA	SP-2351/52
SÉRGIO MACHADO	CE-2284/87	4-VAGO	
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-SANDRA GUIDI	SC-4206/07
PT			
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77
PTB			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/27	1-JOSÉ EDUADRO A. VIEIRA	PR-4059/60
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-JÚNIA MARISE	MG-4751/52
PSB			
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04	1-ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02
PPS / PSL			
ROBERTO FREIRE	PE-2161/67	1- VAGO	
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57		

*1 - Os Senadores ROBERTO FREIRE e ROMEU TUMA indicaram-se para a mesma vaga, conforme Of. 105/96-SF/GSRFRE e o Of. 099/96-GSTR

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
FAX: 311- 4315

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE

PRESIDENTE: SENADOR ROBERTO REQUIÃO

VICE-PRESIDENTE: SENADORA EMÍLIA FERNANDES

(27 TITULARES E 27 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
IRIS REZENDE	GO-2031/32	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	3-FLAVIANO MELO	AC-3493/94
GERSON CAMATA	ES-3203/04	4-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
JADER BARBALHO	PA-2441/42	5-VAGO	
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	6-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-NABOR JÚNIOR	AC-1478/1378
VAGO		8-VAGO	
PFL			
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	2-VILSON KLEINUBING	SC-2041/42
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	4-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/92
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32	5-FRANCISCO ESCÓRCIO	MA-3069/70
ELCIO ALVARES	ES-3130/32	6-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	7-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
PSDB			
ARTHUR DA TÁVOLA	RJ-2431/32	1-BENI VERAS	CE-3242/43
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	4-OSMAR DIAS	PR-2121/27
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	5-VAGO	
PPB			
SANDRA GUIDI	SC-4206/07	1-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56	2-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/82	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/72
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	2-ROBERTO FREIRE *1	PE-2161/67
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/22
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46
PSB			
VAGO		1-VAGO	

*1 - ROBERTO FREIRE (PPS) - vaga cedida pelo PT

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

2 - PSB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: ANTÔNIO CARLOS P. FONSECA
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276
FAX: 311-3121

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR EDISON LOBÃO

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES

(17 TITULARES E 09 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
RAMEZ TEBET	MS-2222/23	1-GILVAN BORGES	AP-2151/52
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
FLAVIANO MELO	AC-3493/94	3-VAGO	
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		
JADER BARBALHO	PA-2441/42		
PFL			
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOSÉ ALVES	SE-4055/56		
EDISON LOBÃO	MA-2311/12		
PSDB			
CARLOS WILSON	PE-2451/52	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/22
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/85		
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393		
PPB			
SANDRA GUIDI	SC-4206/07	1-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72
PT			
EDUARDO SUPLICY	SP-3215/16	1-LAURO CAMPOS	DF-2341/42
PTB			
JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60	1-VALMIR CAMPELO	DF-12/1348
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30		
PSB / PPS			
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04		

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:30 HORAS
SECRETÁRIO: IZAIAS FARIA DE ABREU
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

SALA Nº 06 ALA SENADOR NILO COELHO
TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254
FAX: 311-1060

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ AGRIPINO MAIA

VICE-PRESIDENTE: SENADORA REGINA ASSUMPÇÃO

(23 TITULARES E 23 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
ONOFRE QUINAN	GO-3148/3150	2-VAGO	
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	4-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/3106
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467	5-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	6-VAGO	
VAGO		7-VAGO	
PFL			
FREITAS NETO	PI-2131/2132	1-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/4069
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	3-JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
VILSON KLEINUBING	SC-2041/2047	4-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
ELCIO ALVARES	ES-3130/3132	5-WALDECK ORNELAS	BA-2211/2217
JOEL HOLLANDA	PE-3197/3199	6-JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-GERALDO MELO	RN-2371/2377
LÚDIO COELHO	MS-2381/2387	2-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2012	3-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
VAGO		4-OSMAR DIAS	PR-2121/2127
PPB			
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/3057	1-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/2077
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/2247	1-DARCY RIBEIRO	RJ-4229/4231
PTB			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2321	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60
PT			
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/2397	1-MARINA SILVA	AC-2181/2187
PSB			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/2107	1-VAGO	
PPS / PSL			
ROBERTO FREIRE	PE-2161/2162	1-ROMEU TUMA	SP-2051/2057

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: CELSO PARENTE
TEL. DA SECRETARIA: 311-4354/4607

SALA Nº 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3292 (FAX)
FAX: 311-3286

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

VICE-PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

(19 TITULARES E 19 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
RAMEZ TEBET	MS-2222/23	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
FLAVIANO MELO	AC-3493/94	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
HENRIQUE LOYOLA	SC-2141/47	3-SILVA JÚNIOR	PB-2421/27
PEDRO SIMON	RS-3230/31	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41	5-IRIS REZENDE	GO-2031/37
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/22
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97	2-FRANCISCO ESCÓRCIO	MA-3069/72
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86	3-JOÃO ROCHA	TO-4071/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
PSDB			
GERALDO MELO	RN-2371/77	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36	2-CARLOS WILSON	PE-2451/57
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-JOSÉ SERRA	SP-2351/52
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-LEOMAR QUINTANILHA	TO-3055/57
PT			
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	1-MARINA SILVA	AC-2181/87
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34	1-VALMIR CAMPELO	DF-12/1348
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47	1-DARCY RIBEIRO	RJ-3188/89
PSB / PPS			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02	1-ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04

*1 - ROMEU TUMA (PSL) - vaga cedida pelo PMDB

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: PAULO ROBERTO A. CAMPOS
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496SALA Nº 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367
FAX: 311-3546

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(SEÇÃO BRASILEIRA)
(Designada em 25-4-95)

Presidente: Deputado PAULO BORNHAUSEN

Vice-Presidente: Senador CASILDO MALDANER

Secretário-Geral: Senador LÚDIO COELHO

Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROGÉRIO SILVA

SENADORES

Titulares		Suplentes
	PMDB	
José Fogaça		Marluce Pinto
Cassildo Maldaner		Roberto Requião
	PFL	
Vilson Kleinübing		Joel de Holanda
Romero Jucá		Júlio Campos
	PSDB	
Lúdio Coelho		Gerardo Melo
	PPB	
Esperidião Amin		
	PTB	
Emília Fernandes		

Osmar Dias²

PP

PT

Benedita da Silva
Eduardo Suplicy
Lauro Campos

DEPUTADOS

Titulares

Suplentes

Bloco Parlamentar PFL/PTB

Luciano Pizzatto		Antônio Ueno
Paulo Bornhausen		José Carlos Vieira
	PMDB	
Paulo Ritzel		Elias Abrahão
Valdir Colatto		Rivaldo Macari
	PSDB	
Franco Montoro		Yeda Crusius
	PPB	
Fetter Júnior ^{3 4}		João Pizzolatti
	PP	
Dilceu Sperafico		Augustinho Freitas
	PT	
Miguel Rossetto		Luiz Mainardi

1 Pedro Simon substituído por Marluce Pinto, em 2-10-95

2 Filado ao PSDB em 22-6-95

3 Rogério Silva substituído por Júlio Redecker, em 31-5-95

4 Júlio Redecker substituído por Fetter Júnior, em 1º-2-96

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

nº 127 · julho/setembro – 1995

Leia neste número:

Direitos e garantias fundamentais – Josaphat Marinho

A Introdução da Lex Mercatoria no Brasil e a criação de uma nova dogmática – Arnaldo Wald

Justiça Militar: por que sim e por que não? Competência – Álvaro Lazzarini

A Constituição e a educação brasileira – Edivaldo M. Boaventura

A função judicante do Poder Legislativo no Brasil – Paulo Lopo Saraiva

Direito à moradia – Sérgio Sêrvulo da Cunha

Dos efeitos da falência decretada no estrangeiro – Edilson Pereira Nobre Júnior

Apropriação indébita em matéria tributária – Carlos Alberto da Costa Dias

A incidência da Cofins sobre o faturamento de empresas de incorporação de venda de imóveis – Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho

A união estável e a Lei nº 8.971, de 29 de dezembro de 1994 – Otto Eduardo Vizeu Gil

Defesa de direitos coletivos e defesa coletiva de direitos – Teori Albino Zavascki

Revisão do decênio da Reforma Penal (1985-1995). Considerações sobre a “Execução Provisória da Sentença Penal” – Maurício Kuehne

A contribuição da Justiça Eleitoral para o aperfeiçoamento da democracia – José Augusto Delgado

Uma leitura jurídica da prostituição infantil – Josiane Rose Petry Veronese

Contratação direta: dispensa de licitação com base no art. 24, inc. VIII, da Lei nº 8.666/93 – Jorge Ulisses J. Fernandes

Empresa agrária e estabelecimento agrário – Fábio Maria de-Mattia

Neoliberalismo e desadministrativização – Gladston Mamede

Prestação de contas – instrumento de transparência da Administração – Flávio Sátiro Fernandes

Regimes de concorrência e políticas de concorrência na América Latina: o caso do Mercosul – José Matias Pereira

A evolução jurisprudencial dos sistemas regionais internacionais de proteção aos direitos humanos – Jete Jane Fiorati

Contribuições sociais: a certidão positiva de débito com efeito de negativa em face do § 3º do art. 195 da Constituição Federal – Fabiana de Menezes Soares

Invalidação “ex officio” dos atos administrativos pelo juiz – José Américo A. Costa

A discricionariedade administrativa e o controle judicial de seus limites – Amandino Teixeira Nunes Júnior

O contrato com cláusula de risco para exploração de petróleo no Brasil – Thadeu Andrade da Cunha

A Corte Internacional de Justiça e o caso Estados Unidos - Nicarágua – Fredys Orlando Sorto

Lei sobre o Tribunal Constitucional Federal Alemão. (Lei do Tribunal Constitucional Federal) – Luís Afonso Heck

IX Congresso Latino-Americano de Direito Romano (Jalapa-México). Romanismo e indigenismo dos juristas latino-americanos – Sílvio Meira

A Responsabilidade do Estado-Juiz – Rogério Marinho Leite Chaves

Da correção monetária dos débitos judiciais trabalhistas – José Pitas

ASSINATURA DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Números 125 a 128: R\$ 50,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à agência APT-Senado. Neste valor já estão incluídos os preços postais referentes à remessa através da ECT.

Nome:

Endereço:

Cidade: UF: Telefone: Fax: Telex:

Data: Assinatura:

Novas publicações

CANUDOS E OUTROS TEMAS (R\$ 10,00)

Euclides da Cunha.

Edição de 1994 comemorativa dos 90 anos de publicação de *Os Sertões*.

CONSTITUIÇÃO DE 1988 (R\$ 5,00)

Edição atualizada em 1995 contendo as Emendas Constitucionais e as Emendas Constitucionais de Revisão.

CONSTITUTION DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL / CONSTITUTION OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL (R\$ 5,00)

Tradução para o francês de Jacques Villemain e Jean-François Cleaver (Tradutor do Senado Federal) da edição atualizada em 1994, contendo as Emendas Constitucionais e as Emendas Constitucionais de Revisão.

Tradução para o inglês de Istvan Vajda, Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres e Vanira Tavares de Souza, tradutores dos Senado Federal, da edição atualizada em 1994, contendo as Emendas Constitucionais e as Emendas Constitucionais de Revisão.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Lei nº 8.069 e as alterações da Lei nº 8.242 e Legislação Correlata.

GUIA DAS ELEIÇÕES DE 1994 (R\$ 3,00)

Edição de 1994.

Comentários à Lei nº 8.713/93 e informações complementares.

LEGISLAÇÃO INDIGENISTA (R\$ 5,00)

Edição de 1993.

Coletânea de textos jurídicos e legislação correlata relativos aos direitos indígenas.

LICITAÇÕES, CONCESSÕES E PERMISSÕES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Leis 8.666/93, 8.883/94, 8.987/95, texto da Constituição federal sobre matéria e Legislação Complementar.

RELATORIA DA REVISÃO CONSTITUCIONAL (R\$ 45,00 a coleção)

Edição de 1994.

Série com 03 volumes – Pareceres produzidos (histórico)

REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS E LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Dispõe sobre o regime jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais e Legislação Complementar.

Pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal. Praça dos Três Poderes, Via N-2, Unidade de Apoio III, CEP 70165-900, Brasília-DF. Telefones: (061) 311-4258 e 321-7333. Telex: (061) 1357

REGIMENTO INTERNO – SENADO FEDERAL (R\$ 10,00)

Edição especial de 1995.

Resolução nº 93, de 1970. Texto consolidado, com as alterações adotadas pelas Resoluções nºs 51, 58 e 63, de 1989, e 1, 9, 17 e 52, de 1990.

REGIMENTO COMUM (CONGRESSO NACIONAL) (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Resolução nº 1/70 CN com alterações posteriores.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nºs 1, 10, 12, 17, 22, 82 A 84, 88 A 108, 110 A 127. (R\$ 12,50 o volume)

Publicação trimestral de artigos jurídicos e técnico-legislativos com circulação ininterrupta desde 1964.

SENADO & CONGRESSO (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Proposições Legislativas, Tramitação, 1995.

Outros títulos

ESTUDOS DA INTEGRAÇÃO (R\$ 5,00 o volume)

1º Volume: Defesa da concorrência no Mercosul – Professor Werter Faria; *2º Volume:* A Defesa contra as práticas desleais na Europa – Um exemplo a seguir? – Professor Werter Faria; *3º Volume:* O regime comum de origem no Mercosul; *4º Volume:* ZPEs brasileiras – A necessidade de mudanças no contexto do Mercosul; *5º Volume:* Disciplina da concorrência de controle das concentrações de empresas no Mercosul; *6º Volume:* Os efeitos do artigo 98 do Código Tributário Nacional e o Processo de Integração do Mercosul; *7º Volume:* O estabelecimento de uma política comum de proteção do meio ambiente – sua necessidade num mercado comum; *8º Volume:* Harmonização Legislativa no Mercosul.

LEI DE EXECUÇÃO PENAL E LEGISLAÇÃO CORRELATA (R\$ 10,00)

Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Código Penal e Código de Processo Penal. Lei das Contravenções Penais, de Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e sobre Crimes Hediondos. Resoluções da ONU sobre prevenção do delito e tratamento dos reclusos.

OBRA SOCIAL É POLÍTICA DE ALBERTO PASQUALINI (R\$ 25,00)

Edição de 1994. 4 volumes.

LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA (R\$ 12,00)

10ª edição atualizada, 1994.

Código Eleitoral. Lei de Inelegibilidade. Lei Orgânica dos Partidos Políticos. Eleições de 1994. Legislação correlata. Calendário eleitoral.

Pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal. Praça dos Três Poderes, Via N-2, Unidade de Apoio III, CEP 70165-900, Brasília-DF. Telefones: (061) 311-4258 e 321-7333. Telex: (061) 1357

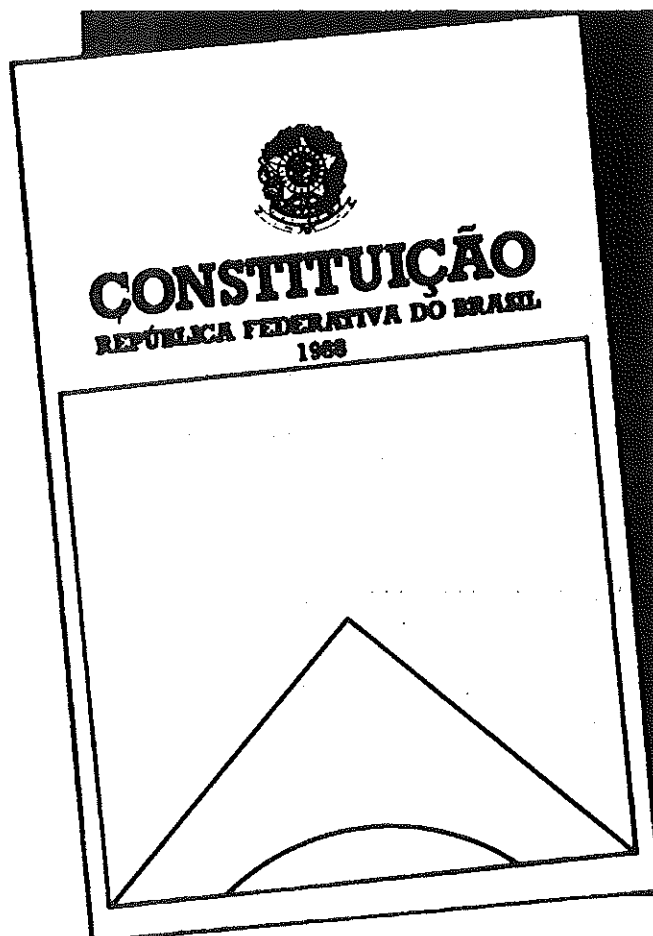
Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

**COMPACT DISK
CD/ROM**

- Normas jurídicas de hierarquia superior (leis, decretos, decretos-leis etc.) com base no Banco de Dados "NJUT – Normas Jurídicas", de forma referencial contendo texto integral da Constituição, disponível no Sistema de Informação do Congresso Nacional – SICON, do Prodasen.
- O acervo inclui, além de 3.988 documentos anteriores a 1946, dados informativos da legislação posterior àquele ano provenientes das seguintes fontes:
 - Diário Oficial da União (a partir de 1808)
 - Diário Oficial da União (acervo micrográfico do período 1930/1954)
 - Diário do Congresso I – Câmara (a partir de 1888)
 - Diário do Congresso II – Senado (a partir de 1888)
 - Diário da Justiça (a partir de 1925)
- Trimestralmente será editada uma nova versão do CD-ROM NJUT com dados atualizados.
- O pedido deverá ser acompanhado de depósito bancário a ser realizado na Caixa Econômica Federal em nome da FUNDASEN, agência 0005, operação 006, conta nº 950.056-8.

**Valor unitário: R\$ 65,00
Despesas postais: R\$ 5,00**

**Subsecretaria de Edições Técnicas
do Senado Federal**



**CONSTITUIÇÃO FEDERAL ATUALIZADA COM TODAS AS MUDANÇAS EFETUADAS
DESDE A SUA ELABORAÇÃO EM 1988, INCLUÍDAS, INCLUSIVE, TODAS AS
EMENDAS CONSTITUCIONAIS DE REVISÃO.**

Os pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal

Praça dos Três Poderes, Anexo 1, 22.º andar — 70165-900 — Brasília — DF

Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589

Fax: (061) 311-4258 e 321-7333 — Telex: (061) 1357

Central de venda direta ao usuário:

**Via N-2, Unidade de Apoio 1 (fundos do CEGRAF, pelo estacionamento à
esquerda)**

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

PREÇO DE ASSINATURA

SEMESTRAL

Assinatura s/ o porte.....	R\$ 31,00
Porte do Correio	<u>R\$ 96,60</u>
Assinatura c/porte	R\$ 127,60 (cada)
Valor do número avulso	R\$ 0,30

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386 – PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil – Agência 0452-9 – CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes – Brasília – DF
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações – Coordenação de Atendimento ao Usuário.



EDIÇÃO DE HOJE: 80 PÁGINAS